

ESTUDO DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO MIGRANTE NO CONCELHO DO SEIXAL

Coordenado por Dália Costa

Seixal, 2018

FICHA TÉCNICA

Título

Estudo Diagnóstico da População Migrante no Concelho do Seixal

Coordenação:

Dália Costa

Com colaboração de:

Ana Forte

Ângela Laranjeira Costa

Equipa técnica da Câmara Municipal do Seixal:

Catarina Faias

Eugénia Rodrigues

Sílvia Lopes

Organização e Edição

Câmara Municipal do Seixal

Local e Data

Seixal, Março de 2018

Entidades participantes na conceção do diagnóstico:

a) Participantes na XV Assembleia Geral do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal

ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Almada/Seixal
ADRA (Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência), Seixal
Alto Comissariado para as Migrações
Associação Cabo Verdiana do Seixal
Associação Póto Béto - Associação para o Desenvolvimento Social, Solidariedade e
Cooperação com S. Tomé e Príncipe
Câmara Municipal do Seixal - Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania
Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho
Centro de Assistência Paroquial de Amora
Centro de Emprego e Formação Profissional do Seixal
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Arrentela
CRIAR-T - Associação de Solidariedade
Escola Secundária de Amora
Igreja Evangélica do Alto do Moinho
Junta de Freguesia de Amora
Junta de Freguesia de Fernão Ferro
Kamba - Associação de Angolanos do Concelho do Seixal
PSP – Divisão Policial do Seixal

2

b) Participantes nos *Focus Groups*

ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Almada/Seixal
Agrupamento de Escolas João de Barros - Escola Básica de Corroios
Agrupamento de Escolas Paulo da Gama
ARIFA – Associação de Reformados e Pensionistas e Idosos da Freguesia de Amora
Assembleia de Deus
Associação Alocubano
Associação Cabo Verdiana do Seixal
Associação Nacional de Farmácias no Concelho do Seixal
Associação Portuguesa Promotora de Saúde e Higiene Oral
Associação Raízes do Bairro de Santa Marta
Câmara Municipal do Seixal:
Departamento de Desenvolvimento Social e Desporto
Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania
Divisão de Educação
Área de Saúde
Área do Desporto
Área de Atendimento ao Público

Centro de Assistência Paroquial de Amora
Centro Paroquial de Arrentela
Centro Paroquial de Arrentela - Centro Comunitário
Centro Paroquial de Corroios
CLDS 3G Ser Seixal
Cooperativa de Moradores da Quinta da Princesa
CRIAR-T - Associação de Solidariedade
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo do Seixal
Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira
Escola Secundária de Amora
Escola Secundária Manuel Cargaleiro
Igreja Batista do Miratejo
Igreja Evangélica do Alto do Moinho
Instituto de Segurança Social – Núcleo de Intervenção Social do Seixal
Junta de Freguesia de Amora
Junta de Freguesia de Corroios
Junta de Freguesia de Fernão Ferro
Kamba – Associação de Angolanos do Concelho do Seixal
Missão Ortodoxa da Virgem Mãe de Deus
Paróquia de Amora
Paróquia de Corroios
Projeto ESCOLHAS “Tutores de Bairro”
PSP – Divisão Policial do Seixal
R@to – ADCC (associação juvenil)
Santa Casa da Misericórdia do Seixal
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Nota de Abertura

Tendo o Seixal uma população marcadamente multicultural, acolhendo diversas comunidades imigrantes que optaram, pelas mais variadas motivações, fixar-se neste território, tem sido política deste Município desenvolver estratégias que conduzam a um bom acolhimento e a uma efetiva integração, assumindo encontrar as respostas possíveis para os desafios que esta condição apresenta.

Deste modo, envolvendo a parceria do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, que compreende instituições locais e nacionais que trabalham direta ou indiretamente na área das Migrações e da Rede Social, assim como os imigrantes que na primeira pessoa partilham as suas dificuldades e sucessos, tornando-se agentes ativos na definição de políticas municipais para a integração, desenvolvemos o 2.º Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes no Concelho do Seixal (2.º PMII) a implementar no triénio 2018/2020, com o cofinanciamento do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e o apoio do ACM – Alto Comissariado para as Migrações.

Com a implementação do 2.º PMII pretende-se dar continuidade às políticas estratégicas definidas no primeiro PMII 2015/17, procedendo-se à sua análise e reajuste de acordo com a experiência adquirida e com os novos contributos provenientes dos diversos *Focus Groups*, realizados por área estratégica e por territórios com maior densidade populacional migrante.

Reconhecendo a importância e mais-valias decorrentes das sinergias das comunidades imigrantes que residem e/ou trabalham no Seixal, sendo contribuidores para o desenvolvimento socioeconómico local, assim como das dificuldades e fragilidades que a situação migratória representa, encontramos-nos empenhados na procura de soluções de forma articulada e envolvendo todas as partes interessadas, pelo que pretendemos dar um novo ânimo às dinâmicas do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, criando mais espaços de partilha de reflexão conjunta para as questões associadas às migrações.

Assim, face ao trabalho reconhecido e desenvolvido no “Espaço Cidadania” – com valências no âmbito da regularização de imigrantes – é intenção do Município melhorar a intervenção até aqui desenvolvida, e descentralizar os serviços deste Espaço, com maior regularidade e proximidade, de forma a abranger todo o território municipal. Para este efeito, contamos com o apoio dos agentes sociais locais indo de encontro às necessidades da população migrante, em particular a que se encontra em situação desfavorecida e/ou vulnerável, combatendo o número considerável de situações migratórias irregulares.

Continuaremos a promover iniciativas e projetos interculturais de divulgação e valorização da diversidade, a par com o movimento associativo imigrante, com especial destaque ao Dia Municipal da Comunidade Migrante – assinalado a 26 de abril, o Encontro Intercultural Saberes e Sabores – iniciativa anual e o Projeto Educativo “Povos, Culturas e Pontes”.

Este Plano é uma ferramenta de investigação/ação que se articula num xadrez de planeamento mais alargado, designadamente o Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social (trienal) e a Carta Social Municipal. Por outro lado o Plano Municipal da Habitação, ainda em fase embrionária, irá desenhar toda uma política municipal num setor importantíssimo para a imigração que é o realojamento social.

Continuamos, assim, empenhados na melhoria das condições de vida de todos e todas que escolheram o Seixal para viver, procurando uma sociedade com maior justiça social, mais solidária e coesa.

O Presidente da Câmara Municipal do Seixal



Joaquim Cesário Cardador dos Santos

Índices

Índice Geral

8	I PARTE: ENQUADRAMENTO
11	Nota Metodológica
13	Município do Seixal
15	Integração
15	A política europeia e a política nacional para a integração de migrantes
16	<i>Indicadores de Integração de Migrantes definidos na Declaração de Saragoça</i>
18	<i>A integração é condicionada por barreiras linguísticas</i>
19	<i>Política Nacional de Imigração</i>
22	A integração da População Migrante no Município do Seixal
27	II PARTE: DIAGNÓSTICO LOCAL
28	População residente
34	Serviços de Acolhimento e Integração
39	<i>Recursos Territoriais: Serviços de Apoio a Migrantes</i>
52	Urbanismo e Habitação
57	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo
60	<i>Recursos Territoriais: Serviços de Emprego</i>
61	<i>Empreendedorismo</i>
61	Educação e Língua
62	<i>Recursos Territoriais: Equipamentos e Organização do parque escolar</i>
68	Capacitação e Formação
68	Cultura
71	<i>Desporto</i>
74	Saúde
76	<i>Recursos Territoriais: Equipamentos e Organização dos serviços de Saúde</i>
81	Solidariedade e Resposta Social
81	<i>Recursos Territoriais: Equipas de R.S.I.</i>
82	<i>Recursos Territoriais: Respostas sociais</i>
84	Cidadania e Participação Cívica
85	<i>Media e Sensibilização da Opinião Pública</i>
86	Racismo e Discriminação
88	Relações internacionais
89	Religião
89	<i>Recursos Territoriais: Instituições religiosas, por freguesia</i>
92	Identificação de elementos transversais a todas as áreas em que se fez diagnóstico parcelar
94	3 Pilares Estratégicos
95	Previsão da Monitorização e Avaliação do Plano
96	Referências Bibliográficas

Índice de Figuras e Quadros

Fig/Quadro	Pag.	
Figura 1	13	Concelho do Seixal
Figura 2	14	População residente no Concelho por Freguesia, 2011
Figura 3	20	Órgãos e Agentes governamentais envolvidos no processo de integração
Figura 4	21	Evolução da População Estrangeira em Território Nacional
Figura 5	25	Áreas direta ou indiretamente ligadas à integração da população migrante no Concelho do Seixal
Quadro1	28	População estrangeira residente em Portugal
Quadro2	28	População estrangeira residente em Portugal, em % da população residente em 2008 e 2016, por sexo
Figura 6	29	População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, 2016
Figura 7	30	População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, por sexo, 2016
Figura 8	31	População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, por nacionalidade, 2016
Figura 9	31	População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, por nacionalidade e sexo, 2016
Figura 10	32	População Estrangeira residente no Concelho de Seixal, por nacionalidade, 2016
Figura 11	32	População Estrangeira residente no Concelho de Seixal, por nacionalidade e sexo, 2016
Figura 12	33	População do Município do Seixal, segundo o grupo etário e a nacionalidade, em 2011 (%)
Figura 13	34	Espaço Cidadania
Figura 14	35	Número de Atendimentos efetuados pelo “Espaço Cidadania” entre 2014 e 2017
Figura 15	36	Distribuição por mês dos Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, 2016 e 2017
Quadro 3	37	Distribuição por sexo dos Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, 2016 e 2017
Quadro 4	37	Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2016 (% e n)
Figura 16	38	Distribuição dos atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2016 (%)
Quadro 5	38	Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2017 (% e n)
Figura 17	39	Distribuição dos Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2017 (%)
Figura 18	41	<i>Focus group</i> das Organizações não-governamentais e movimento associativo
Figura 19	44	<i>Focus group</i> das especificidades do processo de integração
Figura 20	45	<i>Focus group</i> dedicado à segurança
Figura 21	46	Tríptico do Programa “Mentores para Migrantes”
Figura 22	47	Ação de Formação sobre “Técnicas Agrícolas Sustentáveis” no Espaço Agrícola do Monte Sião (União das Freguesias Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires)
Figura 23	56	<i>Focus group</i> da Quinta da Princesa
Figura 24	56	<i>Focus group</i> da Quinta da Boa Hora
Figura 25	56	<i>Focus group</i> de Sta. Marta de Corroios
Quadro 6	57	Taxas de atividade, emprego e desemprego para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro, em 2011 (%)
Quadro 7	58	Desemprego registado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (situação no fim do mês de Dezembro de 2017)
Quadro 8	58	Desemprego registado por Concelho segundo o Grupo Etário (Dezembro de 2017)
Quadro 9	58	Desemprego registado por Concelho segundo os Níveis de Escolaridade (Dezembro de 2017)
Quadro10	59	Desempregados/as Inscritos/as, Ofertas Recebidas e Colocações Efetuadas (movimento ao longo do mês de Dezembro de 2017)
Figura 26	68	<i>Focus group</i> da Educação
Figura 27	69	Projeto “Povos, Culturas e Pontes”
Figura 28	70	Encontro Intercultural “Saberes e Sabores”
Figura 29	71	<i>Focus group</i> da Administração Pública local
Quadro11	75	Número de Utentes de nacionalidade estrangeira inscritos/as nas Unidades de Saúde do Seixal
Figura 30	80	<i>Focus Group</i> da Saúde
Figura 31	82	Proporção de Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção no total da população residente nos Municípios da Península de Setúbal, 2015
Figura 32	83	Convite à participação em <i>Focus Group</i>
Figura 33	91	<i>Focus Group</i> da Religião
Figura 34	93	Matriz <i>SWOT</i>

I PARTE:

ENQUADRAMENTO

No âmbito do objetivo nacional – “Integração”, do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e contribuindo para o objetivo específico 2, Integração e Migração Legal, desenvolveu-se um projeto de conceção de um Plano Municipal para a Integração da população Migrante no Concelho do Seixal. O projeto foi desenvolvido no período entre Outubro e Março de 2018, com dotação financeira do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração.

O projeto assegurou o envolvimento dos atores locais, públicos e privados, na definição, execução, monitorização e avaliação de planos locais para as migrações, através de um desenho de pesquisa assente numa metodologia participativa. Os métodos e técnicas usadas incluíram a realização de *focus group*, entrevistas, de grupo e individuais, análise de dados disponíveis e estudo de caso de práticas para identificar as práticas promissoras entre aquelas que estão em uso no Município destinadas, exclusiva ou principalmente à população migrante residente.

A definição de medidas planeadas para o período 2018-2020 foi orientada pela finalidade de promover a integração multinível de Nacionais de Países Terceiros (NPT) atualmente a residir no Concelho e que aí cheguem no período previsto.

A definição de medidas teve também em atenção a finalidade de aumentar e aprofundar a capacitação das estruturas e de profissionais, com o objetivo de promover a melhoria contínua das respostas existentes no Concelho, a formação técnica e especializada de dirigentes, técnicos/as e voluntários/as das diversas estruturas, bem como o planeamento, apresentação e validação e a disseminação de novos instrumentos de apoio à integração e de práticas promissoras na integração de migrantes.

Neste documento é apresentado um diagnóstico identificando entidades que intervêm no Município, a respetiva cobertura, os domínios ou dimensões de atuação, os serviços prestados e as atividades desenvolvidas; a sinalização de necessidades da população migrante residente; as medidas, ações e/ou atividades em curso com fins de integração das pessoas migrantes residentes no Concelho.

Na sequência do diagnóstico aqui apresentado, é elaborado um plano visando a integração de respostas, existentes e novas, e promovendo a eficácia das medidas e ações previstas para o acolhimento e integração dos migrantes e valorização da diversidade sociocultural ao nível local.

O plano identifica as medidas, objetivos, indicadores, metas a atingir e cronograma prevendo o desenvolvimento das medidas e consecução dos objetivos no período entre 2018 e 2020 e as competências e responsabilidades de cada entidade envolvida na implementação, monitorização e avaliação de cada medida e ação tendo em conta 13 áreas fundamentais previamente identificadas, entendidas como dimensões de integração: serviços de acolhimento e integração; urbanismo e

habitação; mercado de trabalho e empreendedorismo; educação e língua; capacitação e formação; cultura; saúde; solidariedade e respostas sociais; cidadania e participação social e cívica; *media* e sensibilização da opinião pública; racismo e discriminação; relações internacionais; e religião¹.

No processo de planeamento cada uma destas áreas é objeto de tratamento autónomo, assente no diagnóstico específico realizado em cada uma das áreas, embora se enfatize a inter-relação das áreas evidenciando tratar-se de dimensões de um propósito único: a integração de pessoas migrantes.

O conceito de integração é sumariamente apresentado, seguindo-se a caracterização do Concelho de Seixal e a explicação dos procedimentos metodológicos adotados.

Neste documento é apresentado o diagnóstico da população migrante residente no Concelho do Seixal recorrendo, para o efeito a fontes primárias e fontes secundárias de dados. As primeiras têm como principal limite a impossibilidade de se generalizar informações, quer as que reportam a casos considerados práticas promissoras, quer as que reportam aos *focus groups*. As segundas têm como principal limite o facto de serem datadas, isto é recolhidas e/ou registadas num determinado período dando a conhecer um retrato da realidade, fixo no tempo. Estas fontes devem, para que se cumpra o objetivo de diagnóstico da população migrante residente no Concelho do Seixal, ser entendidas como complementares.

¹ A designação das áreas e agregação de algumas subáreas, por exemplo “urbanismo e habitação”, “educação e língua” segue a definição de áreas temáticas pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) comuns a todos os instrumentos, incluindo o índice dos municípios amigos dos imigrantes e da diversidade. Pretende o ACM manter uma estrutura comum aos planos municipais, definida e validada com todas as equipas da 1ª edição dos PMII (ACM, 2015b).

Nota Metodológica

Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes são documentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos migrantes na sociedade portuguesa.

Uma das principais preocupações na elaboração do estudo de diagnóstico foi a participação das diversas entidades presentes no Concelho implicando-as no processo de planeamento para contar com as mesmas na fase de implementação de medidas e ações.

O *focus group* foi a estratégia metodológica que pareceu mais adequada face ao objetivo de garantir uma participação ampla, aberta e implicada em diferentes áreas de integração – previamente definidas.

Os *focus groups* foram realizados de acordo com o critério orientador do diagnóstico, as áreas fundamentais para a integração. Face a este critério, cada grupo foi composto por entidades com ação em áreas específicas podendo, em determinadas áreas, integrar os serviços da Câmara Municipal do Seixal que articulam diretamente com as entidades nessas áreas, como por exemplo, na área da educação ou na área da saúde.

Assim foram realizados nove *focus groups* cobrindo as áreas fundamentais de integração da população migrante, acrescentando-se áreas temáticas pela sua especificidade, designadamente segurança (com a participação da Polícia de Segurança Pública (PSP), do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do “Espaço Cidadania”) com cinco participantes. Os *focus groups* foram dinamizados pela investigadora responsável pelo estudo com a colaboração da técnica responsável pelo Plano Municipal para a Integração de Migrantes no Seixal, Dra. Sílvia Lopes, presentes em todos os *focus groups*. As entidades e/ou individualidades foram convidadas a participar, esclarecendo-se previamente o objeto e os objetivos da sua participação. Estes *focus groups* cuja composição foi definida em função das áreas fundamentais para a integração, foram realizados nas instalações da Câmara Municipal.

Os *focus groups* realizados com a população residente no Seixal, três, foram também dinamizados pelas mesmas pessoas. Estes foram realizados nos locais onde a residência de migrantes é mais expressiva: Quinta da Boa Hora, Bairro da Quinta da Princesa e Sta. Marta de Corroios. Os locais para a realização dos *focus groups*, em condições de conforto, garantindo a acessibilidade e tendo por base a confiança e aceitação coletiva foram diferentes instituições presentes nas comunidades. O *focus group* realizado na Quinta da Boa Hora teve lugar no Centro Paroquial da Arrentela, com seis participantes e a presença de uma técnica do Centro Paroquial; no Bairro da Quinta da Princesa teve lugar na ARIFA/Programa Escolhas “Tutores de Bairro”, com oito participantes e a presença de duas

técnicas da ARIFA; e em Sta. Marta de Corroios, no Centro Comunitário de Santa Marta de Corroios, da Santa Casa da Misericórdia do Seixal, com 13 participantes e a presença de um técnico do Centro Comunitário. Estes *focus groups* foram realizados no horário sugerido pela população tendo ocorrido dois às 20h. e um às 17.30h.

Nem todos os *focus group* previstos se realizaram. Destes, não foi possível realizar um *focus group* na Cucena, por razões de ordem logística; um *focus group* dedicado à área da cultura; um dedicado à área da capacitação e formação; um dedicado aos *media* e outro à iniciativa empresarial e empreendedora. Apesar disto, todas as áreas, por corresponderem a dimensões fundamentais do processo de integração da população migrante no Concelho, foram abordadas nos *focus group* com a população migrante residente no Concelho.

Das entidades selecionadas por serem estratégicas para a o diagnóstico e para o planeamento e participação na implementação de medidas promotoras de integração da população migrante no Seixal, e, com base nestes critérios, convidadas a participar neste processo não puderam aceder ao convite, por exemplo, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD); a Associação União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR); a Guarda Nacional Republicana (GNR); a Direção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP); a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), entre outras. Na área do emprego, mercado de trabalho e domínio empresarial não participou nenhuma das entidades convidadas. Na área da educação participaram algumas mas a cobertura não é exaustiva, assim como não o é na área dedicada à religião e na área dedicada à administração pública local. O facto de as entidades não terem podido aceder ao convite para participarem na fase de diagnóstico pode produzir dois efeitos: o primeiro é dificultar o diagnóstico de necessidades da população migrante; a segunda é aumentar a dificuldade de envolver as entidades, de forma empenhada, no planeamento, implementação e avaliação de medidas definidas no Plano.

O conjunto de sessões de *focus group* realizado para a conceção do PMIM foi organizado com o objetivo de garantir a participação de representantes de migrantes, organizados em associações; de profissionais com ação direta ou indireta na integração de NPT; e de profissionais do espaço institucional e decisores/as políticos ao nível local. Para além dos *focus groups*, o plano de estudos para a conceção do IIº Plano municipal para a integração de migrantes no Concelho do Seixal foi apresentado numa assembleia plenária do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal.

Município do Seixal

O Concelho do Seixal está situado na Península de Setúbal, a Sul do Rio Tejo e pertence à área metropolitana de Lisboa, abrangendo uma área de 95,50 km², conforme estimativas anuais da População Residente (INE, 2011).

Com um total de 4 freguesias: Amora; Corroios; Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, o Concelho tinha, em 2015, uma população de 164 625 residentes, de acordo com os últimos dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2015)².

Figura 1 Concelho do Seixal



Fonte: imagem de livre acesso. Disponível em <https://www.google.pt/search?q=concelho+do+seixal+imagem+mapa+com+freguesias+2018>

Em 2014, o Concelho do Seixal tinha 1 708,1 habitantes por km², um valor que se situa acima da média nacional: 112,8 habitantes por km².

À data dos Censos de 2011, 48% dos residentes é do sexo masculino e 52% do sexo feminino³; 58% dos/das residentes tinha o ensino básico, enquanto a população com o ensino superior completo

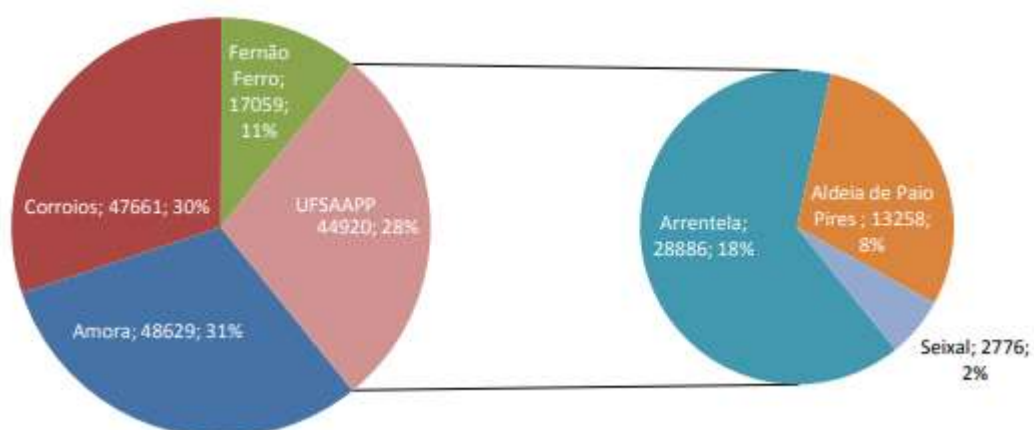
² Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0.

³ Pordata>Municípios>População>População Residente>Por sexo[Em linha]. 2015. Consultado em 28/09/2016.

correspondia a 13%⁴. Quanto às principais atividades económicas desenvolvidas no Município, salienta-se a diversidade de atividades empresariais, no setor industrial e no setor dos serviços, com vários parques empresariais e económicos localizados no Seixal.

O Concelho do Seixal teve um crescimento bastante grande desde 1960, ano em que tinha 20 470 habitantes, passando para 158 269 de acordo com os Censos de 2011. Destes, a maior parte reside na freguesia da Amora (48 629) na qual se concentra 31% da população residente no Concelho. Na freguesia de Corroios reside 30% da população do Concelho (47 661), na União de freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires reside 28% da população, sendo maior a concentração nas áreas territoriais de Arrentela (18%) e Aldeia de Paio Pires (8%) residindo apenas 2% da população do Concelho, na freguesia do Seixal; ainda, na freguesia de Fernão Ferro reside 11% da população (17 059 pessoas).

Figura 2 População residente no Concelho por freguesia, 2011



Fonte: Censos, 2011

De acordo com os Censos (2011), o Concelho do Seixal detém cerca de 6,16% de munícipes com nacionalidade estrangeira, o que corresponde à maior percentagem em comparação com os restantes Municípios da Península de Setúbal, sendo superior à média nacional (3,41%).

⁴ Pordata>Municípios>Educação>Escolaridade da População>População por nível de escolaridade segundo os Censos [Em linha]. 2011.

Integração

A integração social é um conceito complexo que exige considerar várias dimensões do processo de integração, cada uma das quais envolvendo recursos e capacidades que não estão completamente disponíveis e acessíveis a todas as pessoas.

Estes recursos e capacidades podem estar menos acessíveis a pessoas que vêm de outro território, podendo ter uma língua materna distinta, outra religião, usos, hábitos e costumes. A integração é assim um processo em que se procura, de parte a parte, promover um processo de transição entre territórios que assegure a integração nos diversos domínios da vida em sociedade.

Eisenstadt (1953, citado em Pires, 2003) define o termo migração como uma “transição, física, de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para a outra. Essa transição envolve habitualmente o abandono de um quadro social e a entrada num outro” (p.58), sem que isto signifique abandono ou rutura com práticas culturais. Ao contrário, na maior parte das situações e das sociedades no mundo inteiro verifica-se tendência para um processo segundo qual os grupos minoritários, isto é, conjuntos de pessoas com determinada naturalidade, pertença étnica ou cultural, que estão em menor número numa sociedade, geralmente desenvolverem identificações mais fortes ao seu grupo do que os grupos majoritários aos seus próprios grupos de referência.

A política europeia e a política nacional para a integração de migrantes

A Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (COM (2011) 455 final) recomenda aos Estados-membros que promovam políticas de integração a nível local. Há alguns anos que Portugal tem seguido esta recomendação desenvolvendo os mecanismos que asseguram uma efetiva cooperação entre os diferentes níveis de governação e de políticas públicas (nacional, regional e local) e estimulando a participação, cada vez mais consciente, informada e responsável pelo diagnóstico de problemas sociais, definição da sua hierarquia contribuindo para que se estabeleçam prioridades na ação e pelo planeamento de estratégias que visam atenuar ou eliminar os problemas diagnosticados.

O Município do Seixal segue a tradição pioneira de Portugal, país que se destaca no panorama europeu na implementação de Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes (PII - 2007/2009 e 2010/2013) e operacionalização do Plano Estratégico para as Migrações (PEM – 2015/2020).

A Agenda comum definida para a União Europeia em 2011 vem, volvidos 10 anos sobre a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO⁵, reafirmar a ideia fundamental proferida pelas Nações Unidas: assegurar a preservação e a promoção da fecunda diversidade das culturas.

Esta ideia obteve reconhecimento político, ao mais alto nível, com a adoção, em 2001, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que veio complementá-la em 2005. De uma forma muito clara na Convenção de 2005 reconhece-se que os intercâmbios constituem património universal, da Humanidade. A Convenção de 2005 propõe então a preservação das características próprias das culturas e, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento promovido pelas trocas com outras culturas.

Indicadores de Integração de Migrantes definidos na Declaração de Saragoça

A Comissão Europeia adotou um Plano de Ação para a integração de nacionais de países terceiros, que descreve as medidas que a Comissão implementará e fornece um quadro orientador para os Estados-Membros sustentarem os seus esforços no desenvolvimento da política de integração. O plano inclui ações em todas as áreas importantes para a integração, designadamente:

- Medidas pré-partida e pré-chegada, incluindo ações para preparar os migrantes e as comunidades locais para o processo de integração;
- Medidas na área da educação, incluindo ações para promover o domínio da língua do país de acolhimento, ações que estimulem a participação de crianças migrantes na educação e prestação de cuidados na primeira infância e ações de formação de docentes designadamente na área da educação cívica;
- Medidas na área do emprego e formação profissional, incluindo ações destinadas a promover a integração célere no mercado de trabalho e o empreendedorismo migrante;
- Medidas na área do acesso a serviços básicos, como habitação e cuidados de saúde;
- Medidas de participação e inclusão social, incluindo ações de apoio ao intercâmbio entre comunidades, a de origem e a de acolhimento/receção, ações de participação dos imigrantes na vida cultural da sociedade de acolhimento e ações de luta contra a discriminação.

Estas medidas podem ser inspiradoras para os Estados-membros contribuindo para apoiar a definição de planos nacionais ou locais por cada Estado-membro. O plano de ação da Comissão Europeia contém também referência a mecanismos que permitem fortalecer a coordenação entre os diferentes atores que trabalham na integração a nível nacional, regional e local, como por exemplo, a Rede de Integração Europeia, destinada a promover a troca e aprendizagem mútua entre os Estados Membros.

⁵ http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf

O tema da integração de imigrantes faz parte da agenda política da União Europeia. Em 2004 foram definidos Princípios Básicos Comuns para a política de integração de imigrantes, acentuando a importância de uma abordagem holística da integração.

Mais tarde, em Abril de 2010, com a aprovação da Declaração de Saragoça, pelos ministros da União Europeia responsáveis pela integração, em abril de 2010, e aprovação no Conselho Justiça e Assuntos Internos, a 4 de junho de 2010 ficaram estabelecidos os indicadores para aferir a integração de migrantes:

- o emprego, tido como uma parte vital do processo de integração;
- a educação, entendida como essencial no processo de se tornar participante bem-sucedido e mais ativo na sociedade;
- a inclusão social, fundamental para a vida em sociedade de forma geral; e
- uma cidadania ativa, com participação no processo democrático, contribuindo para a integração de imigrantes e para aumentar o seu sentimento de pertença. Neste indicador assume grande importância a residência de longa duração, considerando que este estatuto concede direitos quase iguais na participação na vida social e económica e na vida democrática e pública, aos cidadãos não comunitários.

Estes indicadores definidos pela União Europeia através da Declaração de Saragoça permitem a comparabilidade entre os Estados-Membros da União Europeia e a monitorização da situação dos imigrantes. A seleção destes indicadores considera as áreas elementares de integração mas também a existência de dados em cada um dos Estados-membros, a possibilidade de os dados serem comparáveis ao longo do tempo, e a disponibilidade de dados através do Eurostat. Assim, com estes indicadores fica criado um processo de monitorização da situação dos imigrantes que é simples, económico e fácil de entender e de comunicar.

Os dados devem ser desagregados por sexo distinguindo a situação de homens e mulheres para permitir uma análise de género. Os dados deveriam ainda, acrescentamos, ser desagregados por idade, uma vez que o género, a idade, a escolaridade e a pobreza permitem compreender de modo mais aprofundado situações de exclusão social prolongada.

A saúde dos migrantes não faz parte deste conjunto de indicadores pois é tida como um campo político separado, na maior parte dos Estados-Membros. Apesar disto, o facto é que na maioria dos Estados-membros não está implementada qualquer política integrada de saúde dos migrantes. O mais frequente é encontrar medidas e/ou ações pontuais de promoção de saúde de pessoas migrantes sem atender a necessidades e expectativas específicas. Na área da saúde, no plano político, as orientações de maior relevo foram definidas durante a Assembleia Mundial da Saúde de 2008, durante a qual foi adotada a resolução 61 17 sobre Saúde Migrante. Esta resolução veio reafirmar a necessidade de uma abordagem assente no quadro de direitos humanos, baseada em valores como a equidade, e multissetorial, permitindo fortalecer os sistemas de saúde também a partir do contributo de outros setores ou áreas.

Torna-se interessante assinalar que Portugal desempenhou um papel importante neste processo político inscrevendo o tema da saúde dos migrantes na agenda política da Assembleia Mundial de Saúde, durante a presidência portuguesa da União Europeia. Mais, a partir da presidência portuguesa, o tema da saúde dos migrantes tornou-se mais frequente nas cimeiras realizadas por outras presidências da União Europeia.

Em Julho de 2011, a Comissão Europeia propôs uma agenda europeia para a integração de migrantes não comunitários, destacando a necessidade de investir em ações que permitam aumentar a participação económica, social, cultural e política dos migrantes e acentuando fortemente a vantagem da ação de âmbito local.

A integração é condicionada por barreiras linguísticas

A língua condiciona a comunicação e, por sua vez, a possibilidade de fazer escolhas informadas. A compreensão dos conteúdos e o acesso a informação são dois pontos fulcrais no processo de comunicação. A experiência de outros Estados-membros da União Europeia pode sugerir ações interessantes. Por exemplo, na área da saúde destaca-se a existência de mediadores/as interculturais integrados/as nas equipas dos serviços de saúde, a disponibilidade de intérpretes e a tradução de informação e documentação em várias línguas. A experiência da Bélgica é destacada no que a mediadores interculturais diz respeito. A mediação intercultural pode promover a defesa de direitos da pessoa migrante, assegurar a interpretação dos diálogos, para além de simples tradução podendo, por exemplo, alertar para eventuais conflitos interculturais, e ajudar a educar para a saúde e prevenir a doença.

Em toda a União Europeia, apenas na Bélgica está assegurada a existência de mediadores culturais para migrantes em todo o sistema de saúde funcionando através de uma plataforma de videoconferência *online*, gratuita, em uso desde 2017. Mais, em cerca de metade dos Estados-Membros da União Europeia, incluindo Portugal, Bulgária, Croácia, Chipre, Estónia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letónia, Polónia, Roménia, Eslovênia, Espanha e Reino Unido, não existe legislação específica nem está definida qualquer política de saúde para migrantes. Os direitos à saúde e a política de saúde são gerais, isto é, destinados à totalidade da população presente nos territórios. Acontece que esta aparente não-discriminação pode, na realidade impedir o pleno gozo de direitos.

A existência de intérpretes e a disponibilidade para a tradução e interpretação como parte da prestação de cuidados de saúde tem sido uma medida entendida como vantajosa no seio da União Europeia por aliviar o trabalho, específico, de prestadores de cuidados de saúde obrigados a informar o paciente sobre os seus direitos, o diagnóstico e o tratamento.

A disponibilidade de intérpretes é uma medida impacto positivo no processo de integração, contudo, se, por exemplo em Portugal, o serviço de interpretação é financiado pelo Estado, noutros Estados-membros da União Europeia o serviço é cofinanciado e noutros em parte financiado pelo migrante,

como se verifica na República Checa, França, Hungria, Malta e Países Baixos. Para além de Portugal, os serviços de interpretação estão disponíveis gratuitamente em mais 12 Estados-Membros da União Europeia: Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Espanha, Suécia e também no Reino Unido (embora já não integre a UE). A FRA, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia considera a falta de intérpretes como um dos principais desafios da provisão de cuidados de saúde. Ainda assim, o financiamento público diminuiu na Irlanda, na Estónia e na Grécia.

No Concelho do Seixal não existem mediadores/as culturais nem intérpretes nos serviços de saúde. Verifica-se, no país, que na maior parte das vezes a tradução é limitada a determinados documentos e circunscrita a determinadas campanhas. Para além disto, grande parte das vezes, os documentos estão disponíveis apenas em serviços de saúde e/ou aeroportos e outros locais de chegada de migrantes. Ainda, a informação tendencialmente foca o sistema de saúde *stricto sensu* e não integra informações acerca da rede de farmácias, por exemplo ou de serviços complementares na promoção de saúde e prestação de cuidados primários de saúde ao domicílio.

Política Nacional de Imigração

Portugal tem sido um dos países pioneiros na implementação de Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes (PII 2007/2009 e 2010/2013) e, mais recentemente, na operacionalização do Plano Estratégico para as Migrações (PEM – 2015/2020) ao que acresce algumas experiências ao nível local de desenvolvimento e implementação de Planos Municipais de Integração de Imigrantes (PMII).

A Política Nacional de Imigração e Asilo é estruturada em torno de quatro eixos estratégicos:

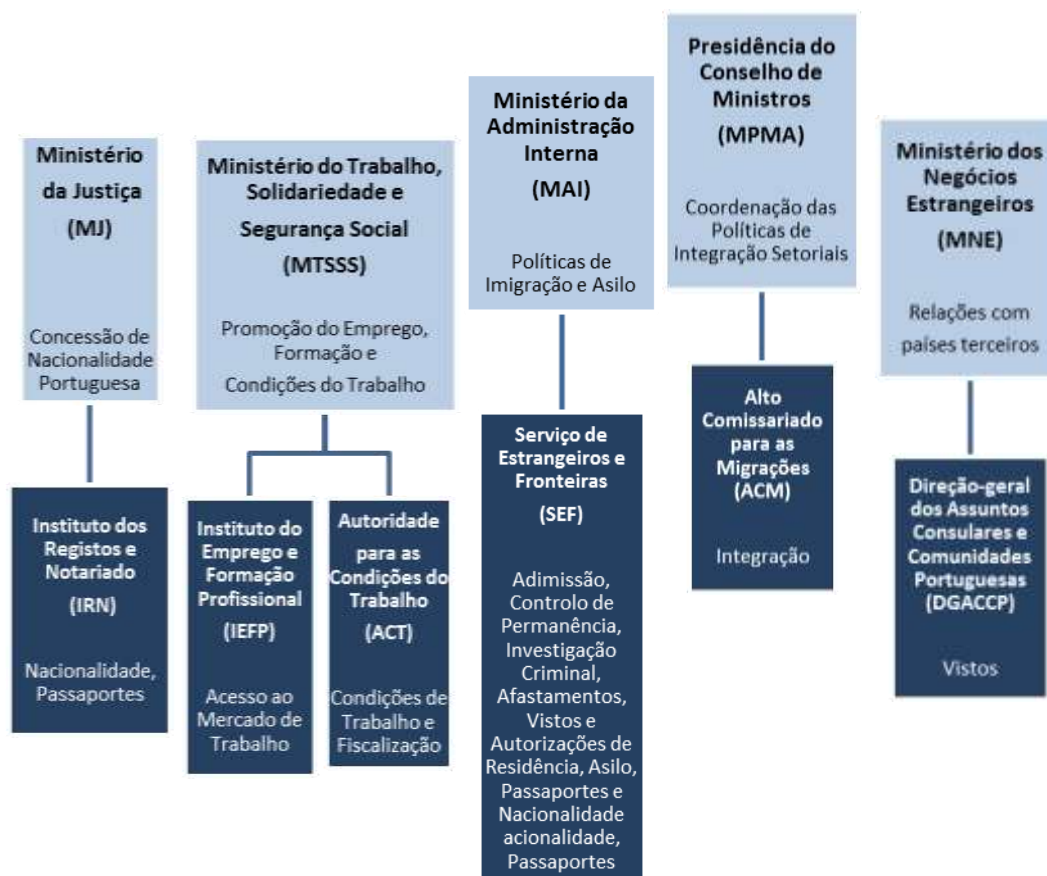
- Regulação dos fluxos migratórios;
- Combate à imigração irregular;
- Promoção da imigração legal; e
- Integração de imigrantes.

Estes eixos estão plasmados no Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 12-B/2015, de 20 de março, no qual se assume como ponto de partida a mudança de Portugal, de um país cujo perfil migratório marcado pela emigração, desde os anos 60 do século XX, para um país com perfil migratório de procura por imigrantes, no decurso dos anos 90 do século XX.

Atualmente, a implementação e monitorização das políticas de imigração e asilo são da competência do Ministério da Administração Interna, que tutela a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos e cidadãs estrangeiros/as do território nacional. A atuação do MAI e em específico do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é politicamente entendida como essencial em todos os eixos da política de imigração e asilo.

Apesar desta orientação política, o facto é que a complexidade da integração de pessoas imigrantes implica grande quantidade e diversidade de agentes governamentais envolvidos no processo de integração.

Figura 3 Órgãos e Agentes governamentais envolvidos no processo de integração



Fonte: SEF, 2017, p. 7

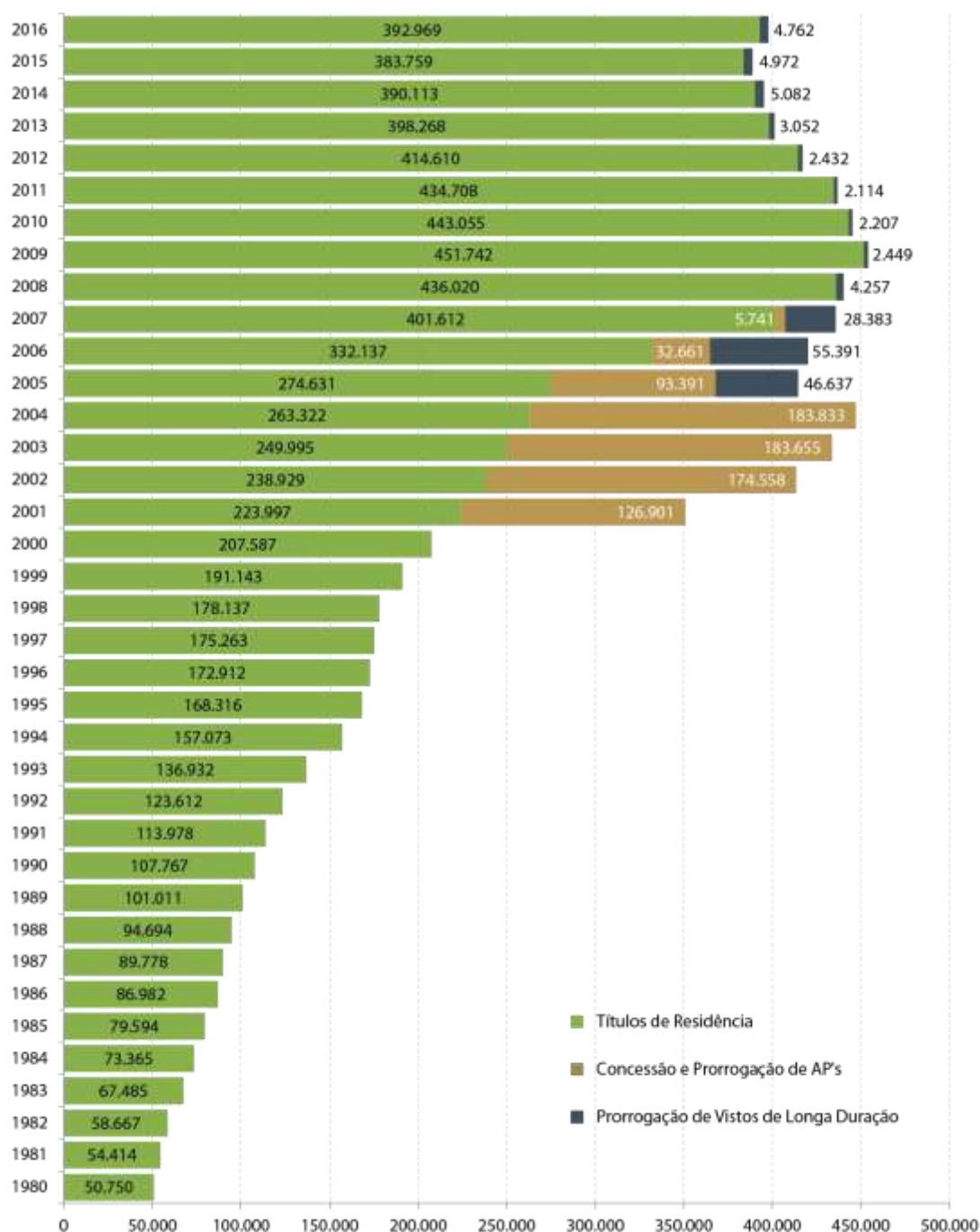
Em 2016, o número de estrangeiros residentes em Portugal era 397.731 cidadãos com título de residência válido traduzindo um acréscimo de 2,3% comparativamente ao ano anterior, 2015.

Em termos nacionais, a nacionalidade brasileira, com um total de 81.251 cidadãos/ãs, mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente, apesar da redução verificada face ao ano anterior (-1.338 cidadãos). A tendência de diminuição do número de residentes desta nacionalidade teve início em 2011, com uma redução de 6,6% face a 2010, representando no período 2010-2016, um decréscimo de 38.111 cidadãos de nacionalidade brasileira a residir em Portugal (-31,9%).

A zona geográfica que mais sustentou o crescimento dos estrangeiros residentes em Portugal em 2016 foi a União Europeia. No ano 2016 em Portugal havia 397.731 cidadãos estrangeiros no total da sua população (SEF, 2017) (3,9% da população do país), o que corresponde a um aumento de 2,3%

do número de estrangeiros em comparação com 2015 (Indicadores de Integração de Imigrantes, 2017).

Figura 4 Evolução da População Estrangeira em Território Nacional



Fonte: <https://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

A política nacional deixa bem patente a importância do trabalho do SEF também considerando que em 2016, “no que se refere à prevenção da imigração ilegal, os resultados indicaram a deteção de mais cidadãos estrangeiros em situação irregular” (SEF, 2017, p. 9). Em 2016, as Direções Regionais do SEF empreenderam 7.553 ações de inspeção e fiscalização, sendo a Direção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo a unidade orgânica com maior volume de ações de fiscalização (num total de 1.949).

O volume de trabalho do SEF é expressivo. Em 2016 foram emitidos 46.921 novos títulos de residência representando um aumento de 24,0% face a 2015 (37.851). Este aumento é explicado pelo SEF pelo acréscimo de títulos de residência emitidos para trabalho subordinado (+30,0%, totalizando 3.878 novos títulos emitidos) e pelo crescimento do número de nacionais da União Europeia a residir em Portugal (cerca de 36,9%, num total de 21.193 novos titulares de certificado/cartão de residência), destacando-se nestes as nacionalidades italiana (97,0%), britânica (64,3%) e alemã (55,0%). Por género, manteve-se a tendência do ano anterior registando-se uma assimetria entre os títulos emitidos a homens (23.977) e mulheres (22.944).

Os motivos mais relevantes na concessão de novas autorizações de residência foram os certificados e cartões de nacionais e familiares de cidadãos da União Europeia (26.991), reagrupamento familiar (7.526), estudo (3.510) e atividade profissional (3.195). Do total de certificados e cartões de nacionais e familiares de cidadãos da União Europeia, 5.799 são referentes a nacionais de países terceiros (21,5%).

O regime especial de autorização de residência para atividade de investimento, geralmente designado por ARI, permite a obtenção de autorização de residência temporária com dispensa de visto de residência, desde que verificado um conjunto de requisitos definidos na Lei de Imigração e nos instrumentos de regulamentação. As principais origens de beneficiários deste regime são a China (848), o Brasil (142), a África do Sul (62), a Rússia (51), e a Jordânia (35).

A integração da População Migrante no Município do Seixal

O âmbito local propicia maior proximidade quer aos problemas sociais, por permitir um conhecimento muito atualizado, pormenorizado e contextualizado, *in situ*, quer às estratégias de atenuação dos fatores ligados à origem desses problemas, quer às medidas que vão sendo testadas para lidar com as consequências geradas pelos mesmos. Assim, o âmbito local, numa perspetiva geográfica e o domínio municipal, numa perspetiva das políticas públicas, tornam os Municípios unidades de observação e diagnóstico contínuo dos problemas e das práticas promissoras.

O ponto de partida para o estudo de diagnóstico tem que assentar em dois fatores característicos de Portugal. O primeiro é o facto de Portugal ser um país de “regime misto” de migrações, ao mesmo tempo recetor e origem de migrantes e o segundo o facto de Portugal ter relações históricas e culturais específicas com alguns países, seja por via da língua comum, com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, seja por via de relações históricas e políticas associadas à colonização, destacando-se neste caso as relações com Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, cujo fim da soberania portuguesa é historicamente recente (1974/5) e ainda Macau cuja soberania é de 1999 e Timor Leste, de 2002.

A vaga de imigração dos anos 60 do século XX foi a mais importante para o Concelho do Seixal por ser a responsável pela entrada de maior número de pessoas no Concelho. Esta vaga de imigração não foi planeada forçando o Município a ajustar-se à pressão demográfica e às necessidades imediatas de habitação, alimentação e rendimentos que permitissem autonomia das famílias.

Identificadas como as primeiras migrações expressivas, estas foram impulsionadas pela necessidade de mão-de-obra para a construção de obras públicas da época, nomeadamente a construção da ponte 25 de Abril, de estradas e arruamentos e para fazer face à necessidade de mão-de-obra para a indústria metalúrgica e naval em expansão. Esta necessidade decorria principalmente da falta de mão-de-obra masculina para assegurar as obras devido à primeira vaga de emigração para a Europa e ao início da Guerra Colonial.

Mais tarde, entre 1975 e 1976, com os processos de descolonização, a quantidade de população migrante aumenta no Concelho, assim como na década de 80 do século XX, embora esta nova vaga se caracterize por incluir também imigrantes provenientes do Brasil e das Novas Repúblicas do Leste, após o desmembramento da União Soviética. Foram fundamentalmente estes os fluxos migratórios que transformaram o Seixal num Município intrinsecamente multicultural.

Nesta fase histórica correspondente ao período entre os anos 1960 e 1980, a cultura era ainda entendida como um conjunto que permanecia essencialmente imutável, transmitido de geração em geração, independentemente do lugar, isto é, do contexto. Esta transmissão da cultura constituía assim a principal preocupação, valorizando-se a preservação de usos, costumes e tradições e a diversidade cultural, no sentido da convivência sem inter-relação.

Na atualidade, a cultura é menos entendida como imutável e imune a influência do contexto e mais como um processo. Isto significa que as sociedades admitem melhor a transformação e valorizam mais a identidade cultural, marcando diferenças. Assim, do ponto de vista político justifica-se a definição de políticas que promovam a identidade cultural, sem intenções de aculturar as pessoas que elegem um país para residirem mas também sem admitir que o país de acolhimento não dê importância à integração de migrantes.

A gestão da diversidade é o desafio político, mantendo a tutela da entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos e cidadãs estrangeiros/as do território nacional no SEF/MAI mas sem implementar um modelo criminal no acolhimento de migrantes. As estratégias políticas devem então

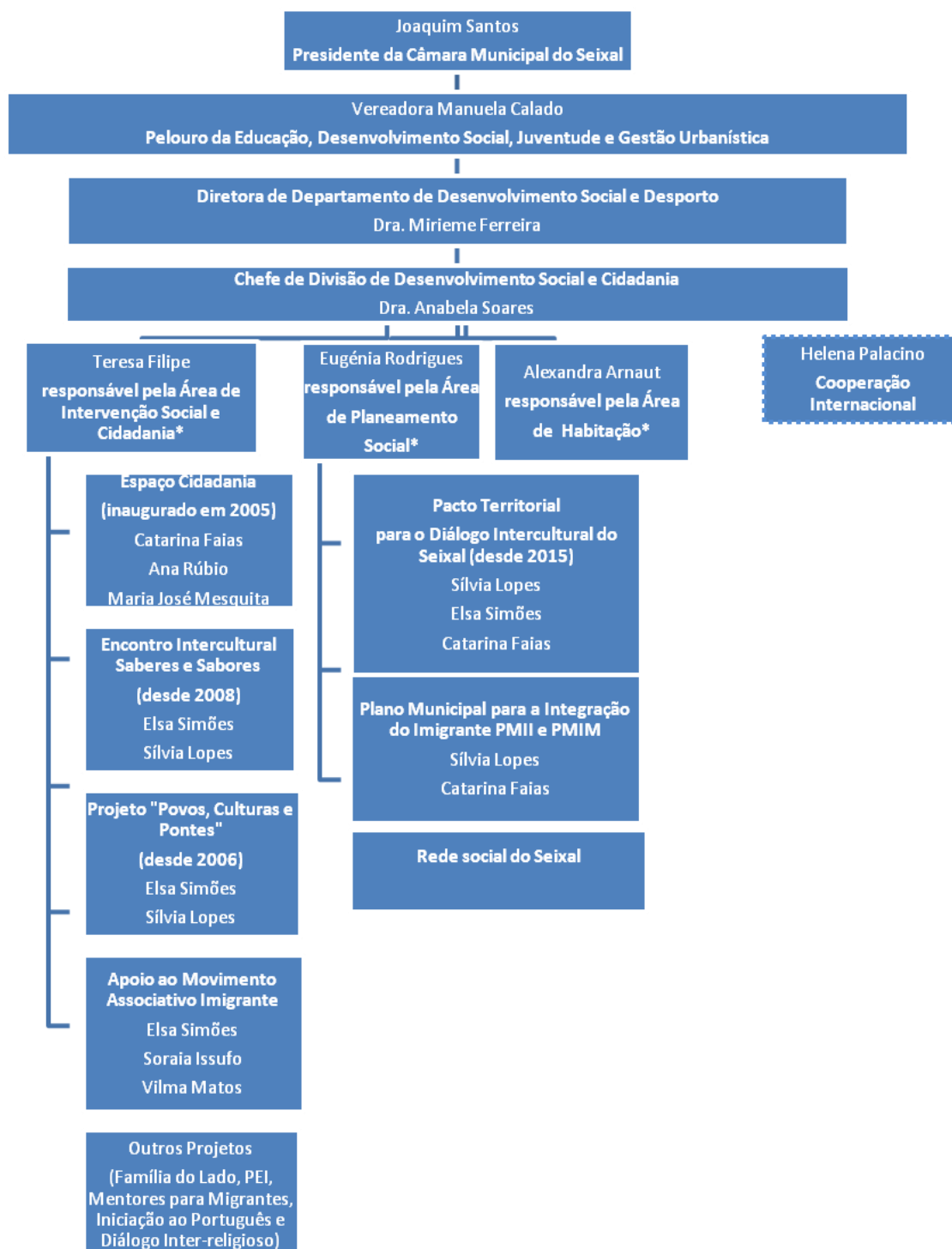
promover e facilitar o processo de resposta mais eficaz à mudança cultural, inevitável quando se está noutro país, dando particular atenção às pessoas e populações em situação de maior vulnerabilidade. Implica isto reconhecer que as pessoas e populações com níveis de bem-estar superiores e mais estáveis possuem também mais competências para aceder a recursos necessários para lidarem com a mudança cultural.

O empenho na integração da população migrante no Concelho é evidenciado por alguns indicadores, entre os quais se destaca:

1. A adesão pela Câmara Municipal do Seixal à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade⁶ (RMAD) em 2014, traduzindo uma intenção política de conceber e implementar planos municipais com objetivos, metas e definição de entidades responsáveis pelo desenvolvimento do processo de acolhimento e integração de imigrantes ao nível local, tendo como ponto de partida para o processo de planeamento o diagnóstico de necessidades destes residentes.
2. A tradução desta intenção política num conjunto de compromissos assumidos no I Plano Municipal para a integração dos Imigrantes (PMII) do Seixal (2015-2017) cuja avaliação ficará concluída em breve.
3. A conceção de um II Plano Municipal para a integração de migrantes no Município do Seixal.
4. A existência de uma área específica, dedicada à intervenção social e cidadania, na qual se incluem núcleos específicos que contribuem para o objetivo geral assumido pelo Município. O organigrama da Câmara Municipal do Seixal representa a distribuição de áreas direta ou indiretamente ligadas à integração da população migrante no Concelho do Seixal permitindo verificar que as 13 dimensões fundamentais para o diagnóstico e planeamento da integração da população migrante estão, no Município interrelacionadas e funcionalmente dependentes do pelouro da Educação, desenvolvimento social, juventude e gestão urbanística. As responsabilidades estão funcionalmente atribuídas, definindo-se coordenações técnicas para áreas dedicadas às diversas dimensões mantendo-se, no entanto, uma orientação holística e integrada na abordagem à integração da população migrante, uma vez que todas as áreas dependem diretamente da Chefia de Divisão.

⁶ A Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) constitui-se como uma rede pioneira disponível para conceber, implementar e avaliar políticas locais estruturantes e sustentáveis, tendo em vista Planos Municipais transversais ao processo multivetorial de acolhimento e integração dos imigrantes ao nível local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades, através da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD).

Figura 5 Áreas direta ou indiretamente ligadas à integração da população migrante no Concelho do Seixal identificadas no Organigrama da Câmara Municipal



*Não obstante a criação das coordenações técnicas, todas as áreas dependem diretamente da Chefia de Divisão.

5. O investimento do Município na integração de migrantes, NPT ou não, é ainda aferida a partir da análise do investimento financeiro diretamente imputado ao objetivo geral da integração de imigrantes. Este investimento traduz-se em dois indicadores:
 - 5.1. A dotação dessa área e núcleos específicos de recursos humanos (técnicos/as) nos quais se faz um investimento de melhoria e qualificação, por exemplo através da formação;
 - 5.2. A dotação orçamental prevista para a efetiva consecução dos objetivos.

A dotação orçamental, prevista no orçamento da Câmara Municipal existe desde 2005 tendo ficado inserida no orçamento desde a criação do “Espaço Cidadania”. Esta rubrica não cobre apenas despesas inerentes a esse serviço mas também o projeto de educação intercultural “Povos, Culturas e Pontes”; o encontro intercultural “Saberes e Sabores”; a realização de *workshops* de promoção da interculturalidade; as comemorações do Dia Municipal da Comunidade Migrante; o apoio financeiro ao movimento associativo imigrante; a quota-parte de financiamento do “Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal”; e ainda o reforço de financiamentos externos, com origem em Programas como o FEINPT, FAMI, entre outros.

6. O reconhecimento do trabalho consolidado desenvolvido no Município do Seixal é socialmente valorizado por entidades externas. O Município foi já galardoado com uma distinção para as melhores práticas autárquicas no acolhimento de imigrantes, com o reconhecimento do “Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal”. Também o “Espaço Cidadania” foi agraciado com um prémio atribuído pela Plataforma Portuguesa para a Integração de Imigrantes, em 2007. O Município recebeu uma menção honrosa atribuída pelo Programa Equal, em 2007; com uma distinção da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Ainda uma distinção atribuída pela Obra Católica das Migrações, em 2012 e recebeu também o prémio Melhores Práticas da Função Pública, um prémio especial de júri, atribuído pela Deloitte, Diário Económico, Instituto Nacional de Administração (INA) e Fundação Luso-Americana.

II PARTE: DIAGNÓSTICO LOCAL

População residente

A análise evolutiva do total de população estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal revela uma tendência de diminuição na série de 10 anos entre 2006 e 2016.

A análise dos dados desgregados por sexo revela, no entanto, que esta tendência de diminuição é mais acentuada no caso dos homens do que no caso das mulheres, que, a partir de 2008 mantiveram um fluxo relativamente estável em torno das 200.000. A diminuição no caso dos homens, mais acentuada a partir de 2012 mantendo-se desde então o fluxo de estrangeiros residentes do sexo masculino abaixo de 200.000, poderá estar relacionada com o período de crise económica e financeira que afetou Portugal, com efeitos sobre o emprego e, em específico, sobre setores de atividade tendencialmente ocupados por população estrangeira.

Quadro 1 População estrangeira residente em Portugal

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total nacional	332.137	401.612	436.020	451.742	443.055	434.708	414.610	398.268	390.113	383.759	392.969
Total Homens	181.910	219.765	228.300	233.280	224.489	218.170	205.385	194.309	189.463	186.570	190.846
Total Mulheres	150.227	181.847	207.720	218.462	218.566	216.538	209.225	203.959	200.650	197.189	202.123

Fonte: PORDATA www.pordata.pt, acedido em Maio de 2018

Para além de desagregar os dados por sexo, permitindo interpretar diferenças de género, importa ainda desagregar os dados por região por se tratar de um diagnóstico da população residente num Concelho em Portugal: o Seixal, situado na área metropolitana de Lisboa. A proporção de população estrangeira com estatuto legal de residente na população residente no Seixal diminuiu, entre 2008 e 2016, mais do que na área metropolitana de Lisboa e mais do que em Portugal. Em consonância com os dados anteriormente apresentados, esta diminuição é mais expressiva para os indivíduos do sexo masculino do que para os indivíduos do sexo feminino, como se apresenta no quadro 2.

Quadro 2 População estrangeira residente em Portugal, em % da população residente em 2008 e 2016, por sexo

Anos	Total (em % da população residente)		Total de Homens (em % da população residente)		Total de Mulheres (em % da população residente)	
	2008	2016	2008	2016	2008	2016
Portugal	4,1	3,8	4,5	3,9	3,8	3,7
Área Metropolitana de Lisboa	8,0	7,0	8,7	7,1	7,4	6,9
Seixal	7,1	4,5	7,3	4,3	6,9	4,7

Fonte: PORDATA www.pordata.pt, acedido em Maio de 2018

A este dado acresce a característica mencionada em alguns *focus group*, designadamente o dedicado a áreas específicas de integração de migrantes e outro composto por população migrante na Quinta da Boa Hora.

“É muito típico e continua a verificar-se... as raparigas cabo-verdianas vão ficando com os filhos...”

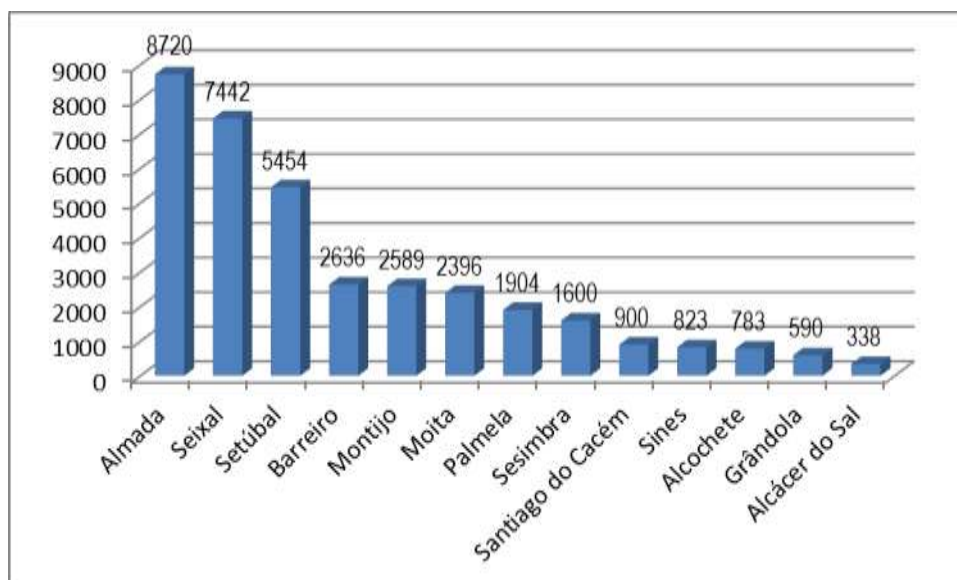
(M., FG especificidades no processo de integração)

“Estando sozinhas é mais complicado... e eu estou sozinha...com os meus filhos. As mulheres por vezes ficam sozinhas e apoio que têm é aqui da Associação...”

(A., FG Quinta da Boa Hora)

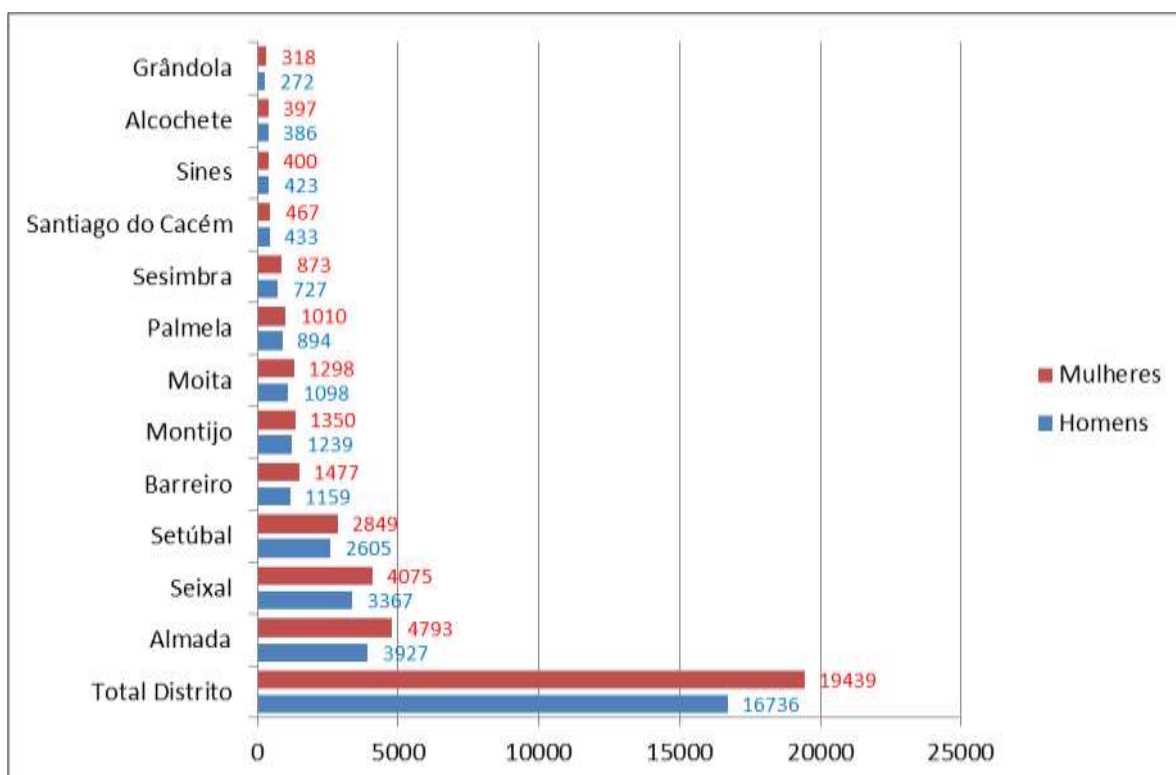
Embora os dados reportem a 2016, a figura 6, que representa a população estrangeira residente no Distrito de Setúbal revela que o Seixal era, à data, um dos Concelhos com maior quantidade de população estrangeira residente (7 442 pessoas), apenas ultrapassado pelo Concelho de Almada (8 720 pessoas), seguido do Concelho de Setúbal (5 454 pessoas) e bastante acima dos restantes Concelhos do Distrito (com menos de 3000 pessoas).

Figura 6 População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, 2016



Fonte: <http://sefstat-web/> (Mapa de total de residentes por Concelho no Distrito: Setúbal; Ano: 2016)

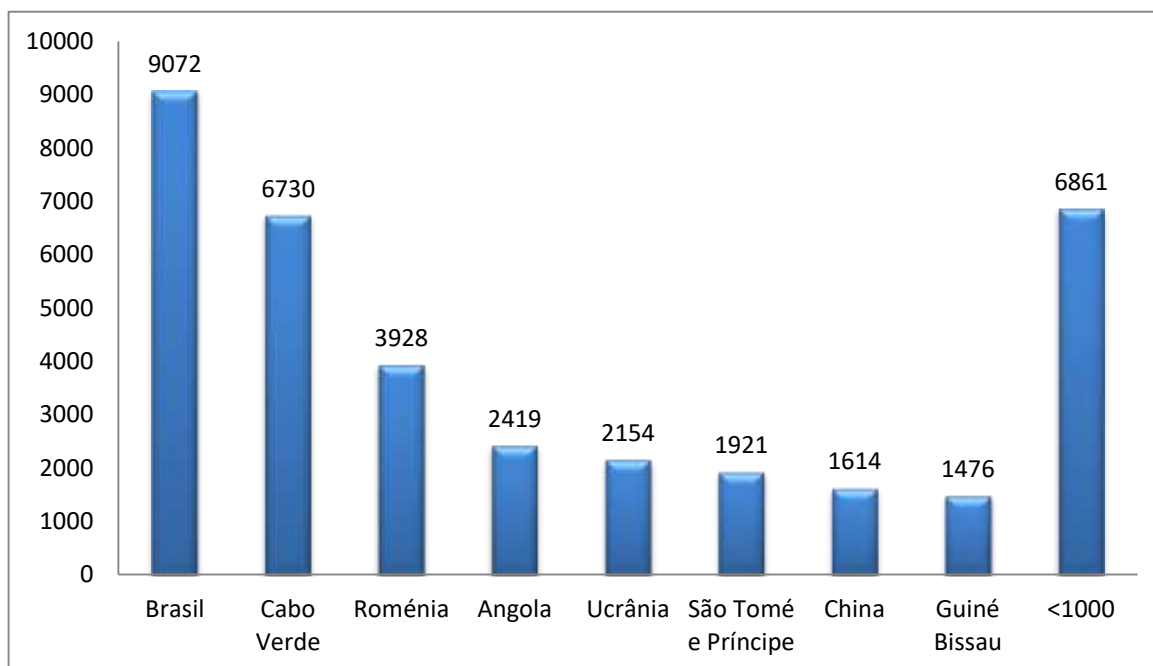
Figura 7 População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, por sexo, 2016



Fonte: <http://sefstat-web/> (Mapa de total de residentes por Concelho no Distrito: Setúbal; Ano: 2016)

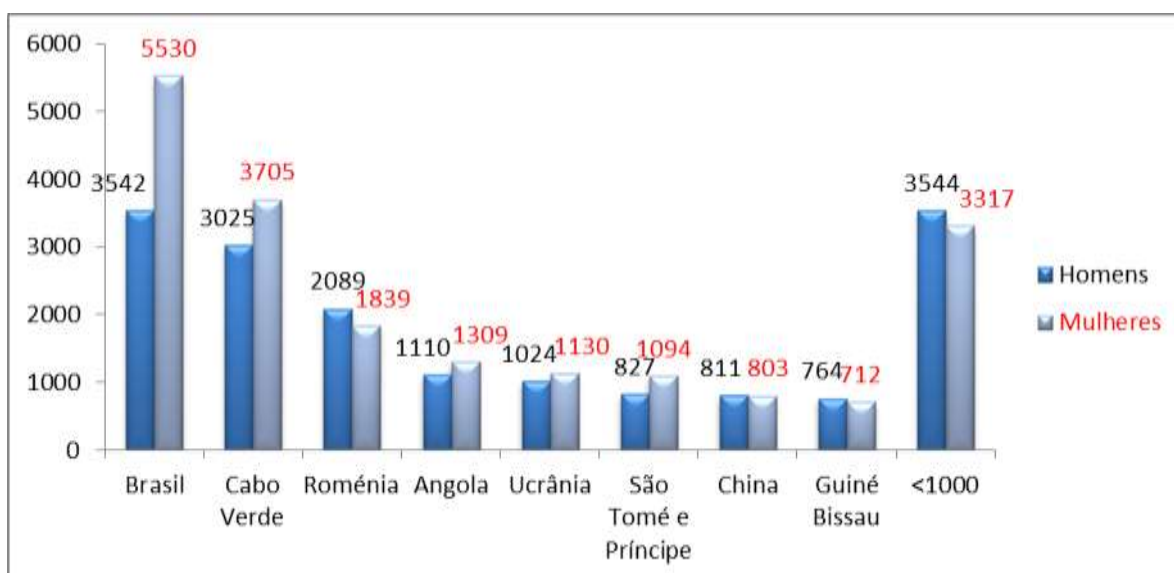
Da população estrangeira residente no Distrito de Setúbal em 2016, a nacionalidade mais representada era a brasileira, seguida da cabo-verdiana e, em terceiro lugar, a romena, embora já com uma diferença significativa.

Figura 8 População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, por nacionalidade, 2016



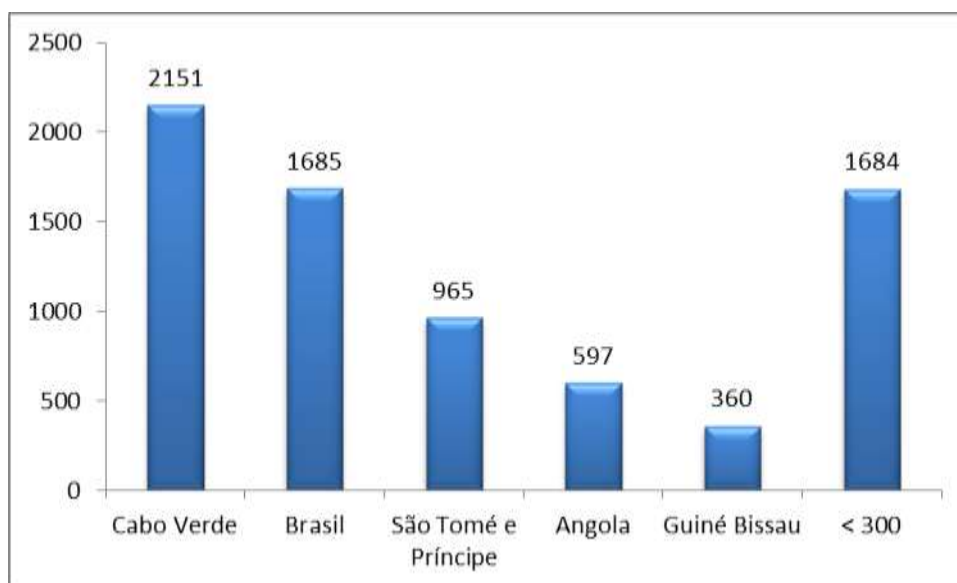
Fonte: <http://sefstat-web/> (Mapa de total de residentes no Distrito: Setúbal; Ano: 2016; disponível em <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>)

Figura 9 População Estrangeira residente no Distrito de Setúbal, por nacionalidade e sexo, 2016



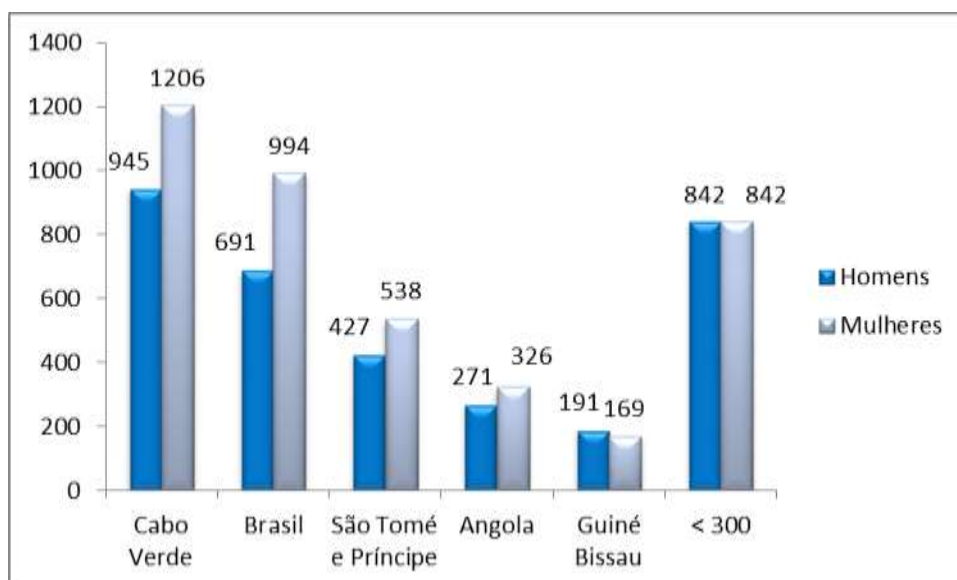
Fonte: <http://sefstat-web/> (Mapa de total de residentes no Distrito: Setúbal; Ano: 2016; disponível em <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>)

Figura 10 População Estrangeira residente no Concelho de Seixal, por nacionalidade, 2016



Fonte: <http://sefstat-web/> (Mapa de total de residentes no Distrito de Setúbal, Concelho do Seixal; Ano: 2016; disponível em <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>)

Figura 11 População Estrangeira residente no Concelho de Seixal, por nacionalidade e sexo, 2016



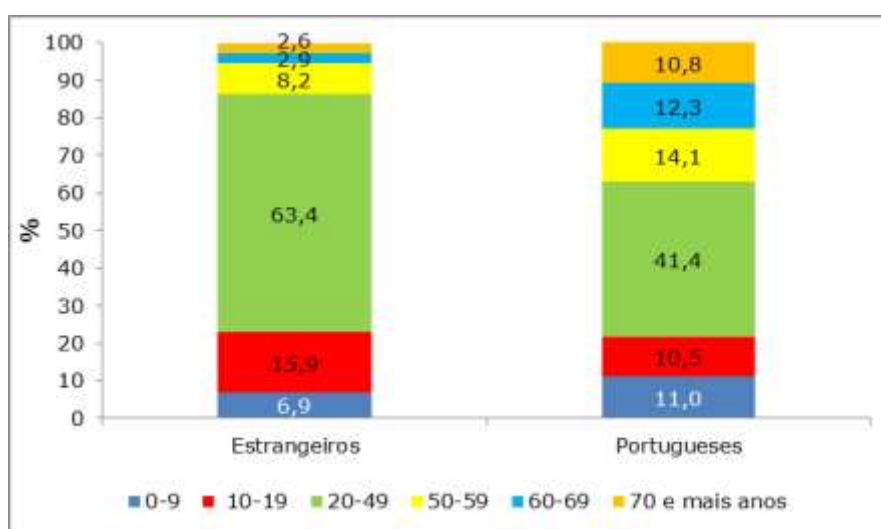
Fonte: <http://sefstat-web/> (Mapa de total de residentes no Distrito de Setúbal, Concelho do Seixal; Ano: 2016; disponível em <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>)

Por um lado é muito interessante observar que as nacionalidades mais representadas entre os/as residentes no Concelho pertencem a nacionais de países de língua portuguesa: Cabo Verde (2 151), Brasil (1 685), São Tomé e Príncipe (965), Angola (597), Guiné Bissau (360). Por outro lado, é igualmente interessante assinalar que pode estar em curso uma transformação destas transições, com um aumento da população de nacionalidades de países terceiros e não falantes e/ou conhecedores da língua portuguesa, sugerindo um aumento de diversidade com uma pequena quantidade de pessoas de nacionalidades e proveniências muito distintas. Este facto é assinalável pois os maiores desafios à integração da população migrante no Concelho podem estar concentrados precisamente aí, como veremos adiante na área de integração dedicada à escolaridade e língua. Serve esta análise para frisar que um plano não pode, apenas, focar a regularidade nos fenómenos, nem sequer os fenómenos quantitativamente mais expressivos. Um diagnóstico que cruza a dimensão quantitativa de análise com a dimensão qualitativa obriga pois a um processo de planeamento mais exigente também.

Quanto à idade, a população de nacionalidade estrangeira residente no Seixal é tendencialmente mais jovem do que a população de nacionalidade portuguesa. A população jovem-adulta, isto é, do grupo etário dos 20 aos 49 anos representava 63,4% da população residente, o que, comparando com a proporção de população de nacionalidade portuguesa neste grupo etário (41,4%) permite afirmar a maior probabilidade de a população de nacionalidade estrangeira residente no Seixal estar em idade ativa e reprodutiva.

Considerando agora o envelhecimento da população, verifica-se que a proporção de população estrangeira com 70 ou mais anos de idade, não atinge os 3% (2,6%), face a 10,8% de população de nacionalidade portuguesa da mesma classe etária residente no Concelho.

Figura 12 População do Município do Seixal, segundo o grupo etário e a nacionalidade, em 2011 (%)



Fonte: Censos, 2011

Serviços de Acolhimento e Integração

O Espaço Cidadania está integrado na Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania da Câmara Municipal de Seixal. O funcionamento do Espaço Cidadania tem por base a articulação em rede dos recursos locais existentes, por forma a facilitar a integração de migrantes e comunidades culturais em todas as dimensões de âmbito social do Município, nomeadamente no acesso à educação, aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho e regularização da sua situação migratória.

Figura 13 Espaço Cidadania. Balcão de atendimento personalizado no espaço de atendimento público nos Serviços Centrais da Câmara Municipal



A equipa técnica do Espaço Cidadania é integrada por 3 pessoas (duas técnicas e uma administrativa):

- Catarina Faias, com formação base em Serviço Social e formação inicial e avançada para técnicos/as dos CLAIM no âmbito da lei da imigração e nacionalidade e cidadãos da União Europeia; curso PEI, Projeto de Promoção de Empreendedorismo Imigrante; formação de Mediadores Interculturais para uma Europa Multicultural; curso de Direitos dos Refugiados e dos Imigrantes o Acolhimento e o Acesso aos Direitos Humanos em Portugal; curso em Direito dos Estrangeiros o Contencioso de Asilo Imigração e Nacionalidade; formação em direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia; formação no âmbito do Retorno Voluntário; curso de intervenção em comunidades imigrantes NPT. Integrou o projeto-piloto “Potencial da Diversidade Cultural no Desenvolvimento Local”;

- Ana Rubio, com formação base em Psicologia Clínica e formação inicial para técnicos/as dos CLAIM no âmbito da lei da imigração e nacionalidade;
- Maria José Mesquita, com formação académica ao nível do ensino secundário (12º ano) e formação inicial para técnicos/as dos CLAIM no âmbito lei da imigração e nacionalidade.

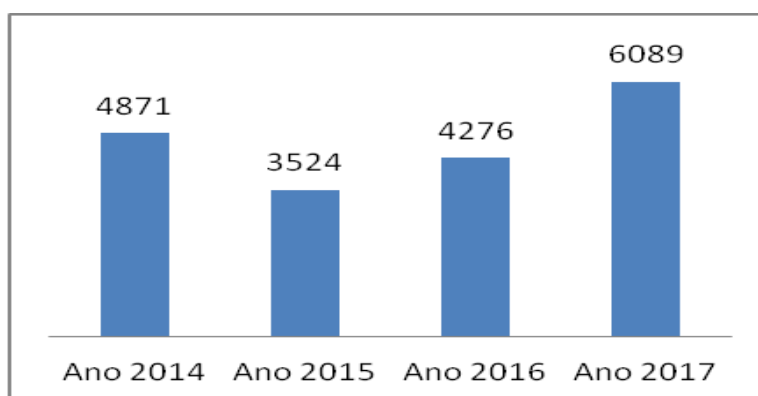
A equipa técnica presta informações gerais de apoio a migrantes; assegura o apoio na regularização de estrangeiros; faz a organização de processos de pedidos de nacionalidade, reagrupamento familiar, renovação de vistos, renovação de autorização de residência; instrução de processos de retorno voluntário; emissão de certificados de registo de cidadãos/ãs da União Europeia; inscrição na prova de conhecimento de língua portuguesa.

São entidades parceiras do Espaço Cidadania, através do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal: o Alto Comissariado para as Migrações; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; a Organização Internacional para as Migrações; o Centro local da Península de Setúbal da Autoridade para as Condições do Trabalho; o Instituto de Emprego e Formação Profissional; o Agrupamento dos centros de saúde de Almada e Seixal; a Polícia de Segurança Pública; as Juntas de Freguesia do Concelho; as associações de imigrantes presentes no Concelho; as Embaixadas; IPSS no Concelho; ONGD, organizações não-governamentais para o desenvolvimento; Escolas; instituições religiosas.

O Espaço Cidadania é um serviço com autonomia que elabora relatório estatístico dos atendimentos realizados, com periodicidade anual sendo o relatório mais recente é o de 2017.

O número total de atendimentos efetuados pelo “Espaço Cidadania” desde 2014 é 18 760 atendimentos.

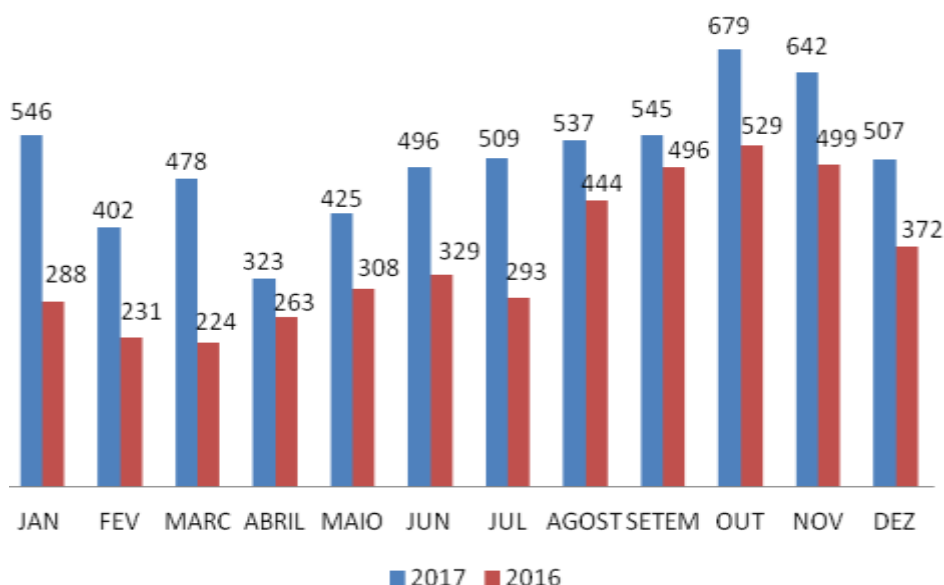
Figura 14 Número de Atendimentos efetuados pelo “Espaço Cidadania” entre 2014 e 2017



É interessante verificar que o maior número de atendimentos do “Espaço Cidadania” se verifica nos meses subsequentes ao Verão. Este facto sugere que o mês de Agosto corresponda ao mês

preferencial para vir para Portugal, para o Seixal, implicando necessidade de regularização da situação ou obtenção de informação nos meses seguintes.

Figura 15 Distribuição por mês dos Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, 2016 e 2017



A análise estatística dos chamados picos de atendimento orientam a planificação de campanhas de prevenção definindo, neste caso, que os meses imediatamente anteriores a Agosto seriam os mais indicados para prestar informações antes da saída do país de origem, como sugerem as estratégias definidas ao nível europeu.

Do ano 2016 para o ano 2017, o número de atendimentos no “Espaço Cidadania” aumentou cerca de 50%, passando de 4 276 atendimentos em 2016 para 6 089 em 2017, com uma distribuição muito equitativa em função do sexo, em ambos os anos.

Quadro 3 Distribuição por sexo dos Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, 2016 e 2017

Sexo	Ano	
	2016	2017
Feminino	2108	3088
Masculino	2118	3001
TOTAL	4226	6089

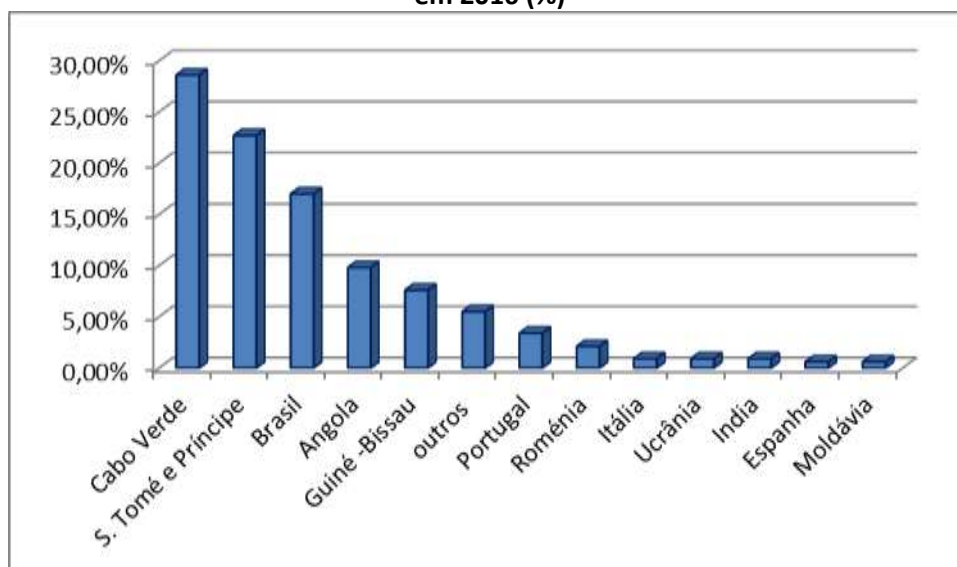
Fonte: Atendimento do Espaço Cidadania 2016/2017

No ano 2016, a maior proporção de atendimentos foi feita a cidadãos e cidadãs cabo-verdianos (28,6%) seguindo-se os/as santomenses (22,7%).

Quadro 4 Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2016 (% e n)

Nacionalidade	%	TOTAL
Cabo Verde	28,6%	1205
S. Tomé e Príncipe	22,7%	953
Brasil	17,0%	715
Angola	9,8%	413
Guiné -Bissau	7,6%	318
Portugal	3,4%	144
Roménia	2,1%	88
Itália	0,9%	36
Ucrânia	0,9%	36
India	0,9%	36
Espanha	0,6%	25
Moldávia	0,6%	25
Outros	5,5%	232
TOTAL	100,0%	4226

Figura 16 Distribuição dos atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2016 (%)

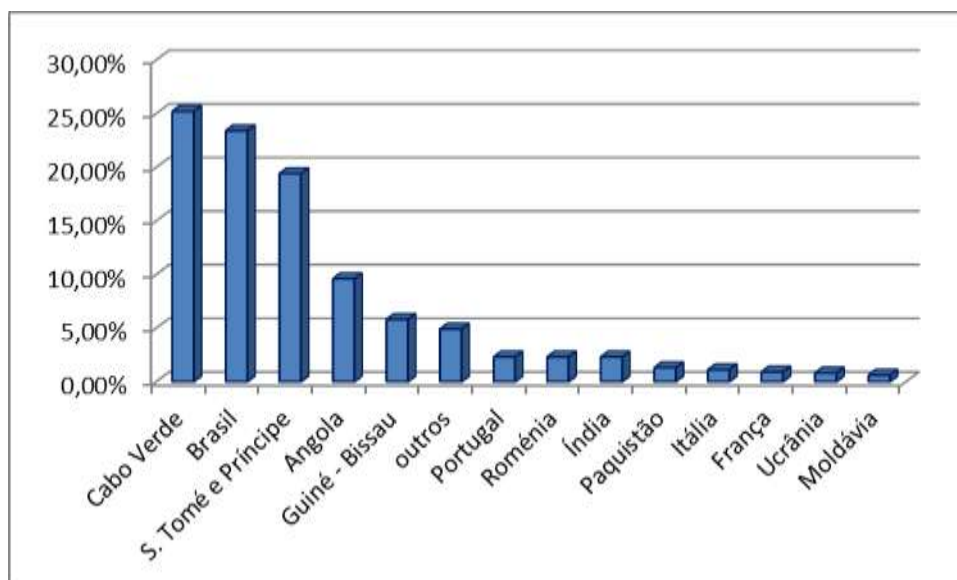


Comparativamente a 2016 é de assinalar que em 2017 se verificou uma diminuição do número de atendimentos a cidadãos e cidadãs cabo-verdianos e santomenses, passando os atendimentos a cabo-verdianos/as a representar uma proporção de 25,2% e a santomenses 19,4% verificando-se um aumento da quantidade de atendimentos a cidadãos e cidadãs de nacionalidade brasileira: 23,4%, quando em 2016 representava 17%.

Quadro 5 Atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2017 (% e n)

Nacionalidade	%	TOTAL
Cabo Verde	25,2%	1535
Brasil	23,4%	1427
S. Tomé e Príncipe	19,4%	1184
Angola	9,6%	585
Guiné - Bissau	5,8%	351
Portugal	2,3%	143
Roménia	2,3%	142
Índia	2,3%	139
Paquistão	1,3%	79
Ucrânia	0,8%	49
Itália	1,1%	65
França	0,9%	55
Moldávia	0,6%	39
outros	4,9%	296
TOTAL	100%	6089

Figura 17 Distribuição dos atendimentos efetuados no “Espaço Cidadania”, por Nacionalidade em 2017 (%)



Recursos Territoriais: Serviços de Apoio a Migrantes

Neste ponto apresenta-se os serviços de apoio disponibilizados aos migrantes e o diagnóstico dos obstáculos que se verificam na primeira fase de fixação no Concelho, do ponto de vista da população migrante.

As respostas direcionadas em exclusivo para a população migrante são dinamizadas por associações de imigrantes e por IPSS, uma vez que o “Espaço Cidadania” é um serviço dedicado mas inserido num organismo da Administração pública local. As associações de imigrantes locais são atores importantes para o processo de acolhimento e integração dos imigrantes. As associações de imigrantes são instituições de dimensão reduzida revelando fragilidade estrutural e de organização interna. Contudo, constituem entidades parceiras da Câmara Municipal, no Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, integram a Rede Social e são também entidades parceiras no projeto “Povos, Culturas e Pontes” demonstrando uma participação ativa na promoção da cultura dos países que representam. Para além desta ação integrada e desenvolvida em parceria, as associações de imigrantes atuam ainda como interlocutores junto das suas comunidades de residência predominantemente de população migrante e são agentes que contribuem para o processo de integração da população migrante no Concelho, em estreita articulação com o “Espaço Cidadania”.

As Associações de imigrantes existentes no Concelho são as seguintes (ordenadas por data de constituição):

- Associação Moçambique Sempre, constituída em 2002;
- Kamba - Associação de Angolanos do Município do Seixal, constituída em 2002;
- Associação Cabo-Verdiana do Concelho do Seixal, constituída em 2007;
- Associação para o Desenvolvimento Social, Solidariedade e Cooperação com S. Tomé e Príncipe – Póto Betú, constituída em 2007;
- Associação Esperança, constituída em 2006 e formalizada em 2009;
- ANALP, Associação dos Naturais e Amigos da Lobata em Portugal, constituída em 2011;
- ADSVC, Associação para o Desenvolvimento Social de Vale de Chicharos, constituída em 2014;
- AAGA - Associação de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, constituída em 2012, com alteração dos Estatutos em 2015;
- Associação “Raízes do Bairro de Santa Marta”, constituída em 2015;
- Associação Cultural Cubana em Portugal - Alo Cubano, constituída em 2017;
- A2FS - Associação Angolanos da Amora, constituída em 2017.

As Associações de Moradores da Quinta da Princesa e de Sta. Marta de Corroios são lideradas e dinamizadas por jovens, moradores/as nos respetivos bairros desde a sua infância ou adolescência e que aí permaneceram na idade adulta.

“Eu sou portuguesa. Os meus pais é que imigraram... A Associação de moradores é recente mas é importante, para aqui, para as pessoas melhorarem as suas condições de vida. Por exemplo, fizemos um abaixo-assinado para não retirarem a paragem... para não retirarem a paragem daqui do bairro... Há pessoas que saem, todos os dias, às 5 da manhã e chegam, muitas pessoas também, aqui, às 9 horas da noite. Não faz sentido terem que sair daqui para irem para uma paragem... o que faz sentido é a paragem estar aqui. E isto também é envolvimento político ao nível local.”

(A., Associação de Moradores da Quinta da Princesa)

“Já está constituída e já temos associados. Há uma quota e pagam uma quota, simbólica, um valor que é simbólico, para verem os seus direitos, aqui de melhoria da vida do Bairro, mais defendidos, mais ouvidos. Nós temos tudo como deve de ser na Associação...”

(J., Associação de Moradores de Sta. Marta de Corroios)

A autarquia disponibiliza apoios a associações e outras entidades da sociedade civil que trabalham com e para migrantes no Município. Os apoios incluem a cedência de espaços, apoio em materiais e equipamentos e apoios financeiros. A Associação Cabo-verdiana do Seixal está sedeadada num espaço cedido pela autarquia, que suporta as despesas de funcionamento.

A Câmara Municipal contribui ainda com suporte técnico especializado, sendo mais regular o suporte do Espaço Cidadania e o do “Apoio ao movimento associativo imigrante”, com uma equipa técnica especializada. Apesar disto, o apoio de natureza financeira é o mais pretendido pelas Associações de imigrantes.

“Tem que ser igual, para todas as Associações aqui... a Câmara não pode distinguir e o que dá a umas tem que dar às outras... é uma verba que a Câmara tem que dar, senão não vamos sobreviver... as associações de imigrantes estão aqui numa situação muito difícil... uma situação financeira muito, muito difícil...”

(A., Associação de Imigrantes)

Figura 18 Focus group das Organizações não-governamentais e movimento associativo



Os requisitos mínimos exigidos pela Câmara Municipal nem sempre são cumpridos, incluindo a definição de Plano de Atividades, entrega do Relatório de contas e manutenção da documentação essencial ao regular funcionamento associativo, como o registo em ata de reuniões. Podendo esta situação ser entendida como necessidade de apoio técnico às associações de imigrantes, a Câmara Municipal, através da área dedicada ao “Apoio ao movimento associativo imigrante” encetou um conjunto de ações de formação com objetivos de capacitação de dirigentes e técnicos/as das associações.

Uma das ações de capacitação assumiu a denominação "Movimento Associativismo Imigrante" tendo sido desenvolvido no âmbito da medida “Ações de Formação Ajustadas às necessidades das Associações e organizações de base local”, que tem como meta a organização de pelo menos uma ação de formação em conteúdos identificados pelas associações. Pela sua natureza, objetivos e

cobertura, esta medida cobre também a área da Cidadania e Participação, por fomentar a participação cidadã dos NPT e da sociedade de acolhimento.

O ciclo de formação implementado pretende ir ao encontro das necessidades e preocupações do movimento associativo imigrante no Município do Seixal, no sentido de intervirem como atores destas organizações de modo mais esclarecido e encontrarem oportunidades de desenvolvimento das suas dinâmicas junto das comunidades, em estreita parceria com a Autarquia e Rede Social. Este ciclo compreende quatro dias de formação (6, 20 e 27 de maio e 3 de junho), perfazendo 25 horas de formação. Os módulos são os seguintes:

- "Conceção e gestão de projetos de intervenção social" e
- "Elaboração de Candidaturas e Projetos Financiados"

A formação foi dinamizada pela Logframe e contou com 22 participantes do movimento associativo imigrante local e técnicos/as de parceiros do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal.

Estas ações dão resposta à necessidade de capacitação do associativismo nas comunidades, dotando os/as formandos/as de conhecimentos para uma melhorarem a sua capacidade de apresentação e execução dos seus projetos, quer a nível financeiro, de submissão de candidaturas e gestão de fundos financeiros. Esta necessidade é sentida pelas associações, embora o seu reconhecimento tivesse que ser trabalhado numa estratégia que implica confrontar líderes e técnicos/as das associações com a exigência de planear, propor a aprovação, desenvolver, monitorizar, concluir e avaliar um projeto. Este confronto, feito entre pares e de forma participada, em reunião, permitiu o reconhecimento de uma necessidade.

Apesar de a avaliação de impacto das ações de formação não ser feita, foi possível verificar, neste estudo de diagnóstico, que as associações encontram benefícios na participação em ações de formação, dando depois lugar a novas necessidades, já por si identificadas de uma forma mais explícita e assumida.

Enquadrando as necessidades diagnosticadas, no que concerne ao planeamento de ações para o período deste plano municipal (2018-2020), os objetivos que se pretende alcançar com as associações de NPT são os seguintes:

- Desenvolvimento de competências no domínio da comunicação organizacional;
- Desenvolvimento de competências de planeamento e gestão de eventos;
- Promoção da participação das mulheres imigrantes no movimento associativo;
- Estímulo do associativismo jovem enquanto instrumento promoção da diversidade cultural e afirmação identitária.

A escolha das áreas e/ou temas de formação é feita segundo uma metodologia participada, em reunião entre a Câmara municipal e todas as entidades interessadas, permitindo considerar que não se observa uma decisão *top-down* da Câmara Municipal, como ficou claro no *focus group*.

“Os temas e as datas, a agenda do que precisam para melhorarem a sua ação, serem mais autónomos foi tudo definido em reunião. Todos participaram e na reunião decidiu-se, com a Câmara a ajudar neste processo, quais eram as áreas de maior necessidade e quais eram prioritárias. É muito engraçado porque nem sempre se apercebem de que aquela área, para a formação, aquele tema é muito importante. Depois de se explicar para que serve, porque é mesmo importante, então vêm às formações e pedem mais. Já percebem e escolhem mais temas.”

(T., FG especificidade na promoção de integração)

A análise comparada entre os vários *focus group* também permite sustentar a hipótese de nem todas as entidades institucionais com ações que visam a integração da população migrante no Concelho, seja de forma direta ou indireta, terem conhecimento acerca daquelas ações de formação tendo em vista a capacitação das associações de imigrantes. Isto porque, entre as medidas sugerida por um dirigente de uma associação estava, precisamente, a criação de ações como as que são já realizadas. Por outro lado, além da hipótese da falta de informação pode ainda sustentar-se a hipótese de a capacitação de dirigentes e técnicos/as não ser perceptível, isto é, não ter ainda surtido os efeitos pretendidos.

“O que faz mais falta é formação aos dirigentes das associações, principalmente das associações de imigrantes... têm que se organizar e estar mais preparados para se candidatarem a projetos e para saberem gerir os fundos e, mais, mais do que isso para entregarem depois os relatórios das atividades. Estas associações precisavam de músculo. Já têm os associados mas falta-lhes músculo para se tornarem autónomas e a formação dá-lhes esse músculo... formação, formação é muito importante...”

(N., FG movimento associativo)

O apoio da Câmara Municipal inclui também assessoria na conceção e submissão de candidaturas a fundos ou programas de financiamento das atividades planeadas pelas Associações. No entanto, é raro existir procura para este suporte, de ordem técnica – quando as associações de imigrantes não possuem equipas técnicas profissionais, assentando o seu trabalho no voluntariado.

“As associações assentam no trabalho voluntário. São muitas horas de trabalho e muita dedicação mas as pessoas, alguns dirigentes têm a sua profissão... e isto gera muitas dificuldades quando tentam profissionalizar-se... Precisam, todas, todas as associações de imigrantes de um processo de profissionalização. Não é só o voluntariado que suporta uma organização nos dias de hoje. Têm que se profissionalizar e ter técnicos e técnicas a trabalhar lá e a articular com as parcerias e com as outras organizações da administração.”

(E., FG especificidades na promoção de integração)

O diagnóstico da necessidade de suporte técnico para fazer face a processos complexos de candidatura a projetos com financiamento levou um dos *focus group* a sugerir que as associações, entre si, se apoiassem mutuamente, numa lógica de troca de sinergias.

“As associações de imigrantes já têm jovens e algumas licenciadas e podiam ajudar-se entre si. Até fazerem candidaturas conjuntas e estarem mais disponíveis para trabalharem entre si e para se apoiarem, naquilo que são necessidades e problemas comuns, da população imigrante em geral...”

(M., CLDS, FG especificidades na promoção de integração)

No entanto, noutra *focus group* com a participação de técnicas da Câmara Municipal, “Apoio ao movimento associativo imigrante”, “Área de Intervenção Social e Cidadania”, “Área de Planeamento Social”, “Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal”, “Plano Municipal para a integração de imigrantes”, “Espaço Cidadania”, entre outros, foi igualmente diagnosticada a interferência de posições ideológicas e políticas de dirigentes das Associações na sua ação afetando a sua disponibilidade para a ação em parceria.

“Também há interesses e posições políticas... e faz parte... é assim. As associações também têm, podem ter interesses diferentes entre si... e isto às vezes dificulta que trabalhem juntas. Não quer dizer que não o façam mas não é isso que é natural. É normal que seja assim. Um líder também tem as suas posições políticas e as suas ideias e às vezes é isso que faz com que esteja à frente daquelas associações. Senão seria outra pessoa, não é? Também não pode ser tudo só pensado como se isto não fosse verdade e como se as pessoas não influenciassem as associações. As organizações também são um bocadinho as ideias e as posições das pessoas que estão à frente das organizações. E é normal que seja assim...”

(T., FG especificidades da integração)

Figura 19 Focus group das especificidades do processo de integração



Figura 20 Focus group dedicado à Segurança



A Câmara Municipal tem vindo a desenvolver algumas respostas, sob a forma de programa, projeto ou fórum, para além de apoiar outras respostas existentes, sem interferir na sua autonomia. Entre as respostas desenvolvidas e dinamizadas pela Câmara Municipal do Seixal, o Fórum para a Cidadania constitui-se como espaço de debate acerca dos problemas que afetam a população migrante e as comunidades culturalmente definidas. O objetivo é, através da participação no diagnóstico de problemas e necessidades, conjugar esforços para o planeamento de respostas ou identificação criativa de soluções.

O Fórum para a Cidadania visa estimular a participação de todas as entidades parceiras na procura de soluções e na formulação de respostas em relação às áreas centrais da integração, como educação, saúde, entre outras. O Fórum, com esta estrutura aberta e estratégia colaborativa, reúne anualmente integrando a participação de todas as pessoas, coletivas ou singulares, que desejem contribuir para um desenvolvimento local integrado e sustentável.

O programa “Mentores para Migrantes” esteve ativo desde Abril de 2015 até ao final do ano 2017, não tendo desde então tido continuidade. Este programa tinha como objetivos desenvolver uma experiência de entreaajuda e interconhecimento entre cidadãos/ãs portugueses/as voluntários/as e cidadão/ãs migrantes. Este objetivo era prosseguido através da criação e dinamização de uma rede de mentores que promoveriam a interculturalidade, designadamente prestando apoio a migrantes que pretendessem regressar ao seu país de origem, dando orientações a um/a migrante perante uma necessidade específica.

Figura 21 Tríptico do Programa “Mentores para Migrantes”



Seja mentor, seja voluntário! Apoie esta causa.

- Está disponível para fazer parte de um programa inovador que valoriza a diversidade e promove a interculturalidade?
- Tem abertura para o conhecimento e o contacto com novas realidades sociais e culturais?
- Deseja contribuir para a inclusão social de cidadãos imigrantes em regime de voluntariado?
- Quer apoiar um emigrante português que queira regressar a Portugal orientando para encontrar soluções adequadas à construção do seu novo projeto pessoal e profissional em Portugal?
- Gostaria de se tornar mentor e, através de uma experiência de entreajuda, apoiar e orientar um cidadão imigrante numa necessidade específica?
- Considera que as suas competências pessoais e profissionais podem ser utilizadas em prol de um processo de mentoria?

Programa mentores para Migrantes

Acerca do ACM, IP:

O ACM, I.P., Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

www.acm.gov.pt
www.facebook.com/ACMigracoes

Contactos e Informações:

ACM, IP
 Rua Álvaro Coutinho, 14
 1150-025 Lisboa
 Telefone: 218 106 100
 Email: mentores@acm.gov.pt

Mais informações e inscrições em:
<http://mentores.acm.gov.pt>
 Ou numa entidade parceira na sua área de residência.

Programa mentores para Migrantes

“SEJA A MUDANÇA QUE DESEJA VER ACONTECER NO MUNDO.”

Mahatma Gandhi

Apoio
 CONFIANÇA
 ORIENTAÇÃO
 INTEGRACÃO
 PARTILHA
 IGUALDADE
 ENTREAJUDA
 CONHECIMENTO
 ACOLHIMENTO
 RESPONSABILIDADE

Parceiro Colunador:   

No ano 2016 foi avaliada a possibilidade de retoma do programa “Seixal Acolhe”, contudo a sua viabilidade dependia de recursos indisponíveis, designadamente, autocarros.

O projeto “Rede de Hortas Urbanas do Município do Seixal” promovido e dinamizado pela Câmara Municipal do Seixal não tem a população migrante como destinatária principal, no entanto, acaba por abranger sobretudo população migrante. Por um lado, entre a população que se dedica à exploração agrícola de proximidade e baixa escala de produção está fundamentalmente população migrante, com hábitos de cultivo da terra. Por outro lado, a população que se dedica a esta atividade muitas vezes também é população residente em áreas habitacionais de maior vulnerabilidade nas quais, também na maior parte das vezes, a população migrante está mais representada.

A Rede de Hortas Urbanas do Município do Seixal faz parte do modelo de agricultura urbana do Município do Seixal existente em 2018. Com esta rede pretende-se dotar o Município de uma rede de espaços vocacionados para o desenvolvimento da atividade agrícola, nas suas vertentes social, recreativa e pedagógica, orientados pelos princípios da agricultura sustentável.

O projeto “Rede de Hortas Urbanas” tem por objetivo criar uma rede de espaços produtivos destinando-se a promover a atividade agrícola em contexto urbano. Esta atividade inclui cultivo e colheita de produtos agrícolas de natureza sazonal. O princípio orientador desta atividade é a

agricultura sustentável. Segundo este princípio fomenta-se a agricultura biológica e a sustentabilidade ambiental, com recurso a compostagem, utilização racional da água, armazenamento e utilização da água da chuva. Ainda segundo o mesmo princípio estimula-se os ciclos naturais de produtividade, estilos de vida saudáveis, métodos de produção culturalmente testados e típicos, relações interpessoais e intergeracionais assentes na transmissão de métodos e práticas de agricultura sustentável.

Através deste projeto, a Câmara Municipal do Seixal pretende dar apoio à população melhorando a sua qualidade de vida em relação à subsistência alimentar saudável e complemento ao rendimento familiar e ainda contribuir para reforçar a identidade cultural e territorial e a coesão social.

Este projeto teve início em 2002 e está planeado até 2020 representando uma estratégia de planeamento participado e sustentado. O projeto começou com uma dimensão pedagógica e integrou uma ação de atualização de dados sobre as ocupações hortícolas espontâneas do território, em 2011, correspondendo a uma área total de 116 hectares. Mais recentemente, através do projeto tem sido possível reunir esforços para redução de riscos em espaços agrícolas espontâneos, nomeadamente na Quinta da Princesa. Neste âmbito foram desenvolvidas ações de sensibilização sobre utilização de águas residuais não tratadas, através de uma parceria entre Divisão de Águas Residuais, Divisão de Ação Social, Divisão de Desenvolvimento em Saúde, Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, Unidade de Saúde Pública – ACES Seixal-Sesimbra, SIMARSUL e o Programa Escolhas – Tutores de Bairro.

Também se encetou um ciclo de formação em gestão doméstica, gestão do dinheiro, técnicas agrícolas sustentáveis e empreendedorismo. Em específico, através de uma parceria com o Programa Escolhas – Projeto Tutores de Bairro, com uma ação sobre “Gestão do Dinheiro”, com uma carga horária de 12h30; com o Contrato Local de Desenvolvimento Social, com uma ação sobre “Economia Doméstica”, com uma carga horária total de 7h30. A Câmara Municipal do Seixal, a DAMBS, com uma ação sobre “Técnicas Agrícolas Sustentáveis”, com uma carga horária total de 7h30; e a DMC, com uma ação sobre “Empreendedorismo”, com uma carga horária total de 10h00.

Figura 22 Ação de Formação sobre “Técnicas Agrícolas Sustentáveis” no Espaço Agrícola do Monte Sião (União das Freguesias Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires)



Este modelo de agricultura urbana integra hortas sociais, orientadas para a subsistência familiar como complemento ao rendimento familiar ou como fomento de receita. As hortas sociais são destinadas a pessoas e/ou comunidades em risco de exclusão social. Para além das hortas sociais, o projeto integra também hortas recreativas e hortas pedagógicas. O fim destas duas tipologias é distinto da anterior. As hortas recreativas são destinadas ao contacto com a natureza podendo ter fins terapêuticos e de desenvolvimento psicomotor. As hortas pedagógicas são destinadas a aumentar o contacto de crianças e jovens com a natureza, conhecendo melhor a sequência das estações do ano, os produtos de época, estimular nelas a necessidade de uma alimentação saudável e promover relações interpessoais e intergeracionais.

O Projeto “Est@s na Mira” implementado no Miratejo é aí desenvolvido tendo como entidade promotora a “Associados Para Educar”, no âmbito do Programa Escolhas 6ª Geração (2016-2018) com financiamento do Alto Comissariado para as Migrações.

O Projeto “Tutores de Bairro” implementado na Quinta da Princesa é aí desenvolvido tendo como entidade promotora a Associação de Reformados e Idosos da Freguesia de Amora (ARIFA), no âmbito do Programa Escolhas 6ª Geração (2016-2018) com financiamento do Alto Comissariado para as Migrações.

Ainda, o Projeto “Empoderar, Capacitação de Mulheres” desenvolvido no período extraordinário de Janeiro a Dezembro de 2017 promovido pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens (REDE) também parte do Programa Escolhas 6ª Geração (2016-2018) com financiamento do Alto Comissariado para as Migrações.

O Seixal conta desde 2016 com uma plataforma representativa de todos os cidadãos no Concelho (migrantes e sociedade de acolhimento) que se constituiu enquanto “Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal”. O Pacto tem atuado como parceria interinstitucional que visa a integração socioprofissional e promoção de cidadania das pessoas migrantes, pertencentes a comunidades culturais e/ou com dificuldades de integração.

O Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal é constituído por entidades (em anexo apresenta-se uma relação daquelas que fazem parte do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal – ver Anexo 1 - e outra relação identificando as entidades que integram a Rede Social do Seixal, as que fazem parte do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal e as que fazem parte do projeto “Povos, Culturas e Pontes” – ver Anexo 2 ⁷).

O Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal constitui-se como plataforma de intervenção integrada constituída por 47 entidades, que visa a “dinamização de sinergias, que promovam uma rede de parcerias alargada, facilitadora da integração dos migrantes e das comunidades culturais e

⁷ O Anexo 1 e o Anexo 2 apresentam uma relação completa dos recursos territoriais que são apresentados neste estudo de diagnóstico de forma parcelar, isto é, para cada uma das áreas.

religiosas” (Preâmbulo do Regulamento Interno, s.d.). A natureza do Pacto é “articular e mobilizar todos os esforços das entidades públicas e privadas que integram a parceria, empenhadas na análise dos problemas e na procura de soluções adequadas, visando a sua resolução” (artigo 1º do Regulamento Interno, s.d.).

A plataforma que serve de base ao Pacto foi criada no âmbito do Projeto EQUAL “Migrações e Desenvolvimento”. O PTDIS tem por objetivos:

1. Facilitar a integração na sociedade portuguesa dos migrantes e das comunidades culturais e religiosas promovendo o acolhimento dos/as cidadãos/ãs que se fixam no Concelho e apoiando no regresso a Portugal os/as cidadãos/ãs portugueses/as que tendo sido emigrantes, procuram de novo reintegrar-se na nossa sociedade;
2. Desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção integrada dos agentes locais;
3. Contribuir para potenciar sinergias, competências e recursos a nível local, envolvendo toda a sociedade no acolhimento das populações migrantes e comunidades culturais e religiosas.”

(artigo 2º do Regulamento Interno, s.d.).

As suas atribuições são “contribuir para:

1. A resolução de dificuldades que se colocam a nível local, através da articulação interinstitucional que assegure respostas no domínio da informação/divulgação e do atendimento e encaminhamento;
2. A organização e apoio ao desenvolvimento de atividades que promovam a constituição de grupos de trabalho tendentes a garantirem uma atuação coordenada dos diversos parceiros;
3. A promoção e valorização das culturas de pertença das populações migrantes e das comunidades culturais e religiosas;
4. A recolha de informação que sirva de suporte ao diagnóstico local sobre os seus públicos-alvo e à difusão de informação pertinente à população e às instituições locais.
5. A concertação de estratégias adequadas para proceder à resolução das dificuldades identificadas ao nível da população migrante e das comunidades culturais e religiosas;
6. O reforço da consciência social e responsabilidade partilhada dos indivíduos e das organizações;

7. A promoção de mecanismos facilitadores da inserção no mercado de trabalho e na sociedade dos destinatários do projeto;
8. A dinamização de espaços de reflexão conjunta, discussão e debate, estimulando a participação de todos/as (dos públicos alvo, da população, dos/as técnicos/as e de outros representantes das entidades e serviços), por forma a facilitar um melhor e maior conhecimento dos problemas, a procura de soluções e a formulação de respostas;
9. O incentivo à participação ativa das populações migrantes e das comunidades culturais e religiosas no processo da sua plena integração” (artigo 3º do Regulamento Interno, s.d.).

Os contributos do SEF para a integração de migrantes em Portugal durante o ano 2016 têm impacto sobre o Município do Seixal, em particular a população migrante e profissionais mais ligados ao processo de integração.

“O programa SEF em movimento e também o SEF vai à escola fazem muita falta...”

(C., FG Educação)

Apesar de o Portal de Informação ao Imigrante (www.imigrante.pt) ter sido atualizado em 2016 incluindo informação que permite preparar a documentação necessária antes da deslocação ao SEF, a maior parte das pessoas que participou nos *focus group* refere não ser clara a documentação necessária, não ser sempre a mesma a informação transmitida por diferentes profissionais no atendimento no SEF, e, acima de tudo, ser demasiado longo o tempo de espera para o atendimento (após marcação).

“Umás vezes dizem que é um documento e marcamos e depois vamos lá e já não era só aquele documento... Porque é que não dizem... não é tudo o que faz falta... é pior do que isto! Não dizem todos a mesma coisa... e vamos várias vezes e depois perdemos a marcação porque umas vezes umas pessoas dizem umas coisas e outras pessoas, já outra vez, dizem uma coisa diferente...”

(A., Quinta da Boa Hora)

O Portal de Informação ao Imigrante, assim como o Espaço Cidadania disponibilizam também informação sobre a legislação em vigor e os locais e horários de atendimento. Para além da informação, o Espaço Cidadania, as Associações de imigrantes e outras instituições particulares de solidariedade social (IPSS), organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD) e outras respostas sociais no Concelho prestam apoio na interpretação da legislação e dos pedidos de documentação, bem como fazem o acompanhamento de migrantes ao balcão do SEF.

O atendimento no SEF (Setúbal) é muito visado no discurso de migrantes:

“Não, aqui a dificuldade não é a língua... é mau atendimento porque é falta de paciência... é falta de paciência de quem faz o atendimento. Nem sempre a gente compreende. Nem sempre a gente tem os documentos. E nem sempre pode ter e lá não têm paciência nenhuma...”

(M., Bairro da Boa Hora)

Sem poder resolver este problema mas prevenindo-o, em 2013, a autarquia promoveu cursos de formação na área da ‘Educação Intercultural’ com o objetivo de reforçar as competências interculturais de funcionários/as da Câmara Municipal do Seixal e/ou técnicos/as de instituições públicas e privadas do Município. Também foram realizadas ações informativas para profissionais, no Centro Comunitário da Arrentela.

A administração local e outras entidades de âmbito local dinamizam algumas iniciativas específicas dirigidas à população migrante. Contudo, os *focus groups* permitiram concluir que, se por um lado a articulação entre a administração local e as entidades presentes no Concelho é interpretado como oportunidade para rentabilizar recursos, escassos, por outro lado, esta articulação é promovida, na maior parte das vezes apenas perante necessidades específicas, acabando, por isto, por ser uma cooperação pontual e bilateral. Isto é, na maior parte das vezes, a Câmara Municipal e/ou Juntas de Freguesia cooperam com outras instituições com um propósito muito específico, em ações sem continuidade e sem que, ambas as partes reconheçam uma efetiva poupança de recursos. Aparentemente são raras as situações em que várias instituições articulam entre si e com a Câmara Municipal e/ou Junta(s) de freguesia para planear uma ação, para a desenvolverem em colaboração e para avaliarem o seu impacto.

“Fazemos uma ação lá na freguesia da Amora e falamos com a Junta de Freguesia e depois há sempre alguém que leva mais uma coisa, e mais umas comidas e umas coisas. E a Junta participa e a Câmara e as coletividades.”

(T., FG administração pública)

É ainda identificado como relevante a existência de um programa, implementado e desenvolvido no âmbito da parceria estabelecida entre o Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que possibilita o apoio ao retorno dos estrangeiros em situação de carência económica ao seu país de origem: Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRe VI). Este programa é uma das componentes indispensáveis à abordagem compreensiva da gestão das migrações em Portugal e tem por objetivo promover um retorno e reintegração sustentáveis para migrantes que não reúnam condições para

ficar em Portugal e desejem regressar voluntariamente ao seu país de origem. O Programa é cofinanciado pelo Fundo Asilo Migração e Integração (FAMI) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

O sucesso da implementação do programa ARVoRe depende da cooperação e participação de um vasto número de atores, principalmente os/as migrantes, o Governo português, o SEF, entidades parceiras da rede alargada de parceiros locais, os CLAIMS e CNAIMs e os países de origem, no âmbito das relações internacionais.

Em 2016 foram abrangidos/as por este programa, um cidadão do Brasil, do sexo masculino e uma cidadã da Guiné Bissau, do sexo feminino. Em 2017 foram abrangidos/as cinco cidadãos/ãs brasileiros/as, duas do sexo feminino e três do sexo masculino.

Urbanismo e Habitação

O crescimento demográfico do Concelho do Seixal está historicamente ligado à imigração e ao processo de saída de Portugal dos territórios colonizados a partir do início dos anos 70 do século XX. A este crescimento demográfico liga-se, por sua vez, o crescimento do parque habitacional. Assim, quase 41% (40,96%) dos edifícios são construídos no período 1971-1990 e, a mesma proporção (40,96%) são construídos no período entre 1991 e 2011, respetivamente 13 697 e 12 340 edifícios (INE, 2011).

1 137 edifícios são de construção anterior a 1946, concentrando-se nas áreas geograficamente mais próximas da bacia do Rio Tejo.

A habitação é uma carência ao nível do Concelho correspondendo a uma necessidade que afeta uma proporção significativa da população residente.

Apesar de se identificar esta necessidade, transversal à população residente no Município do Seixal, também se identifica, na área geográfica do Concelho bolsas de precariedade habitacional mais expressiva: o Bairro da Quinta da Princesa; Bairro da Cucena; Vale de Chicharos; Sta. Marta de Corroios. Estas áreas sociogeográficas são as que acolhem a maior parte da população migrante.

O agravamento das necessidades pela pressão demográfica, com entrada de população oriunda de outros países e que se fixa no Seixal, para aí residir constituiu uma das dimensões de avaliação de diagnóstico junto da população.

No final de 2017 deu-se início ao processo de realojamento de um dos lotes em Vale Chicharos (lote 10) identificado como de intervenção prioritária. Este processo de realojamento, enquadrado numa

parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação, a Câmara Municipal do Seixal, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e a Santa Casa da Misericórdia do Seixal, estava em curso durante a realização do estudo de diagnóstico inviabilizando o tratamento de dados de caracterização dos agregados familiares. À data de elaboração do diagnóstico já se tinha procedido às escrituras das casas e encetado o processo de levantamento de necessidades. Ainda assim, a maioria das famílias residente nesta comunidade é NPT, principalmente ali fixada na sequência do processo de imigração dos PALOP para Portugal nos anos 70 do século XX. A primeira fase de realojamento beneficiará 64 famílias. Está planeado o realojamento de famílias residente no lote 13 ainda no decurso do corrente ano prevendo-se que todo o processo de realojamento termine no prazo de cinco anos.

Este processo de realojamento tem como objetivo latente a integração da população migrante na medida em que adota um modelo de realojamento assente na dispersão das famílias realojadas em habitações integradas e espalhadas pela malha urbana do Concelho. Estas habitações serão adquiridas pela Santa Casa da Misericórdia do Seixal que fará a gestão desse património. Está planeado, a mais médio-longo prazo, para os próximos 5 anos, concluir o realojamento de todas as famílias nesta comunidade (Vale de Chicharos), à média de 2 lotes por ano.

Porque vêm para o Seixal quando vêm para Portugal?

A importância das redes de suporte, familiar ou mais alargadas e a importância da língua são os fatores mais identificados pelas pessoas de origem cabo-verdiana, angolana, moçambicana e santomense.

“...é a família... vir de Cabo Verde porque está cá a família ou porque quero trazer a família e venho primeiro”

(F., santomense, Quinta da Princesa)

O destino está definido à partida do seu país de origem ou é um processo mais aleatório, portanto menos planeado?

O destino está definido existindo até, em várias situações um objetivo específico na opção por Portugal, incluindo diversos motivos:

- a) Prestação de cuidados de saúde, ao próprio e/ou a um familiar, na maior parte das vezes, filho/a

“Eu estou aqui porque vim com o meu menino. Ele precisa de cuidados, do Hospital (...) Anda na Escola mas tem muitos problemas de saúde... eu vim acompanhar e estou aqui até Deus Nosso Senhor levar o meu menino...”

(M., santomense, Sta. Marta de Corroios)

b) Prossecução de estudos

“Eu vim para Portugal para estudar. Já tinha cá um tio que era professor e ele que me chamou para estudar. Lá não tinha condições...”

(D., cabo-verdiano; Quinta da Princesa)

“Eu lá [Luanda] não estava satisfeita... não estava a gostar do método de ensino e uma pessoa se quer ser alguém, fazer alguma coisa da vida, tem que sair de lá. Então eu vim para estudar. Vim com o meu irmão. E tínhamos também cá família [na Brandoa] e a língua... a língua ajuda já. E vim estudar ... e depois tive que ir trabalhar e estudava ao mesmo tempo. Na casa da minha tia as coisas... não correram bem... Vim estudar e sempre a tentar, sempre a tentar...ainda hoje estou sempre a tentar...”

(S., angolana; Quinta da Boa Hora)

Estas experiências são, a primeira de um individuo do sexo masculino, com mais de 60 anos de idade, e a segunda de uma rapariga, com 23 anos de idade, revelando que as motivações são comuns, em termos de género, idade e expectativas de vida. Para além disto é de assinalar que a instrução através dos estudos é entendida como um fator facilitador no acesso a emprego e este, o emprego, entendido pela população migrante como vetor essencial para a integração.

c) Reunificação familiar

“É mais fácil vir para aqui... eu tinha cá o meu irmão e a minha irmã e as sobrinhas em Portugal [Chelas]. Queria um visto de trabalho mas só vim para cá porque a família disse que era bom...”

(A., santomense; Quinta da Princesa)

d) Procura de emprego mais estável e mais bem remunerado

“Eu vim de férias, 2 meses, mas já vinha a procurar, a procurar trabalho. Uma pessoa vem à procura de melhores condições. É o acesso a melhores condições... ter um contrato de trabalho. Agora tenho a família. Fiquei cá e tenho cá a minha família... só não tenho contrato de trabalho... não tenho documentos... Deixei acabar o prazo. A minha mulher está com o bebé em casa e ela também não tinha trabalho. Eu trabalho mas não dão sem os documentos e não tenho os documentos. O pior é que o SEF atrasa a nossa vida...”

(M., cabo-verdiano; Quinta da Princesa)

“Eu também no início... no início vim de férias, mas já é com o objetivo de ficar [risos]. A embaixada controla as saídas. Controla muito mas eu vim e vim lutar por um trabalho e lutar pelos documentos.”

(A., cabo-verdiano; Quinta da Princesa)

Dos diferentes motivos ilustrados por estas situações, a procura de emprego num país com um mercado de trabalho mais estável, previsível e aberto parece corresponder à razão menos ligada à escolha pelo Município do Seixal para residir. No caso apresentado como ilustrativo, o jovem rapaz veio para o Seixal quando chegou a Portugal, daqui foi para a zona centro do país, pois aí tinha uma

melhor perspetiva de trabalho; residiu nesse local até a empresa para a qual trabalhava ter encerrado e, na sequência deste facto, regressou ao Seixal onde permanece a residir encontrando-se em situação de desemprego.

Esta situação ilustra uma trajetória em que as escolhas são pessoais mas fortemente influenciadas pela prévia existência de suporte familiar. O Seixal e a zona centro do país, neste caso que ilustra uma regularidade, são escolhidos para fins profissionais mas também por serem esses os locais onde residem familiares ou pessoas próximas com a mesma origem geográfica, no caso Cabo Verde.

O acesso a habitação não é entendido pela população migrante como um obstáculo à saída do seu país. Por um lado por terem, na maior parte das vezes, familiares ou conterrâneos com os quais estabelecem contacto antes de virem. Assim vão desenvolvendo a expectativa de acolhimento residencial junto de outros nos primeiros tempos e de forma autónoma após obterem emprego. Esta expectativa foi encontrada no discurso de quase todos/as os/as participantes nos *focus groups*. Este é o processo que, por vezes, leva à residência numa habitação com poucas condições ou mesmo degradada. O investimento na habitação e condições de bem-estar residencial parece estar relacionado com a perceção da qualidade da habitação e da expectativa de permanecer no Bairro.

“Não arranjam nada porque estão sempre a pensar sair daqui. Há sempre uma promessa, um ano e depois o outro... e não se gasta dinheiro numa coisa que depois é para deitar abaixo. Não vais mudar os canos e fazer o esgoto se depois o dinheiro fica no esgoto e vais para outra casa... A pessoa tem sempre, cria sempre aquela expectativa de sair daqui. E depois já gastou o dinheiro...assim gasta noutras coisas e não na habitação...”

(J., Português filho de angolanos, Sta. Marta de Corroios)

Os pedidos de habitação social feitos por residentes no Concelho, em 2015 foram 187, dos quais, a maior parte (76) da freguesia da Amora, seguindo-se os pedidos de residentes na freguesia de Corroios (43), Arrentela (35), Aldeia de Paio Pires (24) e, em quantidade muito mais residual, na freguesia de Fernão Ferro (5) e no Seixal (4) (Soares, 2017).

Apesar da quantidade de pedidos de habitação social feitos à Câmara Municipal do Seixal, os núcleos de construção precária existentes no Concelho em 2015 estavam calculados em 1 618. A distribuição destes núcleos por freguesia e área territorial do Concelho revelam uma relação entre a quantidade de núcleos de construção precária e a quantidade de pedidos de habitação social. Embora possa não haver sequer coincidência, estes dados sugerem que as bolsas de precariedade habitacional sejam compostas por núcleos de construção precária concentrando-se aí também a maior parte da população migrante com graves carências socioeconómicas. Na freguesia da Amora, em Vale de Chicharos existiam, em 2015, 1 100 núcleos de construção precária e na Quinta João Tomás, 31 e na freguesia de Corroios, em Sta. Marta, 487. As áreas territoriais com maior concentração de migrantes e seus descendentes e que continuam a ser áreas preferencialmente procuradas por migrantes

recém-chegados são a Cucena, Boa-Hora, Santa Maria do Pinhal, Miratejo, Vale de Chícharos e Quinta da Princesa.

Figura 23 Focus group da Quinta da Princesa



Figura 24 Focus group da Quinta da Boa Hora



Figura 25 Focus group de Sta. Marta de Corroios



Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

A população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) são 80 139 indivíduos, em Dezembro de 2015. À mesma data de referência, a taxa de atividade situava-se em 50,6%, a taxa de emprego nos 59,6% e a taxa de desemprego em 14,1% estando 7 159 pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego.

A taxa de atividade da população estrangeira é tendencialmente superior à da população portuguesa. No entanto, também a taxa de desemprego é mais elevada entre a população de outra nacionalidade da União Europeia (17,1%) e de população de nacionalidade fora da União Europeia (23,9%) comparativamente à taxa de desemprego no Concelho (14,1%) (INE, 2011).

Quadro 6 Taxas de atividade, emprego e desemprego para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro, em 2011 (%)

	Taxa de atividade	Taxa de emprego	Taxa de desemprego
Total da população	60,5%	85,9%	14,1%
Estrangeiros UE	64,1%	82,9%	17,1%
Estrangeiros não-UE	72,4%	76,1%	23,9%
Naturais do estrangeiro	72,0%	81,4%	18,6%

Fonte: Censos 2011

A taxa de desemprego para os NPT no ano 2016 atingiu os 18,8% situando-se acima da taxa de desemprego do total da população: 11,1%.

Do total de desempregados estrangeiros na área metropolitana de Lisboa, cerca de 80% são NPT, dos quais 42% oriundos de países africanos (IEFP, 2017).

No Seixal, no Centro Emprego e Formação Profissional, em Fevereiro de 2018 estavam inscritos 2 855 utentes de nacionalidade estrangeira⁸.

Quadro 7 Desemprego Registado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (situação no fim do mês de Dezembro de 2017)

	Género		Tempo de Inscrição		Situação face ao emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Continente	170 579	207 212	197 474	180 317	39 947	337 844	377 791
Total Lisboa VT	53 485	63 275	64 506	52 254	10 139	106 621	116 760
Seixal	2 182	2 673	2 721	2 134	397	4 458	4 855

Fonte:

<https://www.iefp.pt/documents/10181/6725140/Relat%C3%B3rio+Anual+Cidad%C3%A3os+Estrangeiros+2016.pdf/dc9bfc01-6fae-45b4-a76e-5e734b00a801>

Quadro 8 Desemprego Registado por Concelho segundo o Grupo Etário (situação no fim do mês de Dezembro de 2017)

	Grupo Etário < 25 Anos	Grupo Etário 25 - 34 Anos	Grupo Etário 35 - 54 Anos	Grupo Etário 55 Anos e +	Total
Continente	40 736	68 954	163 944	104 157	377 791
Total Lisboa VT	10 309	21 323	53 777	31 351	116 760
Seixal	405	869	2 179	1 402	4 855

Fonte:

<https://www.iefp.pt/documents/10181/6725140/Relat%C3%B3rio+Anual+Cidad%C3%A3os+Estrangeiros+2016.pdf/dc9bfc01-6fae-45b4-a76e-5e734b00a801>

Quadro 9 Desemprego Registado por Concelho segundo os Níveis de Escolaridade (situação no fim do mês de Dezembro de 2017)

	< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	Total
Continente	24 586	71 877	55 474	73 957	98 198	53 699	377 791
Total Lisboa VT	7 344	17 262	16 114	23 573	33 681	18 786	116 760
SEIXAL	300	723	736	1 021	1 494	581	4 855

Fonte:

<https://www.iefp.pt/documents/10181/6725140/Relat%C3%B3rio+Anual+Cidad%C3%A3os+Estrangeiros+2016.pdf/dc9bfc01-6fae-45b4-a76e-5e734b00a801>

⁸ Não foi possível desagregar o número total por sexo, idade, escolaridade, nacionalidade nem motivo de desemprego. Também não foi possível obter o número de colocados no ano civil transato, nem o número total, nem desagregado pelas mesmas variáveis.

Quadro 10 Desempregados/as Inscritos/as, Ofertas Recebidas e Colocações Efetuadas (movimento ao longo do mês de Dezembro de 2017)

	Desempregados/as Inscritos/as			Ofertas recebidas	Colocações		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
Continente	19 419	19 693	39 112	6 719	2 412	2 649	5 061
Lisboa VT	6 277	6 390	12 667	1 978	849	842	1 691
SEIXAL	287	251	538	26	26	20	46

Fonte:

<https://www.iefp.pt/documents/10181/6725140/Relat%C3%B3rio+Anual+Cidad%C3%A3os+Estrangeiros+2016.pdf/dc9bfc01-6fae-45b4-a76e-5e734b00a801>

O número de beneficiários/as de subsídio de desemprego, em Dezembro de 2015 era 3 076, a maior parte residente na freguesia da Amora (984), seguindo-se os residentes na união das freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeio da Paio Pires (931), depois os/as residentes na freguesia de Corroios (872) e só depois na freguesia de Fernão Ferro (289). Os/as beneficiários/as de subsídio social de desemprego eram, à mesma data de referência, 151 indivíduos, residentes em maior número na freguesia de Amora (55), seguida da união das freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeio da Paio Pires (46), na freguesia de Corroios (34) e, com menor quantidade de indivíduos, os/as residentes na freguesia de Fernão Ferro (16), na mesma ordem de grandeza que se apresentou em relação à distribuição por freguesia de beneficiários/as de subsídio de desemprego (Soares, 2017).

Da totalidade da população inscrita no Centro de Emprego, 53,7% é beneficiária de subsídio de desemprego, sendo o valor médio da prestação 559,22 euros, acima do valor médio em Portugal continental: 514,22 euros. O valor médio do subsídio social de desemprego era 476,37 euros no Seixal, em Dezembro de 2015, também acima do valor médio para Portugal continental: 445,13 euros.

A população do grupo etário entre 55 e 59 anos concentrava a maior parte das situações de beneficiários/as de subsídio de desemprego e dos 45 a 49 anos quando se analisa os/as beneficiários/as de subsídio social de desemprego.

Estes dados estão disponíveis desagregados por sexo e por idade mas não por nacionalidade nem situação de imigração.

No final de 2016, os ficheiros dos Serviços de Emprego do Continente, contavam com um total de 27 919 pedidos de emprego provenientes de trabalhadores estrangeiros, dos quais 21 448 (76,8%) pertenciam a desempregados. Os restantes pedidos de emprego eram de estrangeiros “empregados” que pretendiam mudar de emprego (2 529; 9,1%), “ocupados” (3 472; 12,4%) e “indisponíveis temporariamente” (470; 1,7%).

Os/As desempregados/as estrangeiros/as, contabilizados pelos Serviços de Emprego do Continente, no final de 2016, totalizavam 21 448. Este número mostra um decréscimo anual de 14,8%, equivalente a menos 3 717 estrangeiros registados como desempregados, do que no final de 2015.

Relativamente à origem dos/das desempregados/as migrantes, 35,5% são provenientes de países Europeus; 30,5% de países Africanos e 27,9% de países do continente Americano. Os países de língua oficial portuguesa, nomeadamente PALOPS foram origem de 5 944 desempregados inscritos e Brasil de 5 585. Na terceira posição, com 4 208 inscritos, surgiam os desempregados proveniente de países da UE, enquanto a quarta posição era ocupada pelos desempregados migrantes da Europa de Leste, com 3 371. Face a 2015 diminuiu o número de desempregados provenientes destes quatro grupos de países.

O Relatório síntese do Mercado de Emprego - Cidadãos Estrangeiros- surge no âmbito do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, e consubstancia o resultado esperado na medida 25 do eixo I – Políticas de integração de Imigrantes e cuja ação é “Monitorizar e analisar, de forma integrada, o fluxo de inscrições nos serviços de emprego e a integração em medidas ativas de emprego e no mercado de trabalho”.

Quanto à condição perante o trabalho dos diversos tipos de família, o Concelho do Seixal segue a tendência nacional, com a população inativa a predominar nas famílias unipessoais (58,3% em Portugal e 46,2% no Seixal) mas o desemprego a assumir valores mais elevados nas famílias monoparentais comparativamente a outros tipos de família: nas famílias monoparentais em Portugal, o desemprego situava-se em 8,5% à data dos Censos 2011 e no Seixal alcançava os 9,5%). Nos restantes tipos de família, onde se inclui a “família tradicional”, a maior proporção das pessoas está empregada. Face a Portugal, quer no Seixal quer em Odivelas há menos população inativa em todos os tipos de família. Estes dados podem ser explicados através do reduzido índice de dependência de idosos em ambos os Concelhos, particularmente no Seixal (INE, 2015).

Recursos Territoriais: Serviços de Emprego

O Serviço de Emprego do Seixal, inserido no Centro de Emprego e Formação Profissional do Seixal, da delegação regional de Lisboa e Vale do Tejo, localiza-se na Avenida Marcos Portugal, 90, 2845-545 Seixal, com horário de funcionamento entre as 9h00 e as 17h00 nos dias úteis. A abrangência geográfica do serviço tem cobertura das freguesias de Amora; Corroios; Fernão Ferro; Quinta do Conde; Sesimbra (Castelo); Sesimbra (Santiago); U.F. Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.

Para além do serviço de emprego do Seixal, existem gabinetes de inserção dispersos no Concelho situados no Centro de Atividades Sociais de Miratejo; Associação de Solidariedade CRIAR-T; Centro Paroquial de Bem-estar Social de Arrentela e Centro Paroquial de Bem Estar Social Fernão Ferro.

Empreendedorismo

Em 2006, a Câmara Municipal do Seixal, em específico através da então denominada Divisão Migrações e Cidadania desenvolveu um ciclo de formação que integrava uma ação sobre “Empreendedorismo”, com uma carga horária total de 10h.

O “Projeto Empreendedorismo Imigrante” (PEI) com o objetivo de incentivar o empreendedorismo imigrante cessou no ano 2015 tendo beneficiado do mesmo 12 migrantes. Desde esta data não foi feito um levantamento ou estudo do impacto do projeto, quer ao nível individual, quer ao nível comunitário. Para além destes aspetos é também importante avaliar o retorno do projeto no caso dos 12 beneficiários/participantes. A questão que se impõe, relevante em termos do impacto do empreendedorismo, é se estes beneficiários inspiraram, pela sua atividade, outras pessoas que não tivessem estado envolvidas no projeto.

Ainda, em 2014 foi desenvolvido o “Projeto Sem Fronteiras – Formar, Agir e Empreender” do qual beneficiaram 14 migrantes. Também não se conhece avaliação de impacto do projeto nem se fez acompanhamento prolongado dos/das beneficiários/as do projeto.

A falta de acompanhamento das iniciativas empreendedoras de beneficiários/as destes projetos não permite fazer qualquer diagnóstico focado na sustentabilidade de eventuais iniciativas que dos projetos possam ter resultado.

Educação e Língua

A compreensão da língua do país de acolhimento consiste num requisito fundamental no processo de integração de migrantes, pelo que aumentou a oferta de programas de aprendizagem da língua de acolhimento na generalidade dos Estados-membros da União Europeia. Estes programas também são disponibilizados em território nacional, tais como o Português Língua Não Materna (PLNM) e o Programa Português para Todos (PPT).

O acesso à educação, direito humano básico, é assegurado à população em idade escolar pelos diversos equipamentos da rede pública, independentemente do conhecimento ou domínio da língua portuguesa, usada nas escolas, do momento de chegada ao Concelho do Seixal interferindo, por isso, no calendário do ano letivo. Sendo estes os principais problemas diagnosticados em relação à educação e língua começa por se fazer uma caracterização da população residente no Concelho.

No que concerne à escolaridade da população, o Concelho segue a tendência nacional de sobrerrepresentação das mulheres, quer nos níveis mais baixos de escolaridade, quer nos mais elevados (ensino superior).

Comparando com os valores totais para o país, o Concelho apresenta uma população residente ligeiramente mais escolarizada no seu todo, mas revela-se também uma polarização dos níveis de escolaridade de homens e de mulheres face à média nacional.

Os Censos de 2011 revelaram que o nível de escolaridade completo da população residente no Município do Seixal era predominantemente baixo, com 38,7% da população residente com o 1º ciclo do ensino básico; 16,8% não completou o primeiro nível de escolaridade e 11,4% completou algum grau de ensino superior.

A taxa bruta de pré-escolarização ao nível nacional atinge quase os 90% de crianças com idades entre os 3 e os 5 anos inscritas em educação pré-escolar, enquanto no Seixal esta taxa é de 62,3%.

A população de nacionalidade estrangeira possui, em geral, níveis de escolaridade mais elevados comparativamente à população total residente no Concelho. A população estrangeira com ensino secundário e pós-secundário representa 31,6% da população estrangeira da União Europeia e 20,6% da população estrangeira de outros países fora da União Europeia. Considerando a população residente no país, esta proporção corresponde a 17,9%.

A proporção de pessoas residentes no Concelho e de outras nacionalidades da União Europeia com ensino superior é 19,0% face a 11,4% no total da população residente no país (INE, 2011).

No ano 2014, a população escolar era composta por 25 593 alunos/as, com a seguinte distribuição por nível de ensino: 13,4% no pré-escolar; 25,8% no 1º ciclo; 15,8% no 2º ciclo; 22,2% no 3º ciclo e 22,9% no ensino secundário. Da totalidade de matrículas em escolas do Concelho, 53,6% são rapazes e 46,4% são raparigas. Esta diferença de género, com predomínio de alunos do sexo masculino verifica-se em todos os ciclos de escolaridade. Nesta regularidade, é de assinalar a diferença de género mais expressiva no ensino secundário, em que a taxa de masculinização é de 56,6%.

Recursos Territoriais: Equipamentos e Organização do parque escolar

No Concelho existem 152 estabelecimento escolares, dos quais 87 de natureza pública. A maior parte dos estabelecimentos de natureza privada (65) é de educação pré-escolar (48). Em todos os outros ciclos de escolaridade predominam os estabelecimentos escolares do setor público: no 1º ciclo são 34, de um total de 44; no 2º ciclo são 8, num total de 11; no 3º ciclo são 13, num total de 15 e no ensino secundário são 5 num total de 7 (Pordata, via DGEEC/MEC, Recenseamento Escolar, 2014).

O parque escolar está organizado em três áreas, de base territorial: o território educativo de Amora, que integra a totalidade da freguesia da Amora; o território educativo de Corroios, que integra a totalidade da freguesia de Corroios; e o território educativo do Seixal, que integra as freguesias de Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires.

O território educativo de Corroios compreende dois agrupamentos escolares: Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços e Agrupamento de Escolas João de Barros. Os restantes territórios educativos compreendem três agrupamentos escolares. O território educativo de Amora compreende o Agrupamento de Escolas Paulo da Gama; Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato e Terras de Larus. O território educativo do Seixal compreende o Agrupamento de Escolas Pinhal de Frades; Agrupamento de Escolas Nun'Alvares; e Agrupamento de Escolas Dr. António Augusto Louro.

As escolas secundárias são cinco, distribuídas pelo território do Concelho. Existem outras 7 instituições de ensino e formação: Pólo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça; Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho do Seixal; Casa do Educador do Concelho do Seixal; Casa do Educador do Concelho do Seixal/Pólo da Universidade Sénior do Seixal; Escola de Música do Conservatório Nacional-Pólo do Seixal; Centro de Formação Profissional da Cruz de Pau; e CERCISA, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Seixal e Almada.

No Seixal existe um corpo docente no 1º ciclo do ensino básico mais feminizado face à média nacional: 93,5% das docentes do 1º ciclo do ensino básico no Município do Seixal são do sexo feminino, face a 86,1% no resto do país, considerando a proporção de docentes em exercício no ensino básico (1º ciclo), em 2014 (Pordata, 2016).

O Município dispõe de iniciativas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa para migrantes como o Programa Português para Todos (PPT).

O Plano Educativo Municipal é o documento estratégico onde estão previstos programas e projetos ao serviço da comunidade educativa (pode ser consultado em <http://srviis.cm-seixal.pt/pem2017/conteudo/index.html>). No ano letivo 2017/2018, o Plano Educativo Municipal disponibiliza à comunidade educativa 12 programas de apoio e 122 projetos promovidos pelos serviços da Câmara Municipal. No plano em vigor, na área de intervenção “Cidadania” destinada a “promover a educação para o desenvolvimento, o diálogo, a interculturalidade e a intergeracionalidade” (...) assumindo que “o contacto com diferentes realidades de vida permite formar pessoas tolerantes que na diferença encontram pontos de convergência e de partilha”, está prevista a continuidade do projeto “Povos, Culturas e Pontes” correspondendo este projeto ao objetivo estratégico definido para a população estudante migrante. As atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto estão financeiramente asseguradas até 2020 em virtude da aprovação de uma candidatura aprovada aos fundos decorrentes do acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia.

Os fluxos migratórios, cada vez menos regulares embora constantes estão a alterar a composição das Escolas e das turmas, que traduzem a diversidade cultural no Concelho. Estas alterações têm vindo a verificar-se sem que os/as docentes tenham tempo para se ajustarem. Sem que o Ministério da Educação tenha ainda definido uma estratégia mais flexível para permitir exceções aos territórios em que as migrações são mais constantes e se caracterizam por terem famílias que imigram trazendo consigo as crianças.

Os principais problemas diagnosticados em relação à educação e língua são o domínio da língua portuguesa pela população migrante adulta e pelas crianças; a entrada e necessidade de rápida integração das crianças em equipamentos escolares e de educação; a participação de encarregados de educação no processo educativo das crianças e jovens.

Este conjunto de problemas e necessidades foi, em comum, identificado por profissionais do sistema escolar (no *focus group* dedicado a esta dimensão da integração da população migrante), por técnicos/as da autarquia (em diferentes *focus group* em que participaram e numa lógica holística de análise da situação de vida das pessoas migrantes, correlacionando necessidades) e ainda pela população migrante (nos vários *focus group* realizados nos bairros residenciais).

Os/As profissionais do sistema escolar identificaram ainda a necessidade de formação específica para o corpo docente em relação a temas como “Imigração”; “processo de integração de imigrantes”, “estratégias de contacto com a língua não-materna em sala de aula”. Neste grupo focal foi ainda diagnosticada a necessidade de o Ministério da Educação planear o processo de integração de crianças no sistema escolar de forma mais eficiente. Os principais problemas são o tempo de resposta na avaliação das competências de estudantes e a omissão de decisão em relação à dimensão adequada de uma turma que integra crianças ou jovens não falantes de língua portuguesa.

O tempo de resposta na avaliação de competências de estudantes provenientes de outros países e sistemas educativos, com atribuição de equivalências, tem como efeito a integração de crianças ou jovens num determinado ano letivo que, face à apreciação do Ministério da Educação, pode não corresponder ao ano letivo adequado para a criança ou jovem. Neste processo, as famílias, estudantes e docentes têm que lidar com expectativas e encetar um processo de adequação das expectativas à decisão formal para o qual não estão preparados/as.

Mais, a inserção de uma criança ou jovem numa turma enceta um processo de construção de laços sociais e emocionais, securizantes para as pessoas migrantes e para a comunidade escolar de acolhimento.

A língua é outra barreira no processo de integração, afetando pessoas de todas as idades. O sistema escolar, de uma forma intuitiva assente nos esforços de docentes, vai tentando colmatar esta necessidade. As práticas intuitivas são usadas por cada docente sem que ocorra troca de práticas nem avaliação de práticas que podem revelar-se eficazes mas não são disseminadas nem transferidas. Esta circunstância, típica nas Escolas, revela outra necessidade: a de troca de experiências entre docentes e entre escolas. Esta necessidade, facilmente identificada pelos/as

docentes não é colmatada devido à pressão do calendário escolar pautado por exames nacionais. É importante neste estudo de diagnóstico assinalar este problema pois o mesmo é identificado em relação à frequência, por docentes e auxiliares de educação, como impeditivo para participar ativamente em ações como formação, laboratórios de troca de práticas promissoras, ou outras similares.

O agrupamento de escolas Paulo da Gama acolhe 1 579 alunos/as, entre os quais alunos/as de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Brasil. Assim, entende-se tratar-se de um agrupamento típico da diversidade cultural no setor da educação ao nível local.

Para além deste agrupamento, também a Escola Básica 2º e 3º ciclo de Corroios, do Agrupamento de Escolas João de Barros, mais recentemente viu diversificada a população estudantil com a chegada de migrantes de origem paquistanesa.

Os problemas diagnosticados que mais afetam a integração de estudantes nas Escolas são:

- A entrada sucessiva, muito regular mas aleatória e desorganizada de alunos/as sem domínio de língua portuguesa;
- A falta de vaga nas turmas de PLNM.

No agrupamento de escolas Paulo da Gama, no biénio de 2014-16, entraram cerca de 70 alunos, repartidos pelos três ciclos de escolaridade. Destes, cerca de 80% não beneficiam de apoio na aprendizagem da língua portuguesa, na modalidade de PLNM, por inexistência de vaga nas turmas com horário compatível com o único grupo de PLNM em funcionamento.

O projeto pedagógico do agrupamento de escolas contempla explicitamente a interculturalidade e a imigração, cabendo às diversas instituições de ensino que integram o agrupamento planear e desenvolver iniciativas, designadamente no âmbito da disciplina ‘Cidadania e Desenvolvimento Pessoal’ (no 1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do projeto “Povos, Culturas e Pontes”, com a dinamização de diversas atividades, como exposições, dança, gastronomia, jogos tradicionais, entre outras. Outras instituições de ensino deste agrupamento (2.º e 3.º ciclo) disponibilizarem a disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM).

O agrupamento de escolas Paulo da Gama obteve aprovação a uma candidatura submetida ao Ministério da Educação. Apresentada durante o *focus group* dedicado à participação da educação, esta é identificada como prática promissora. Interessante é assinalar que a partilha desta prática com outras escolas e outros agrupamentos de escolas e com a Câmara Municipal ocorreu durante o *focus group*.

Daqui resulta a identificação de uma necessidade: um espaço e/ou um período de reflexão conjunta em relação às necessidades e dificuldades experienciadas em cada um dos contextos educativos, partilha de práticas, definição de estratégias partilhadas na promoção de sucesso escolar de estudantes migrantes.

Prática promissora

O agrupamento de escolas Paulo da Gama constituiu um Grupo de Acolhimento em PLNM partindo do diagnóstico da ausência de um período de acolhimento de alunos/as de PLNM, que propiciasse a aquisição de competências linguísticas mínimas a estudantes oriundos de outros países que iniciam a frequência da escola em qualquer fase do ano letivo e que não dominam a língua portuguesa.

Para lidarem com estas necessidades e promoverem a integração de alunos/as nos vários ciclos de escolaridade, foi definida como medida a criação de um grupo de acolhimento em PLNM – alunos falantes de outras línguas, com o objetivo de proporcionar a alunos/as oriundos/as de outros países que iniciam a frequência da escola ao longo do ano letivo uma melhoria do domínio da língua portuguesa e, conseqüentemente, o sucesso escolar.

Na sua execução, a medida envolve as seguintes atividades:

- Constituição de um grupo de acolhimento (com especial incidência no nível A1) destinado a integrar alunos provenientes de outros sistemas de ensino, nomeadamente de línguas maternas com alfabetos que não o latino (ex.: alunos russos) ou de línguas com sistemas gráficos não alfabéticos mas ideográficos (ex.: alunos chineses).
- Estes/as alunos/as deverão frequentar aulas semanais de PLNM/A1 em número de 10 horas.
- O/A aluno/a integra uma turma regular, de onde é retirado em períodos e nas disciplinas em que as suas aprendizagens estejam comprometidas devido ao fraco ou nulo domínio da língua portuguesa, continuando a frequentar a língua estrangeira, educação física, educação musical, educação visual, educação tecnológica, oferta de escola, entre outras (nos casos dos 2.º e 3.º ciclos).
- O tempo de integração dependerá dos progressos no domínio da língua portuguesa, começando a frequentar faseadamente as restantes disciplinas do currículo.
- Está previsto que este processo não exceda a duração de um ano letivo.

Até à data, esta medida foi implementada nos períodos entre Setembro de 2016 e Junho de 2017 e Setembro de 2017 e Junho de 2018. A responsável pela execução da medida é a Coordenadora do PLNM (Profª Celeste Cortez) e a equipa operacional é constituída por docentes de PLNM e de Português, no caso, a Coordenadora do departamento de línguas. Os recursos implicados no projeto são um/a docente de PLNM para o grupo estável de A1 – 6 TL semanais, mais 8 TL semanais para o Grupo de Acolhimento; e a manutenção de um/a docente de PLNM para os níveis A2/B1 – 6 TL semanais.

Os indicadores de monitorização previstos são:

- Percentagem de insucesso na disciplina de PLNM/Português;
- Taxa de transição a PLNM/Português dos alunos a beneficiar do grupo de acolhimento, conforme data de inscrição no agrupamento.

Os meios de verificação da execução e eficácia da medida são:

- As pautas de avaliação do 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos;
- Registos mensais de avaliação e reuniões de trabalho colaborativo (envolvendo a participação de responsáveis e diretores/as de turma).

As necessidades de formação para o corpo docente são:

- Formação interna (15 horas) sobre técnicas práticas de alfabetização para os docentes do 2.º e 3.º ciclo, disponibilizada por docentes do 1.º ciclo do agrupamento.
- Formação interna (15 horas) sobre a didática do PLNM, para os docentes do 1.º ciclo, disponibilizada por docentes do 3.º ciclo do agrupamento.

O agrupamento de escolas Paulo da Gama desenvolveu, com autonomia, um conjunto de práticas promotoras da integração de alunos/as de diferentes culturas, designadamente:

- a escolha de alimentos na cantina em função da diversidade cultural e religiosa dos/das alunos/as;
- a promoção do acolhimento estruturado de novos/as alunos/as, nomeadamente de outras origens culturais, através da figura de Tutor do Gabinete de Intervenção Pedagógica;
- a comunicação entre o pessoal técnico e operacional afeto aos serviços das escolas e estudantes e as suas famílias, quando não dominam a língua portuguesa;

O diagnóstico desenvolvido junto de professores/as permitiu ainda identificar que a participação de encarregados/as de educação no processo educativo dos/das filhos/as é baixa, segundo avaliação de base empírica, isto é, assente na experiência de docentes. Este facto é interpretado como estando ligado a falta de domínio da língua portuguesa pela população adulta migrante.

Para além deste motivo, de ordem genérica, razões de desigualdade de género podem estar também presentes, sobretudo quando a as crenças religiosas interferem no modo como mulheres e homens são percecionadas/os nos seus papéis sociais, nas suas atribuições e responsabilidades, no seu uso do espaço privado e familiar e do espaço público e no uso de poder.

O SEF vai à Escola é uma ação à qual o SEF tem dado continuidade. Em 2016, em Portugal continental, esta ação beneficiou 130 estudantes estrangeiros na sua regularização, potenciando a respetiva integração através da prevenção da exclusão social e escolar e da salvaguarda do percurso no sistema de ensino e futura integração laboral.

No *focus group* dedicado à área da educação e língua foram ainda mencionadas outras questões, igualmente importantes, embora não possa ficar devidamente refletidas no Plano Municipal.

Ainda assim, na voz dos/das participantes não deixamos de assinalar algumas fragilidades no processo de integração de migrantes na sociedade portuguesa, em geral:

“Os manuais escolares também não refletem a diversidade... não reforçam a imagem de imigrante como alguém que vem e procura melhorar... Também não reforçam a imagem da legalidade.”

(J.R., Educação)

Figura 26 *Focus group* da Educação



Capacitação e Formação

Os cursos de formação profissional e o reconhecimento de qualificações estrangeiras, acesso e prosseguimento de estudos, são gerais, isto é, para toda a população sem procedimento orientados para a população migrante.

Também não existe um diagnóstico prévio de necessidades da população do Seixal. Este estudo não foi possível durante o período de realização do presente estudo de diagnóstico.

No ano 2015 foi realizada uma Formação Modular Certificada tendo sido efetuado o encaminhamento de duas pessoas para essa ação pelo “Espaço Cidadania”.

Cultura

Um dos princípios da Carta Cultural Ibero-americana, assinada na XVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo Montevideu, Uruguai 4 e 5 de novembro de 2006, é o princípio da contribuição para o desenvolvimento sustentável, a coesão e a inclusão social, que se interliga com o princípio de complementaridade, segundo o qual os programas e as ações culturais devem refletir a

complementaridade existente entre o económico, o social e o cultural, levando em conta a necessidade de fortalecer o desenvolvimento económico e social do Concelho de Seixal. Isto implica que não se isolem ações culturais nem, dentro destas, se isolem, ainda mais, ações de diversidade gastronómica ou folclórica ou de outra natureza. Esta segmentação das ações pode contribuir para acentuar o atípico ao invés de assinalar a complementaridade entre as dimensões cultural, económica e social. As ações integradas e integrais mais facilmente respeitam a diversidade integrando-a sem a homogeneizar.

O projeto de educação intercultural e de cidadania global “Povos, Culturas e Pontes”, existente desde 2006, é dinamizado pela Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania. Este projeto foi criado pelo Município do Seixal tendo em vista uma estratégia de valorização da diversidade cultural existente e de promoção da cidadania global, nas escolas. O objetivo global do projeto consiste em promover a Educação para a Cidadania Global, visando sensibilizar para a importância da concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), recentemente aprovados pelas Nações Unidas, assim como fomentar o diálogo intercultural.

Figura 27 Projeto “Povos, Culturas e Pontes”



O projeto visa promover boas práticas de acolhimento e integração de migrantes ou descendentes de imigrantes, em contexto escolar. Os destinatários do Projeto são as comunidades escolares do Seixal desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, envolvendo ainda outros atores sociais, como embaixadas, ministérios, municípios e toda a comunidade escolar (professores/as, funcionários/as, educadores/as, alunos, ex-alunos/as, encarregados/as de educação), associações de migrantes, Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, empresas e voluntários/as.

O Encontro Intercultural “Saberes e Sabores” tem como fim a divulgação da diversidade cultural, promoção do diálogo intercultural, interconhecimento de culturas e integração dos migrantes. Este encontro intercultural decorre todos os anos no primeiro trimestre, dinamizado por associações de

imigrantes do Seixal, numa organização partilhada entre a Câmara Municipal do Seixal, a Junta de freguesia de Corroios e o Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho, contemplando um programa específico para escolas que aborda as questões relacionadas com a promoção de interculturalidade e educação para a cidadania.

Figura 28 Encontro Intercultural “Saberes e Sabores”



O encontro é uma iniciativa enquadrada no trabalho de integração das comunidades migrantes, que oferece grande diversidade de atividades: exposição de produtos típicos, artesanato, espetáculos interculturais, debates e apresentação de obras literárias, refeições temáticas de diversos países, exposições temáticas integrando ainda uma feira intercultural. Este encontro já adquiriu um importante lugar nas atividades culturais do Município, revelando-se um veículo de divulgação da diversidade cultural, promovendo o diálogo intercultural, o respeito pela diversidade e a integração dos migrantes.

As Associações de Imigrantes participam com frequência nas festas tradicionais das freguesias trazendo a diversidade cultural, sem fomentar a existência de espaços específicos ou dedicados a festas “de imigrantes” e/ou “para imigrantes”. Assim, os eventos culturais (ou artísticos) que têm em vista a sensibilização para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural, ocorrem normalmente em bibliotecas públicas, com destaque para o Espaço intercultural, em praças e outros espaços públicos de rua, por exemplo na Praça das Geminações, na Torre da Marinha, freguesia da Arrentela, e nos serviços Centrais do Município.

Os eventos culturais ou artísticos incluem a realização de exposições, a mostra de manifestações culturais e a performance de dança e canto. Estes eventos podem ser iniciativa do Município ou de outras entidades, como associações de imigrantes.

“Foi bonito... mesmo comovente mesmo e fez-me pensar que a integração é sempre de cá para lá [risos] Isto é, é sempre os imigrantes a sentirem que têm que ser integrados e são eles que nos acolhem.. Eu vou contar um episódio. Quando fomos no Natal fazer uma apresentação, com o Coro da Câmara do Seixal e interpretámos várias coisas mas também decidimos que íamos fazer uma surpresa e interpretámos “Saudade”, aquele tema da cantora cabo-verdiana, a Cesária Évora... e eu já não sei quem se comoveu mais... se foram eles, se fomos nós. Eu já ouvia tudo a querer chorar e as pessoas cantaram connosco... e é isto. É também a integração de sairmos daqui, daqui do edifício da Câmara. E as pessoas saírem dos seus bairros, dos sítios onde estão sempre, onde andam sempre...”

(P., FG administração pública)

Figura 29 Focus group da Administração Pública local



Desporto

O desporto é uma área que contribui para a integração da população migrante fomentando a partilha, coesão social, o respeito pelos outros na sua identidade e a celebração conjunta, sem discriminação. A cidadania é apreendida através da prática desportiva e mesmo a promoção de aprendizagem da língua não-materna pode ser promovida.

Neste domínio, o Município do Seixal promove a “Seixalíada” assente no princípio da atividade desportiva para todos, com participação de uma Equipa de Corfebol Intercultural. A equipa de Corfebol do Alto do Moinho é integrada por atletas de ambos os sexos, diferentes idades e nacionalidades. O objetivo é promover a integração demonstrando, pela prática desportiva, a capacidade de, em equipa, isto é, em conjunto, definir um objetivo comum, empenhar-se na sua concretização e competir, de forma saudável. O corfebol é um desporto de origem holandesa, com equipas mistas, integrando quatro homens e quatro mulheres. O objetivo é inserir uma bola no cesto colocado a 3,5 m de altura, o maior número de vezes. A equipa de corfebol do Seixal surgiu na

sequência do projeto “Corfebol sem Fronteiras”, promovido pelo ACM com a finalidade de fomentar a interação entre cidadãos migrantes e autóctones. Atualmente, a equipa está sediada no Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho, é treinada pelo professor Carlos Milho, coadjuvado por Aurélio Fernandes e conta com 60 atletas na totalidade: uma escolinha de corfebol com 14 pequenos atletas e três equipas federadas.

As iniciativas promovidas e organizadas ou em que a Câmara Municipal participa, podendo a organização pertencer a uma Junta de Freguesia ou a uma associação local, por vezes intercetam a área do desporto com outras áreas de integração, nomeadamente a cultura e mesmo a saúde. Exemplo destas interceções é a iniciativa “Arte Urbana” desenvolvida na Cucena em 8/4/2017 envolvendo cerca de 50 participantes (organização DDSC e DD). Também a iniciativa “Varandas com Cor” no mesmo Bairro, realizada em Maio de 2017, envolvendo cerca de 50 participantes (organização DDSC e DD).

Outro exemplo ilustrativo, envolvendo as áreas do desporto e saúde é a iniciativa “Bairros sem Cáries” (ver prática promissora na área da saúde) realizada na pista de atletismo do Seixal nos dias 24 e 25/2/2018, envolvendo cerca de 45 participantes (organização APPSHO).

Estas iniciativas tendencialmente envolvem convívios mais alargados abarcando muito mais população do que aquela que participa, diretamente, como foi assinalado no *focus group*:

“O desporto é sempre muito mobilizador. Há sempre festa! E é um momento em que as pessoas se misturam e falam umas com as outras e toda agente se respeita. E a cultura vai-se construindo como uma cultura diferente, com integração. É nas escolas mas também é nas coletividades, é através do desporto e assim as famílias vêm... ninguém tem que ir chamá-las a casa. Elas vêm porque há festa...”
(T., FG administração pública)

“O desporto é fantástico. Reúne sempre por ali muitos miúdos que querem jogar. E pronto, e é um jogo e a seguir uma conversa. Mas uma conversa séria, onde se fala de vida, e do trabalho, e da vida que há fora daqui, do Seixal. Os jovens parece que têm poucos horizontes de futuro aqui... e estar a jogar é sempre mais fácil primeiro, até para os reunir, para os juntar a todos...”
(N., FG especificidades do processo de integração)

Ainda outro exemplo em que a interceção da área do desporto com outra é mais notória, é a interceção entre o desporto e religião:

“Sim. Fazemos uma equipa e vamos reunindo os jovens. A mensagem tem que passar para eles e eles andam o dia todo para cima e para baixo... e o desporto vai trazê-los. Primeiro reunimos e falamos sobre a palavra de Deus e depois vamos fazer um jogo com eles. É muito bom, o desporto promove mesmo o que é saudável e há sempre jogo antes ou depois....E ali encontram Deus. Nem que seja pelo desporto saem à rua, e encontram Deus e encontram o outro, diferente. E depois o desporto também

serve muito para usar as pessoas como modelo. O caso, a experiência de vida do outro para servir de modelo a esses jovens...eles também precisam de modelos, de saber que podem ser diferentes.”

(M., FG Religião)

Entre as iniciativas mais recentes estão ainda:

- Comemorações do Dia Mundial da Criança, no Parque do Cerrado, no dia 11/6/2017 envolvendo 200 participantes (organização da ADSVC, Associação para o Desenvolvimento Social de Vale de Chícharos).
- Colónias de Férias designadas “Oficinas de Verão”, realizadas na Cucena de 24 a 28/7/2017 envolvendo cerca de 50 participantes (organização da DDSC/DD).
- Torneio de Natal em Futsal realizado no Pavilhão Reis Silveira, a 3/12/2017 envolvendo cerca de 30 participantes (organização da GDCRQPrincesa).
- Torneio de Natal em Futebol 11, realizado na Pista de atletismo, em 20/12/2017 envolvendo cerca de 30 participantes (organização da GDCRQPrincesa).

A promoção e a organização das iniciativas podem ser consideradas como um indicador da inserção social na área da participação social e cívica, na medida em que algumas associações, expressão do movimento social organizado, se mobilizam para participar, afirmando a sua pertença.

Algumas destas atividades têm objetivos latentes, isto é, que podem não ser os objetivos principais mas estão igualmente presentes, designadamente o objetivo de manter as crianças em atividades, enquadradas e pedagogicamente profícuas, como as colónias de férias por exemplo. A sua realização em períodos de pausa letiva permite às crianças, jovens e às suas famílias manterem as respetivas ocupações.

No diagnóstico desta área destaca-se a necessidade de avaliar o impacto destas iniciativas sobre as pessoas que nelas participam, diretamente e sobre as comunidades onde se realizam. Também se destaca a necessidade de avaliar a efetiva participação da população no planeamento e desenvolvimento das diversas iniciativas.

Saúde

A saúde é um direito humano fundamental. O acesso aos serviços de saúde é universal, o que significa que a população presente no território nacional pode beneficiar de cuidados de saúde do serviço nacional de saúde. As pessoas, de nacionalidade portuguesa e estrangeiras a residir em Portugal em situação regular têm acesso aos serviços de saúde, existentes no Concelho e de hospitais especializados noutras áreas territoriais. Os cidadãos estrangeiros que se encontrem em Portugal irregularmente têm acesso aos cuidados de saúde mediante a apresentação de documento comprovativo de residência. Na maior parte das situações, no Concelho do Seixal este documento, “atestado de residência” é pedido mediante comprovativo atestando a permanência em Portugal há mais de 90 dias, emitido pelas Juntas de freguesia ou pelas associações de imigrantes, na maior parte dos casos, conforme se identificou nos *focus groups*.

“Eu comecei a pensar que era estranho, na mesma morada ter várias, muitas, muitas pessoas... e nós assumimos, a Junta assume um termo de responsabilidade... e parece-me que a mesma morada é usada por diferentes pessoas...”

(M., FG administração pública)

Esta situação tem confrontado as juntas de freguesia com a necessidade, adicional, de comprovar a morada de residência referida pelas pessoas aquando do pedido de documento comprovativo.

“Eu optei por ter que fazer uma visita domiciliária. Primeiro comecei a ir, e sou eu que vou... [presidente da Junta de Freguesia] porque me parecia que isso podia acontecer. Mas depois, hoje penso que é uma oportunidade para conhecer melhor as pessoas. E as pessoas abrem a porta da sua casa e sempre, sempre me mostraram tudo o que eu quisesse ver. As pessoas recebem, recebem bem e depois de fazer a visita eu já posso atestar da veracidade da sua residência naquela morada. E depois ficam mais próximas também. E é só uma visita domiciliária...”

(C., FG Administração Pública)

As pessoas presentes no território nacional, em situação irregular, devem pagar os serviços de saúde na totalidade, sem que, no entanto, o acesso aos serviços e o direito à saúde sejam impedidos. Para além da garantia do direito à saúde, o pagamento das despesas também não tem lugar quando as pessoas, em situação de irregularidade no território nacional, se encontram em situação de carência económica comprovada pela segurança social, se estiverem numa situação que represente risco para a saúde pública e no que concerne à cobertura de vacinação das vacinas incluídas no plano nacional de vacinação.

No Concelho do Seixal, por 1 000 habitantes há 0,2 farmácias; 2,4 enfermeiros/as; 1,8 médicos/as (no ano 2015). Em 2012 foram realizadas 2,7 consultas por habitante (INE, 2015).

No Concelho, existem, em média, mais habitantes por médico do que no resto do país: 558,7 habitantes por médico, face 222,5 considerando a média nacional. Contudo, no Seixal há 159.261 habitantes por centro de saúde e extensão, sendo mesmo o Concelho do país que apresenta os valores mais elevados para este indicador alcançando um valor bastante acima da média nacional (6.652,5 habitantes por centro de saúde). Ainda, no que respeita às consultas nos centros de saúde por habitantes, o Seixal supera ligeiramente a média nacional (2,5) com 2,7 consultas por ano por habitante (dados de 2012, Pordata, 2016).

Quadro 11 Número de Utentes de nacionalidade estrangeira inscritos/as nas Unidades de Saúde do Seixal

Origem ou Nacionalidade	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Brasil	1 762	716	1 046
Cabo Verde	1 470	648	822
Europa (continente)	966	461	505
São Tomé e Príncipe	691	278	413
Angola	557	256	301
Guiné Bissau	234	125	109
China	146	67	79
Moçambique	85	29	56
Paquistão	82	53	29
Índia	75	47	28
Guiné	22	8	14
Senegal	20	13	7
Afganistão	19	8	11
Nepal	14	8	6
Bangladesh	10	9	1
Colômbia	10	3	7
Estados Unidos da América	10	4	6
Cuba	8	4	4
Venezuela	7	2	5
Gâmbia	6	3	3
África do Sul	5	1	4
Canadá	4	1	3
México	4	3	1
Nigéria	4	2	2
Egito	4	2	2
Eritreia	3	1	2
Islândia	3	0	3
Japão	3	1	2
Paraguai	3	1	2
Austrália	2	1	1
Bolívia	2	2	9
Sri Lanka	2	1	1
Congo	2	2	0
República Dominicana	2	0	2
Equador	2	0	2
Filipinas	2	1	1
Serra Leoa	2	2	0
Tailândia	2	0	2
Total dos Países com 1 sujeito	32	12	20
TOTAL	6 268	2 770	3 498

Recursos Territoriais: Equipamentos e Organização dos serviços de Saúde

O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) integrados na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, foi constituído na sequência da Portaria n.º 394-B/2012, de 29 de Novembro.

O ACES de Almada/Seixal tem cobertura geográfica de ambos os Concelhos, abrangendo uma população de 332 999 residentes (Censos 2011), dos quais 158 269 no Concelho do Seixal. Na área de influência do Seixal existem 13 unidades funcionais de saúde: oito Unidades de Saúde Familiar (USF); duas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), uma Unidade de Cuidados na Comunidade (do Seixal), uma Unidade de Recursos Partilhados Assistenciais (URAP) e Unidade de Saúde Pública (USP) que serve os dois Concelhos da área de abrangência do ACES Almada-Seixal.

O número de utentes inscritos nas diversas unidades de saúde do Concelho do Seixal, em 2018, correspondia a 183.444. Destes, a maior parte está inscrita na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Corroios (35 404) sendo também esta unidade funcional uma das que possui maior número de utentes inscritos sem médico de família, 21 092, seguida da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Amora, com 30 681 utentes inscritos, das quais 18 138, sem médico de família. Em relação aos restantes utentes inscritos, encontram-se distribuídos pelas seguintes unidades de saúde: a USF Amora Saudável (19 949), USF CSI Seixal (15 623), a USF da Torre (14 812), a USF Servir Saúde (14 768); a USF FF Mais (14 174), a USF Cuidar Saúde (13 350), a USF Rosinha (13 124), a USF Pinhal de Frades (11 559).

Os dados estatísticos do ACES Almada-Seixal, 2016 e da Câmara Municipal do Seixal, Departamento de Desenvolvimento Social e Desporto – Área da Saúde e Seixal Saudável, estão desagregados por sexo e por idade mas não em função de outra variável sociológica que permita analisar a cobertura de necessidades de saúde da população migrante residente no Seixal. É possível, no entanto presumir que a população migrante se confronta com dificuldades similares às da população não-imigrante no acesso a serviços e à prestação de cuidados de saúde.

“É de pobreza.. é carência das pessoas, da população portuguesa em geral, que não tem possibilidades de tratar a sua saúde, principalmente saúde oral no privado. Esta é a verdade, porque a saúde, nos serviços públicos não consegue dar resposta. Mesmo as ações que às vezes tem, acabam por envolver tanta burocracia, que as pessoas não usufruem.”

(O., FG saúde)

“São situações que não afetam mais os imigrantes. São situações das pessoas que são pobres. Vão, muito humildes, com muita humildade e dizem que não têm dinheiro... e pedem conselhos sobre a melhor forma de lidar com uma doença, mas uma coisa grave, como a diabetes porque não conseguem, não podem levar a medicação. Mas isto é também o que se passa com as pessoas idosas...”

(G., FG Saúde)

Também é de presumir que a população migrante veja as suas necessidades satisfeitas através de programas e/ou projetos desenvolvidos no quadro do departamento de desenvolvimento social e desporto, área da saúde da Câmara Municipal do Seixal e do Projeto “Seixal saudável”, em específico programas/projetos de promoção da saúde e prevenção de comportamentos de risco destinados a população residente em comunidades com vulnerabilidades socio-habitacionais.

O projeto “Saúde sobre Rodas Gira Lua – As Faces da Lua” é um projeto de continuidade, isto é, com desenvolvimento planeado sem data prevista de *terminus*, devido ao seu impacto ao nível da saúde pública. A sustentabilidade do projeto e o seu potencial de transferibilidade permitem elegê-lo prática promissora, com conceção, origem e implementação no Concelho do Seixal.

Prática Promissora

O projeto “Saúde sobre Rodas Gira Lua – As Faces da Lua” é dirigido a população com práticas de prostituição de rua, em zonas de abrangência do Centro de Saúde do Seixal. O ponto de partida para o projeto foi a necessidade de intervir junto da população com práticas de prostituição, face aos comportamentos de risco e consequentes perigos para a Saúde Pública, tais como a propagação das IST e a toxicodependência, entre outros. Ao reconhecimento desta necessidade, o Centro de Saúde deu resposta rentabilizando o conjunto de mais-valias da experiência de trabalho comunitário desenvolvido com recurso à Unidade Móvel, que permite uma abordagem integrada e multidisciplinar, tida como adequada e necessária para lidar com uma problemática complexa. Esta complexidade é ampliada por se reconhecer também a vulnerabilidade desta população devido a eventuais situações de imigração ilegal.

77

O projeto teve início com a realização de visitas de reconhecimento aos locais identificados com práticas de prostituição, no sentido de validar a adesão da população a um projeto desta natureza. Seguiu-se a definição da equipa que integra o projeto, constituída por profissionais da Saúde e da Área social, numa estratégia de parceria em que a profissional da área social é um recurso cedido pela Rede Social. A equipa é responsável pela abordagem, orientação e encaminhamento das diferentes situações, promovendo a acessibilidade na celeridade das respostas adequadas aos diferentes contextos.

As entidades parceiras do Projeto são a Câmara Municipal do Seixal; CRI, Centro de Respostas Integradas; Hospital Garcia de Orta; Direção-geral de Saúde (Saúde XXI); Juntas de Freguesia; Centro de Emprego; Centro de Formação Profissional; CAT, Centro de Atendimento a Toxicodependentes e CRIAR-T.

Os objetivos do Projeto são: monitorizar e atualizar o estado vacinal da população alvo; prevenir os comportamentos de risco associados à prática de prostituição; assegurar o encaminhamento adequado em 100% das situações de risco identificadas; potenciar a integração e inclusão social deste grupo populacional; promover a adesão às consultas de planeamento familiar; efetuar o teste rápido de HIV a 60% das pessoas com práticas de prostituição identificadas.

O projeto de promoção da saúde oral desenvolvido nas comunidades e para as pessoas residentes nas comunidades pretende dar resposta a uma necessidade de saúde transversal à população mas que se acentua em situações de grave carência e circunstâncias em que a integração não está assegurada podendo mesmo haver exclusão social.

Tendo nascido como projeto, o desenvolvimento desta prática promissora na integração social constituiu-se como “Centro Comunitário de Saúde Oral”, num processo de robustez e solidez na iniciativa cidadã solidária organizada. Esta prática também é selecionada como promissora por demonstrar a diversificação do foco de ação, desenvolvendo novos objetivos, de forma sustentada e alicerçada num diagnóstico das necessidades da população e reconhecida por organismos que dotam de maior legitimidade a sua ação. Embora não seja uma prática exclusivamente dedicada à população migrante favorece esta finalidade por concentrar a sua ação em locais onde também se concentra a população migrante.

Prática Promissora

A Associação Portuguesa Promotora de Saúde e Higiene Oral constituída em Março de 2005, em parceria com o Instituto Superior de Saúde Egas Moniz e o Instituto Português da Juventude tem, desde então, desenvolvido ações de sensibilização e promoção da saúde oral juntos das crianças e jovens estudantes das escolas de Lisboa e Vale do Tejo. Em 2009, com o estatuto de IPSS e de Utilidade Pública e em 2010 com o apoio da Direção Geral da Saúde implementou o projeto " Crescer com Saúde" que visava a promoção da saúde oral e da nutrição junto das crianças e jovens que frequentam as escolas públicas do Concelho do Seixal.

O projeto “Crescer com Saúde” esteve na origem da criação de um "Centro Comunitário de Saúde Oral" e permitiu realizar um estudo científico envolvendo mais de 10 000 crianças e jovens, das quais mais de 4 000 foram tratadas ficando livres de cáries. No âmbito do estudo foi também efetuada uma caracterização da saúde oral, da alimentação e da atividade física, através da realização de 15 000 questionários. O projeto inicial, a constituição de um centro comunitário e o estudo científico foram liderados pelo Dr. Octávio Rodrigues.

O “Centro Comunitário de Saúde Oral” disponibiliza tratamentos de medicina dentária de elevada qualidade a toda população, privilegiando as pessoas mais carenciadas por entender que de outra forma estas teriam maior dificuldade no acesso a tratamentos de medicina dentária. Este critério cria maior equidade no acesso aos cuidados de saúde oral ao nível local.

A Associação Portuguesa Promotora de Saúde e Higiene Oral em parceria com a Fundação EDP está a implementar o projeto " Bairro sem Cárie", com o objetivo de apoiar o acesso a saúde oral de crianças e jovens carenciados residentes nos bairros sociais mais vulneráveis do Concelho do Seixal. No âmbito deste projeto foram tratadas mais de 450 crianças e jovens e realizadas mais de 40 ações de proximidade nos bairros usando uma unidade móvel de Saúde Oral. A unidade móvel, facilmente passível de ser reconhecida pelas pessoas e com a vantagem de se deslocar a territórios aos quais o acesso por meio de transportes públicos não está garantido ou é deficitário, permite o exercício de medicina dentária de proximidade. O projeto abrange toda a

população, independentemente da idade ou outras características. A par do atendimento médico, o projeto monitoriza a saúde oral da população aferindo a prevalência de cárie dentária concluindo que atinge 93%, o que evidencia a grande dificuldade no acesso aos cuidados de saúde oral.

Uma parte da população migrante residente no Concelho veio para Portugal ao abrigo de acordos de cooperação na prestação de cuidados de saúde acabando por permanecer no território nacional. Algumas pessoas que participaram nos *focus groups* realizados com a população migrante relataram a sua experiência permitindo concluir que algumas permaneceram no território após terem cessado a situação de doença que os trouxe a Portugal; outras permanecem em Portugal dando continuidade aos seus tratamentos com garantia de acesso a cuidados de saúde; e outras, ainda, vieram enquanto acompanhantes de pessoas com necessidades de assistência.

“Há muitas pessoas que vieram para Portugal ao abrigo dos acordos de cooperação e depois até deixaram caducar a licença de residência e agora até já são elas que precisam de cuidados de saúde, mas a verdade é que não há muito cuidado com estas pessoas... não há muito seguimento...”

(C., FG Saúde)

Não obstante a diversidade de casos, a maior parte das pessoas refere falta de acompanhamento do seu caso pelo Ministério da Saúde, de Portugal e o Ministério da Saúde ou equivalente no seu país de origem. Na prática, as pessoas beneficiam de um apoio financeiro durante o período de permanência em território nacional mas não lhes é prestado apoio no domínio da comunicação e da língua, da efetiva compreensão dos seus problemas de saúde, da localização dos serviços de saúde de que necessitam e do acesso a medicação e outros bens, serviços e produtos terapêuticos.

“Quer saber o que é que eu faço? Quando tenho uma receita e devo ir à farmácia? Às vezes meto-a na gaveta...”

(S., angolana, Bairro da Boa Hora)

“Eu rasgo...eu rasgo e curo-me. Fico ali uns dias à espera que aquilo passe...”

(J., angolana, Bairro da Boa Hora)

A falta de acompanhamento por parte dos organismos que, em representação de Estados celebram acordos de cooperação entre si, sugere alguma falta de controlo de situações de grande vulnerabilidade podendo, no limite, agravar necessidades de integração destas pessoas em Portugal, como migrantes e no seu país de origem.

O Município tem promovido ações e materiais de informação e sensibilização para as questões da imigração ou outras dirigidas aos migrantes, nomeadamente acerca das temáticas ‘Direitos dos

Imigrantes no Acesso à Saúde’ e ‘ Competências Interculturais dos Profissionais de Saúde e Administrativos’.

O “efeito imigrante saudável” é um conceito que traduz o facto, conjugado, de na maior parte das situações os migrantes serem mais jovens comparativamente à média de idade do país anfitrião e menos saudáveis comparativamente à população do país anfitrião do mesmo grupo etário. Este efeito vai-se atenuando à medida que as pessoas permanecem no país anfitrião, não por se degradarem as condições de saúde mas porque os fatores de risco a que estiveram expostas começam a produzir efeitos. Provavelmente não é de descurar a probabilidade de a saúde passar a estar mais entre as prioridades das pessoas e a probabilidade de os diagnósticos serem, de facto, efetuados, admitindo-se situações de doença subdiagnosticadas.

Um estudo desenvolvido com uma amostra de população residente no Concelho do Seixal focando a saúde oral permitiu concluir que a saúde oral é pouco atendida e a higiene oral está amplamente associada à pobreza e falta de recursos materiais afetando as pessoas desde a infância (ver caixa de destaque de práticas promissoras).

Figura 30 Focus Group da Saúde



Solidariedade e Resposta Social

Dados de 2016 (Pordata, 2016) revelam que quase metade da população residente no Seixal é beneficiária ativa da Segurança Social, embora o Concelho apresente valores ligeiramente abaixo do resto do país (45,1% face a 46,6% para Portugal) e 2,2% de beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI) considerando o total da população residente com 15 e mais anos de idade.

8,7% da população residente com 15 e mais anos de idade é beneficiária da Caixa Geral de Aposentações (CGA), uma proporção superior à média nacional: 7,2%.

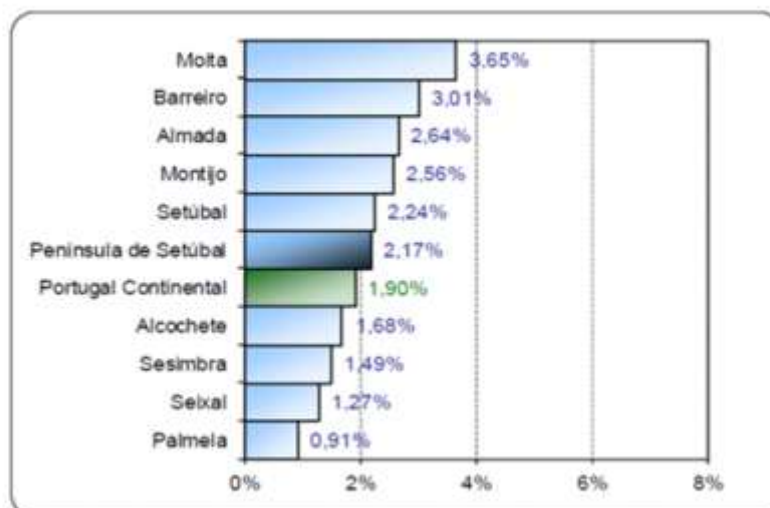
Recursos Territoriais: Equipas de RSI

No Concelho existem duas instituições com protocolo com a Segurança Social no âmbito do RSI: o Centro de Assistência Paroquial de Amora (CAPA), cuja área geográfica de intervenção são as freguesias da Amora e Corroios, exceto Sta. Marta de Corroios e Sta. Marta do Pinhal; e o Centro Paroquial da Arrentela, cuja área geográfica de intervenção é a União de Freguesias.

O RSI é um apoio destinado a proteger cidadãos e cidadãs em situação de carência socioeconómica integrado por uma prestação em dinheiro, que visa assegurar a satisfação das necessidades mínimas, e um programa de inserção, que visa uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos membros do agregado familiar.

No Concelho estavam abrangidos por este apoio 3 254 beneficiários/as, em dezembro de 2017, enquanto em Dezembro 2015 eram 2 081. A proporção de beneficiários/as de rendimento social de inserção no Concelho do Seixal está abaixo do valor médio para Portugal continental, 1,27% face a 1,9% sendo um dos Concelhos da península de Setúbal com menor proporção de beneficiários/as de RSI.

Figura 31 Proporção de Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção no total da população residente nos Municípios da Península de Setúbal, 2015



Fonte: Indicadores de Proteção Social - Plataforma Supra Concelhia da Península de Setúbal, Dezembro de 2015.

A maior parte das respostas sociais, entre as quais se inclui o RSI são respostas sociais (medidas, benefícios ou outros) gerais e não específicas para migrantes. Na prática, as respostas sociais acabam por beneficiar também imigrantes por se destinarem à população em situação de carência ou vulnerabilidade social. Porém, é importante frisar que o acesso e continuidade de qualquer benefício depende da regularização da situação. Face a isto, o abono de família, subsídio de desemprego e outros cessam imediatamente quando a situação não está regular e enquanto se mantiver.

Recursos Territoriais: Respostas sociais

As respostas sociais existentes no Concelho a 31 de dezembro de 2015 por instituições com acordo com a Segurança Social eram 10 nas respostas a “Família e Comunidade”, nomeadamente:

- Associação de Reformados e Idosos da freguesia de Amora, apoiando 100 pessoas no Programa de Emergência Alimentar;
- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amora, apoiando 100 pessoas no Programa de Emergência Alimentar;
- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Corroios, apoiando 80 pessoas no Programa de Emergência Alimentar;

- Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Miratejo, apoiando 65 pessoas no Programa de Emergência Alimentar;
- CRIAR T, Associação de Solidariedade, apoiando 100 pessoas no Programa de Emergência Alimentar, 300 no Centro Comunitário, 17 na Comunidade de Inserção e um número indeterminado em Ação Social;
- CAPA, Centro de Assistência Paroquial de Amora, apoiando 40 pessoas no Refeitório Sociocultural e 60 no Programa de Emergência Alimentar;
- Centro Paroquial de Bem-estar Social de Arrentela, apoiando 250 pessoas no Centro Comunitário;
- Centro Paroquial de Bem-estar Social de Fernão Ferro, apoiando 50 pessoas no Programa de emergência alimentar e 240 no Centro Comunitário;
- Cooperativa Pelo Sonho é que Vamos apoiando 20 pessoas em casa abrigo;
- Santa Casa da Misericórdia do Seixal, apoiando 330 pessoas em dois centros comunitários.

No Concelho do Seixal existem ainda dois Centros Comunitários: o Centro Paroquial de Fernão Ferro, localizado na freguesia de Fernão Ferro e o Centro Comunitário da Santa Casa de Misericórdia do Seixal, localizado em Sta. Marta de Corroios e Sta. Marta do Pinhal.

Figura 32 Convite à participação em Focus Group



Cidadania e Participação Cívica

No ano 2013, a população estrangeira recenseada no Município correspondia a um total de 1 145 cidadãos e cidadãs, num total de 134 707 eleitores/as no Município. Da totalidade de 1 145 cidadãos/ã estrangeiros/as recenseados/as, 1 039 são nacionais de países terceiros, representando a esmagadora maioria, pois apenas 106 eram cidadãos/ãs da União Europeia (DGAI, 2013).

A participação cívica é entendida como um direito pela população migrante, embora limitado ao exercício de direito de voto.

“Sim. Aqui para eleger o Presidente da Câmara podemos votar. Nós, de Cabo Verde. Mas... [risos] não vamos votar muito, não...”

(A., cabo-verdiano, Quinta da Princesa)

Contudo, os/as participantes nos *focus groups* realizados com a população migrante também demonstraram ter conhecimento das condições necessárias para proceder ao registo eleitoral – devendo dirigir-se à comissão recenseadora na Junta de Freguesia correspondente ao domicílio indicado no título válido de residência ou ao SEF. Em alguns casos, o título válido de residência estava caducado acabando por dar lugar a um processo em que os fatores de não-integração se reforçam mutuamente.

A dimensão da cidadania tem vindo a ser promovida através de alguns programas e projetos, a maior parte dos quais promovidos por organismos públicos, de âmbito nacional ou de âmbito local, neste caso com predomínio para a Câmara Municipal como principal agente promotor de programas ou projetos de cidadania.

O programa “Família do Lado” promovido pela Câmara Municipal do Seixal tem como objetivo promover a integração entre famílias migrantes e famílias não migrantes. Este programa insere-se numa atividade promovida em Portugal pelo Alto Comissariado para as Migrações em paralelo com outros organismos em diversos países europeus que promovem a mesma iniciativa no dia 27 de Novembro.

O programa “Família do Lado” teve origem na República Checa em 2004 tendo sido disseminado para outros países da Europa, nomeadamente Portugal, através do ACM. A primeira edição portuguesa decorreu em 2012. O programa tem como objetivo promover a interação entre imigrantes e autóctones e reforçar as relações sociais como forma de contribuir para uma integração mais efetiva, eliminando barreiras e promovendo a diversidade cultural.

A metodologia usada consiste em reunir duas famílias, uma que acolhe outra em sua casa, passando assim de famílias que não se conheciam a famílias que passam a conhecer-se. Um dos critérios é que uma das famílias seja imigrante e a outra não. Estes encontros integram assistentes cuja função consiste em facilitar e registar os diversos momentos dos encontros tentando assegurar a eficácia do programa e o cumprimento dos seus objetivos. Nas seis edições do programa, o Seixal envolveu participantes de oito nacionalidades: portuguesa, brasileira, são-tomense, angolana, guineense, ucraniana, romena, cabo-verdiana e Síria, num conjunto de 16 almoços, reunindo no total 33 famílias que traduzem 135 participantes.

Este programa não foi, até á data, avaliado no impacto produzido junto das famílias, nas comunidades de vizinhança e na população residente no Concelho em geral. Devido a isto desconhece-se se a população residente no Concelho terá, sequer conhecimento do Programa.

Na maior parte das vezes, a população migrante continua a ser considerada destinatária de projetos de âmbito social, não detendo um papel ativo enquanto agentes de desenvolvimento, sendo frequentemente associados a situações problemáticas, comportamentos marginais, à criminalidade e à (auto)exclusão social (Santos, 2008).

Media e Sensibilização da Opinião Pública

O diagnóstico desta área inclui a análise dos meios desenvolvidos pela Câmara com fins de comunicação oficial. A análise aos documentos da Câmara Municipal na sua apresentação externa revela a inexistência de uma estratégia de comunicação para promover a diversidade cultural e a integração de migrantes ao nível local.

A análise dos principais meios de comunicação da Câmara Municipal, o *site* oficial e a edição “Boletim Municipal” revelam a existência do tema “imigração” e outros correlacionados, como “imigrante”, “integração”, embora necessitem de atualização. Apesar disto, aqueles meios são interpretados pela/os técnicas/os como meios fundamentais na disseminação de informação, na sensibilização de jornalistas e outros profissionais da comunicação de âmbito local.

A língua é sugerida como o principal fator representativo de uma barreira à comunicação, sendo sugerido que é muito difícil traduzir todos os elementos de informação e comunicação.

No diagnóstico focado nesta área de integração é entendido como fundamental sensibilizar a opinião pública para as vantagens da imigração para o desenvolvimento do Concelho.

Nos *focus groups* com entidades externas à Câmara, envolvidas e implicadas na integração de migrantes, como o grupo das associações de imigrantes e também o grupo das associações de

integração e apoio social, a necessidade de melhoria da estratégia de comunicação não é identificada. A comunicação é entendida como “de proximidade”, através “das práticas e de estar sempre presente”, com o argumento de que “as pessoas sabem onde estamos e vão ter connosco [caso necessitem de alguma informação]”. Isto revela que a dimensão local e relacionamentos de proximidade, quotidianos, se sobrepõem à importância de planejar e avaliar uma estratégia de comunicação intencionalmente orientada para a eliminação de estereótipos acerca da emigração e de imigrantes.

A Câmara Municipal interpreta a estratégia de comunicação para o exterior e com propósitos informativos, isto é, assente na divulgação de informação à população migrante e a outras entidades e instituições.

No Seixal não existem meios de comunicação da iniciativa da população migrante, nem da população migrante organizada em associações que devem representar os seus interesses.

Racismo e Discriminação

No diagnóstico realizado, apenas uma minoria dos inquiridos referiu situações concretas em que foram discriminados, destacando-se entre estas, a discriminação no trabalho (37%, maioritariamente referida por guineenses e angolanos), nos transportes públicos (19,4%) e nos serviços públicos (16,9%).

No que respeita ao processo de integração, os migrantes atribuem um significativo grau de importância ao facto de estarem empregados (96%), falar bem português (93,5%), a obtenção da nacionalidade portuguesa (86,9%), os filhos frequentarem a escola (86,7%), e ter família em Portugal (83,7%). De um modo geral, os inquiridos no referido estudo consideram-se integrados na sociedade portuguesas, porém apenas 18,1% consideram estar plenamente integrados (Estudo Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município do Seixal, 2011).

A Câmara Municipal e as associações de imigrantes não possuem uma estratégia de combate ao racismo, xenofobia e discriminação tendo optado por uma estratégia de promoção da integração valorizando a diversidade no Município.

A prevenção, geral e primária, é promovida através da celebração do dia Contra o Racismo, 21 de Março e do Dia Municipal da Comunidade Migrante, 26 de Abril. Nestas datas celebra-se a diversidade cultural, o diálogo intercultural e a imigração.

As escolas também não possuem uma estratégia de combate ao racismo, xenofobia e discriminação embora desenvolvam programas com estes objetivos – afinal, em linha com a Autarquia Municipal.

O grupo da religião, práticas religiosas, crenças e expressões de fé, referiu combater o racismo de forma indireta integrando esta dimensão nas suas atividades.

O racismo e discriminação não são interpretados como um problema pela população migrante do Seixal. O tema foi explorado em todos os *focus group* com participação da população migrante. O diagnóstico, com base nas experiências individuais revela que as pessoas lidam, individualmente, com a discriminação quando a sentem. No entanto, a descrição das suas experiências de vida nos contextos e circunstâncias em que sentiram ou sentem racismo e que são discriminadas tendencialmente liga diferentes formas de discriminação, como a cor da pele e a língua por exemplo ou ser cabo-verdiano e residir num determinado bairro, estigmatizado. Assim, a discriminação tende a ser entendida pela população migrante como tendo uma quota-parte de responsabilidade sua.

“Toda a gente tem medo do bairro, daqui... medo do bairro. Eu... é aqui que me sinto segura. Digam o que disserem, é aqui que eu cresci e conheço as pessoas e estas, daqui, não me vão fazer mal. Às vezes, as minhas filhas, se querem ir a casa de outra menina da escola e depois a menina não vem a casa delas, à minha casa – que é igual à casa delas, das outras meninas – eu sou a primeira a dizer que elas não vão. Morar aqui é como morar noutra sítio qualquer. Eu saí daqui, já morei noutra sítio mas depois foi para aqui que eu voltei, quando casei voltei para aqui.”

(A., cabo-verdiana, Quinta da Boa Hora)

“A Quinta da Princesa vive com um estigma. Há, tenho que dizer, um estigma aqui sobre o bairro.. de quem é do bairro. Mas as pessoas não sentem. É só fama. Eu, é aqui que me sinto mais segura. E as minhas filhas... na Escola... eu estou sempre a dizer que não têm que ter vergonha do bairro. É aqui que elas vivem e aqui há muita gente boa. Mas dizem que é um bairro problemático e tudo...”

(A., portuguesa filha de imigrantes, Quinta da Princesa)

“Sim, sente-se. Mesmo na escola, não... na escola não sentia tanto... mas agora, vais a uma entrevista de emprego e antes de tu entrares não sabem que não és branca. Não viram a tua cara...depois, sim, sente-se...”

(S., cabo-verdiana, Quinta da Boa Hora)

“Na escola eu já senti. Logo quando cheguei... [...] sentia que chamavam nomes e coisas assim, mas também era porque eu não sabia muito bem, eu não percebia muito bem o que me diziam...”

(A.V., brasileira, Sta. Marta de Corroios)

O diagnóstico realizado junto da população migrante teve ainda o objetivo de conhecer a existência de racismo e discriminação entre a população migrante. O racismo não é mencionado mas a discriminação, referida como “pôr-se de parte”, enquanto auto-exclusão é referida, em todos os *focus groups* com a população e, de forma consensual, em relação a guineenses.

“Eles é que vivem a sua vida. Fecham-se, fecham-se muito... nas suas casas...também é outra religião...Mas mesmo assim, a religião não é o que explica tudo.. é diferente. Nós aqui, os moçambicanos e angolanos e de Cabo Verde, fazemos muito com pouco. Aqui há calor humano. É nós com nós...”

(A., portuguesa filha de imigrantes, Quinta da Princesa)

“Não, não vêm muito, mesmo para a rua. Sim, separam-se um bocado. Eu acho que é da religião. Aqui toda a gente tem a mesma religião e não temos assim essas diferenças...”

(J., português filho de angolanos, Sta. Marta de Corroios)

O Dia Municipal da Comunidade Migrante, comemorado dia 26 de Abril surgiu da vontade de celebrar a diversidade cultural existente no Seixal. Inicialmente designado por “Dia Municipal da Comunidade Lusófona”, na primeira década do presente milénio e face às vagas migratórias provenientes do Leste Europeu, considerou-se que, de forma a espelhar a realidade migratória atual e de forma a representar todas as comunidades presentes no Seixal dever-se-ia alterar o nome passando então para “Dia Municipal da Comunidade Migrante”.

Relações internacionais

A articulação com as embaixadas de NPT é feita no âmbito da cooperação internacional, em específico com a Embaixada de Cabo Verde, com a Embaixada de S. Tomé e Príncipe e com a Embaixada de Angola, para além da articulação com outras Embaixadas.

Os contactos com as Embaixadas são considerados, pela população migrante, como contactos difíceis e demorados, distinguindo-se, no entanto, graus de dificuldade e de demora na resposta entre embaixadas de imigrantes mais representados entre a população residente no Seixal. Assim, as pessoas residentes identificam como “muito problemática a relação com a Embaixada de Angola” e “mais organizada, a Embaixada de Cabo Verde”.

Religião

No Município do Seixal à data dos Censos 2011 existiam 89.436 pessoas que afirmaram ter religião católica, representando 56,5% da população residente; as pessoas que afirmaram professar outras religiões cristãs representavam cerca de 3% da população residente; protestantes representavam cerca de 1,4%, muçulmana 0,5% e ortodoxa 0,4%.

Recursos Territoriais: Instituições religiosas, por freguesia

As instituições religiosas que desenvolvem trabalho no Concelho em articulação com a autarquia municipal cobrem todo o território. A presença de diferentes igrejas traduz diversidade e facilidade no acesso à prática religiosa livre. As instituições religiosas, por freguesia, são as seguintes:

União das Freguesias Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires:

Paróquia do Seixal - Igreja N^a Sr^a da Conceição

Paróquia de Aldeia de Paio Pires - Igreja de Aldeia de Paio Pires

Paróquia de Arrentela - Igreja Paroquial N^a Sra. da Consolação

Paróquia do Casal do Marco - Igreja da Nossa Senhora da Paz

Igreja Viva Assembleia de Deus do Fogueteiro

Igreja Cristã do Renovo

Igreja Assembleia de Deus Pentecostal do Maculusso em Portugal – Congregação Nascente

Igreja Ministérios Monte Santo

Missão Evangélica Assembleia de Deus Lusitana do Seixal

Igreja Evangélica Filadélfia de Ciganos de Arrentela

Freguesia de Amora

Missão Ortodoxa Virgem Mãe de Deus

Igreja Conquistadores para Cristo – Comunidade Cristã Evangélica

Seminário Beato Scalabrini

Paróquia de Amora - Igreja N^a Sra Monte Sião

Igreja Kimbanguista Sul do Tejo (não tem sede no Município, mas desenvolve a sua missão religiosa e socio-caritativa no B. Vale de Chícharos).

Freguesia de Corroios

Igreja Adventista do Sétimo Dia
Igreja Baptista em Chamas de Corroios
Igreja Evangélica do Alto do Moinho
Igreja Baptista de Miratejo
Paróquia de Corroios - Igreja N^a Sra. da Graça de Corroios
Paróquia de Vale de Milhaços - Igreja de Vale de Milhaços
Paróquia de Miratejo - Igreja da Sagrada Família de Miratejo

Freguesia de Fernão Ferro

Paróquia de Pinhal de Frades - Igreja de Santo António
Paróquia de Quinta do Conde - Igreja de Pinhal do General
Paróquia de Fernão Ferro - Igreja N^a Sra da Boa Hora

As instituições religiosas estão presentes no Concelho e existe um esforço por parte da autarquia no sentido de promover o diálogo inter-religioso. No entanto, é de assinalar que as trocas entre as várias Igrejas são pouco frequentes e pouco profundas, podendo dar lugar a sobreposição de esforços na consecução de um objetivo comum: a integração da população migrante.

O *focus group* dedicado à área da religião com participação de líderes ou representantes de diversas igrejas permitiu fazer um diagnóstico da sua ação no que concerne à integração de migrantes e à prestação de apoio. O apoio mais procurado pela população migrante junto das igrejas é alimentar, de vestuário e apoio espiritual. A prestação de apoio não é coordenada nem articulada, entre igrejas, entre estas e a Câmara Municipal e entre estas e outras instituições no Concelho.

O apoio espiritual, identificado como “força” pelas pessoas no seu processo de integração.

“Se não fosse a Igreja eu não era ninguém... eu não estava aqui. E para mim e para os meus filhos... o meu menino é um menino muito bom. É generoso e há até uma família que gosta muito dele...uma família de um colega dele e que vê no meu filho que tem Deus na vida dele. Ele assim anda protegido... e eu, se não fosse a Igreja, que me dá... sempre me dá, mesmo que eu não peça sabem que eu estou a precisar... e me dá sempre qualquer coisa, mas o melhor, o maior que me dá é força... é a força que eu tenho é da Igreja... e Deus... e dá-me força pelos meus filhos...já me ajudou tanto... fui a Angola buscar os meus documentos e ia lá ficando... como não tinha o papel de cá, do SEF queriam que eu ficasse lá. Não queriam que eu voltasse. E eu, pedi tanto, tanto a Deus e Ele sabe que o meu lugar é aqui e fez, deixou vir para cá. Porque eu pedi, tanto...”

(A., Quinta da Boa Hora)

Figura 33 *Focus Group* da Religião



Identificação de elementos transversais a todas as áreas em que se fez diagnóstico parcelar

Em cada uma das áreas de promoção da integração da população migrante fica patente a sobreposição de um modelo de proximidade influenciando a desvalorização da importância de definir estratégias que visem a integração da população migrante, considerando todas as origens de imigração, idades, sexo, religião e outros fatores identitários de ordem individual e coletiva.

Face a esta lógica em que o modelo de proximidade favorece a resolução de problemas e satisfação de necessidades imediatas, o planeamento e avaliação das ações não é feito de modo estruturado. Assim, não é possível conhecer, por um lado, os recursos efetivamente investidos pelo Município na integração de migrantes e, por outro lado, o impacto do investimento feito neste domínio.

Também, as organizações da sociedade civil, seja no domínio da educação, da solidariedade social, associativismo organizado, acabam por se ajustar ao modelo de proximidade recorrendo, na maior parte das vezes, à Câmara Municipal para satisfazer necessidades pontuais e revelando dificuldade em planear em conjunto, de forma articulada e dificuldade em reconhecer, no outro, isto é, na outra instituição, um recurso – evitando sobrepor a sua ação e o apoio, material, de encaminhamento e/ou informativo.

As práticas desenvolvidas e ações implementadas no Concelho do Seixal são pouco articuladas entre si, com pouca coordenação entre os diferentes setores ou subsetores que as desenvolvem, e estão fortemente dependentes de meios que não estão continuamente disponíveis. Assim torna-se difícil assegurar a sustentabilidade e transferibilidade. Mesmo quando se trata de práticas promissoras e/ou ações que, empiricamente, revelam eficiência, como as que se identificam neste estudo de diagnóstico como práticas promissoras.

Este diagnóstico permite ainda identificar mais alguns elementos, comuns a várias áreas em que se fez diagnóstico parcelar e que agora se apresentam, de forma sumária, recorrendo a uma matriz SWOT, que permite identificar Forças e Ameaças a essas forças, implicando uma atuação célere, e ainda Fraquezas e Oportunidades para lidar com essas fraquezas, potenciando a sua melhoria. As oportunidades e as ameaças fazem parte do ambiente externo e as forças e fraquezas fazem parte do ambiente interno, focando portanto mais as organizações e as dinâmicas de relacionamento entre elas. Por seu turno, o diagnóstico de oportunidades e ameaças implica um olhar menos focado nas organizações e mais abrangente, cobrindo fatores da comunidade – neste caso do conjunto de migrantes no Concelho do Seixal.

Figura 34 Matriz SWOT

	Pontos Fortes ou Forças	Pontos Fracos ou Fraquezas
Ambiente Interno (foco: organizacional)	<ul style="list-style-type: none"> • Empenho político no processo de integração de migrantes no Concelho • Baixos níveis de conflitualidade • Movimento associativo consolidado e com relacionamento sustentado com a Câmara Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento mútuo (interorganizacional), incluindo desconhecimento das atribuições, objetivos, área geográfica de ação, ações, atividades, recursos (humanos, materiais e outros) • Dificuldade de atualização de conhecimentos: legislativo, de políticas públicas, de oportunidades de financiamento de ações promotoras de integração de migrantes • Fraca iniciativa na mobilização para a ação principalmente ação concertada, articulada e participada (diretamente) pela população migrante
Ambiente Externo (foco: comunidade)	<ul style="list-style-type: none"> • Perceção generalizada de inserção no tecido urbano, isto é, sem isolamento territorial ou geográfico, embora coexistente com perceção de isolamento social – este reforçado pela falta de qualidade urbana e degradação habitacional característica da maior parte das áreas residenciais de concentração de população migrante • Capacidade, informal, de acolhimento de familiares ou conterrâneos embora sem transmissão prévia de informação sobre a legislação em vigor e os requisitos para uma integração plena em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> • Doença subdiagnosticada (ex. diabetes, tensão arterial elevada, obesidade, cárie dentária) e necessidades não satisfeitas em situações de doença – situações detetadas pelas respostas sociais, farmácias e projetos de promoção da saúde, com a característica comum de agirem de acordo com um modelo de proximidade
	Oportunidades	Ameaças

3 Pilares Estratégicos

- Promover uma integração de migrantes assente num acolhimento e acompanhamento do processo que seja: qualificado, na prestação de serviços; integrado, no modelo de atuação das várias entidades; e abrangente, visando distintas necessidades, como saúde, educação, emprego, formação, habitação e participação cultural, religiosa e cívica.
- Capacitar as associações existentes e o movimento associativo emergente para desenvolver ações assegurando a sua sustentabilidade.
- Promover a transferibilidade de projetos: no Concelho, entre organizações e entre territórios, após identificação de práticas promissoras

Previsão da Monitorização e Avaliação do Plano

O diagnóstico local que se apresentou permite identificar as entidades que intervêm no território do Seixal (Concelho), as respetivas áreas de atuação, caracterizar sumariamente os serviços prestados, tendo sido destacadas práticas entendidas como promissoras. Este diagnóstico permite ainda identificar as necessidades de migrantes residentes no Concelho, incluindo aqueles/as que ainda não têm a sua situação regularizada.

O diagnóstico prepara o processo de planeamento visando a integração de migrantes para o período 2018/2020. O plano municipal poderá envolver as entidades que intervêm no território do Seixal na consecução dos objetivos a atingir, na implementação e desenvolvimento das medidas e ações aí previstas, uma vez que aquelas foram já envolvidas, participando ativamente, neste diagnóstico.

Para que o processo de monitorização e avaliação (contínua e final) do Plano Municipal seja sucedido tem que ser exequível e realista.

Garantindo estas condições: exequibilidade, realismo e participação, prevê-se a composição de uma plataforma de acompanhamento e monitorização do Plano municipal partindo de uma estrutura existente: o Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal.

Do Pacto Territorial sairá uma plataforma de acompanhamento e monitorização do plano. Esta plataforma será definida na próxima assembleia-geral do Pacto, devendo ter caráter de grupo de trabalho, que se extinguirá com a conclusão do Plano (2020). Desta plataforma fará parte, assumindo responsabilidades de coordenação pelos trabalhos, a equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou a elaboração deste diagnóstico.

A plataforma, a constituir, terá:

- reuniões de trabalho com uma periodicidade semestral, produzindo relatórios de progresso que permitam identificar eventuais desvios face ao planeamento;
- uma reunião anual (três na totalidade do período do plano) especificamente dedicada à avaliação do Plano, correspondendo a momentos de revisão do Plano com introdução de ajustamentos com efeitos para o ano seguinte e, no último ano, com efeitos sobre o próximo Plano Municipal para a integração de migrantes ao nível local.

Referências Bibliográficas

Alto Comissariado para as Migrações (2015). Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes: Ferramentas para a sua sustentabilidade. Lisboa: ACM.

Alto Comissariado para as Migrações (2015a). Plano Estratégico para as Migrações 2015-20. Lisboa: ACM.

Alto Comissariado para as Migrações (Coord.) (2015b). Guia para a conceção de planos municipais para a integração de imigrantes. Disponível em <http://cidadaniaemportugal.pt/wp-content/uploads/recursos/acm/Guia%20para%20a%20conce%C3%A7%C3%A3o%20de%20planos%20municipais%20para%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20imigrantes.pdf>

Câmara Municipal do Seixal (2011). Diagnóstico da População Imigrante no Concelho do Seixal: Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local. Seixal: CMS.

Câmara Municipal do Seixal (2015). Plano Municipal Para a Integração dos Imigrantes Nacionais de Países Terceiros: Ação 4 – PMII. Seixal: CMS.

Centro de Respostas Integradas (CRI) da Península de Setúbal – Equipa Técnica especializada de Prevenção, Equipa Técnica especializada de RRMD, Equipa Técnica especializada de Reinserção e equipa Técnica especializada de tratamento de Almada (2015). Relatório final do diagnóstico do território – Concelho do Seixal. Plano Operacional de Respostas Integradas. Diagnósticos de Território. ARS-LVT Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em www.sicad.pt

COM (2011). Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the regions – European Agenda for the Integration of Third-Country Nationals, COM(2011) 455 final.

DGAI, Direção-geral da Administração Interna (2013) Resultados da Administração Eleitoral. Resultados do Recenseamento. Disponível em <https://www.dgai.mai.gov.pt/?area=103&mid=011&sid=014>

IEFP (2017) Desemprego Registado por Concelho - Estatísticas Mensais. Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão. Disponível em <https://www.iefp.pt/documents/10181/6814977/SIE+-+Desemprego+registado+por+concelhos+dezembro+2017.pdf/ab672c06-ce47-42c4-af0a-8d4c1ac62003>

INE, Instituto Nacional de Estatística (2011). Censos. Lisboa: INE. Disponível em <http://censos.ine.pt>

INE, Instituto Nacional de Estatística (2015) Anuário Estatístico. Disponível em <https://www.ine.pt>

Kutukdjian, Georges e Corbett, John (Ed.) (2009). Relatório Mundial da UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Mourao, P. R. (2016). Socio-economic Determinants for the Portuguese Immigration: An Empirical Discussion. *Social Indicators Research*, 125(3), 955-975.

Observatório das Migrações. (2017). Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual. Lisboa: ACM.

OECD (2018). The resilience of students with an immigrant background: Factors that shape well-being, OECD Publishing, Paris.

Pires, R. P. (2003). Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa. Oeiras: Celta Editora.

Queiroz, Camila (2017). Corpos disponíveis: as hifenizações que marcam as experiências de migrantes brasileiras em Portugal. Anais da Conferência XV IBERCOM - Comunicação, Diversidade e Tolerância. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/323219065>

RMAD, Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (2017). Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes: Ferramentas para a sua sustentabilidade. Governo de Portugal: Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Disponível em <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/189434/rmad+brochura+net.pdf/db2ceaab-68e6-4e83-a04b-b8ef0a997f56>

Santos, S. (2008). Imagens da Cidade Planeada: a diversidade cultural e o pensamento estratégico urbano de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 131-151.

SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2017). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2016. SEFSTAT. Disponível em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>

Soares, Anabela (Coord.) (2017) Diagnóstico Social do Seixal-Seixal à Lupa (1ª revisão). Seixal: Rede Social do Seixal. Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania. Disponível em <http://www.cm-seixal.pt/documentos/acao-social>

UNESCO (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (CLT.2002/WS/9). Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf

Vieira, R. (2011). Educação e diversidade cultural: notas de Antropologia da Educação. Porto: Edições Afrontamento.

ANEXO 1 Entidades que fazem parte do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal

Instituição	Nome	Morada	FREGUESIA	Contacto: e-mail
"PELO SONHO É QUE VAMOS" - COOPERATIVA SOLIDARIEDADE SOCIAL CRL	Hugo Santos	AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO, 113 E 115 FARINHEIRAS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	cooperativa@pelosonho.pt
AAGA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO À COMUNIDADE DOS PAISES COM LINGUA OFICIAL PORTUGUESA	Domingos Costa	QUINTA DA NOSSA SENHORA DO MONTE SIÃO, Nº1	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	aaga.portugal@gmail.com; amixsilva@hotmail.com
ADRA PORTUGAL - DELEGAÇÃO DE PAIVAS / SEIXAL	Ana Flora Espírito Santo	RUA BENTO DE JESUS CARAÇA, Nº 8 A	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	arolf4@gmail.com; projetossociais@adra.org.pt
AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE ALMADA/ SEIXAL	Dr. Luís Amaro	RUA D. BRANCA SARAIVA DE CARVALHO, 9-C	AMORA	C3151551@arslvt.min-saude.pt
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE BARROS	Prof. António Carvalho	RUA SEBASTIÃO DA GAMA QUINTA DO ROUXINOL - MIRATEJO	CORROIOS	eb23corroios@gmail.com
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PAULO DA GAMA	Paula Campos	RUA ANA DE CASTRO OSÓRIO CORRER D'ÁGUA	AMORA	ce@ave-paulo-gama.net
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PEDRO EANES LOBATO	Célia Almeida	PRACETA JOAQUIM PINTO MALTA	AMORA	info@pedro-eanes-lobato.rtcs.pt
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TERRAS DE LARUS	Joaquim Teodoro	RUA FERNÃO LOPES	AMORA	eb23.cruzpau@gmail.com

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES	Dr. Pedro Calado	RUA DOS ANJOS, N.º 66 - 4º	LISBOA	acidi@acidi.gov.pt
AMUCIP - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CIGANAS DE PORTUGAL	Noel Gouveia	LARGO MACHADO DOS SANTOS N.º 8	AMORA	amucip2015@gmail.com
ANALP - ASSOCIAÇÃO DOS NATURAIS E AMIGOS DE LOBATA EM PORTUGAL	Adiezer Rosa			ady-rosa007@hotmail.com
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO COM S. TOMÉ E PRÍNCIPE	Victoria Neto	RUA DE SOUTELO, 11, 3º DTO.	AMORA	associacaostpseixal@yahoo.com
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTUGAL	Ricardo Pessoa	AV. DOS REDONDOS, LOTE 184	FERNÃO FERRO	ricardopessoa@rap-seguranca.com
ASSOCIAÇÃO CABO-VERDIANA DO SEIXAL	Luís Lima	RUA FOROS DE AMORA, N.º 9	AMORA	acseixal@gmail.com
ASSOCIAÇÃO MOÇAMBIQUE SEMPRE	Olga Santos	PRAÇA LATINO COELHO N.º 3, 2.º ESQ.	CORROIOS	santos.dadia@gmail.com
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DOS MORGADOS	Elsa Leon	RUA LUÍS DE CAMÕES	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	eb1jiquintamorgados@aepinhalfrades.pt
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO QUINTA DE SÃO JOÃO	Prof.ª Ana Cristina de Sá	PRACETA ÁLVARO VIANA DE LEMOS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	eb1qtsj@gmail.com

ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO E JARDIM-DE-INFÂNCIA DO CASAL DO MARCO	Mário Santos	RUA DO DESEMBARGADOR CASAL DO MARCO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	eb1jicasalmarco@gmail.com; ms-prof@iol.pt
ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DOS REIS SILVEIRA	Paula Catalão	AV. 25 DE ABRIL TORRE DA MARINHA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	ce@esars.pt; mariaanhosbrito@esars.pt
CAPA - CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA	Manuel Pires de Andrade	RUA DR. EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES, 17	AMORA	secretaria@capa-amora.pt
CENTRO COMUNITÁRIO “VÁRIAS CULTURAS UMA SÓ VIDA”	Dra. Amália Pratas	PRACETA GREGÓRIO CRISPIM DE OLIVEIRA N.º 1 A	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	variasculturas@gmail.com
CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO ALTO DO MOINHO	José Augusto Fernandes Torres	RUA JOÃO DE DEUS, 24 - ALTO DO MOINHO	CORROIOS	ccrampre@gmail.com
CENTRO LOCAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL DA AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO	Jorge Maurício Pinhal	RUA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA, 68-A	ALMADA	cl.peninsula.setubal@act.gov.pt
CIG - COMISSÃO DE IGUALDADE DE GÉNERO	Teresa Fragoso	AV. DA REPÚBLICA, 32 - 1º	LISBOA	cig@cig.pt.gov.pt
COMISSÃO DE UTENTES DE SAÚDE DO CONCELHO DO SEIXAL	José Manuel Sales Luís	RUA SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARRENTELENSE - CASA CASTANHA CMS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	sales1946@gmail.com
CRIAR-T – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE	Fernando Marques	RUA JACINTO PRADO COELHO, Nº3	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	fjmarques@criar-t.org

DIREÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS	João Maria Cabral	AV. INFANTE SANTO, 42	LISBOA	cristina.pedroso@mne.pt
POLIÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - DIVISÃO POLICIAL DO SEIXAL	Comissário Dino Duro	RUA AURÉLIA SOUSA Nº 16 TORRE DA MARINHA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	dgduro@psp.pt
EMBAIXADA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE	LUIS VIEGAS	AVENIDA DA REPUBLICA, 35 - 4º ANDAR	LISBOA	embaixada@emb-saotomeprincipe.pt
ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMORA	João Godinho	RUA MÁRIO SACRAMENTO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	secamora@mail.telepac.pt
ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL CARGALEIRO	Manuel Pires	RUA BENTO DE MOURA PORTUGAL – FOGUETEIRO	AMORA	esm.cargaleiro@gmail.com
FRĂTIA - ASSOCIAÇÃO DE IMIGRANTES ROMENOS E MOLDAVOS	Maria Iancu	ESTRADA DE SANTAS QUINTA DE TANOEIRA	SĂO SEBASTIĂO	fratia2004@gmail.com
IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SEIXAL	Carla Filipe	RUA INFANTE D. AUGUSTO	AMORA	sfp. seixal@iefp.pt
IGREJA EVANGÉLICA DO ALTO DO MOINHO	José Rodrigues	RUA RAMALHO ORTIGĂO,1	CORROIOS	igrejaeam@gmail.com
IGREJA VIVA ASSEMBLEIA DE DEUS DO FOGUETEIRO	Paulo Maia	RUA ANTÓNIO SARDINHA, Nº 24, CASAL DO MARCO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	geral@ivad.org
JUNTA DE FREGUESIA DE AMORA	Manuel Ferreira Araújo	RUA 1ª DE MAIO, LT-4	AMORA	jfamora@jf-amora.pt

JUNTA DE FREGUESIA DE CORROIOS	Eduardo Rosa	LARGO DO MERCADO, N.º 5	CORROIOS	presidente@jf-corroios.pt
JUNTA DE FREGUESIA DE FERNÃO FERRO	Carlos Reis	RUA LUÍSA TODY, LOJA 20	FERNÃO FERRO	geral@jf-fernaoferro.pt
KAMBA - ASSOCIAÇÃO DE ANGOLANOS DO CONCELHO DO SEIXAL	Eduardo Costa	AV. 25 DE ABRIL - EDIFÍCIO MONTE SIÃO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	kamba.aacs@gmail.com
LIONS CLUBE DO SEIXAL	António Modesto de Oliveira Figueiredo	RUA DA UNIÃO, 9	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	a.figueiredo5305@gmail.com
OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES	Dra. Marta Bronzin	RUA JOSE ESTÊVÃO Nº. 137 - 8º	LISBOA	iomlisbon@iom.int
PARÓQUIA DE AMORA - IGREJA Nª SRA MONTE SIÃO	Pedro Granzotto	LARGO DA IGREJA	AMORA	info@paroquia-amora.pt
PARÓQUIA DE ARRENTELA - IGREJA PAROQUIAL Nª SRA.DA CONSOLAÇÃO	Júlio do Vale	PRAÇA MIGUEL BOMBARDA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	paroquiadaarrentela@gmail.com
PARÓQUIA DE VALE DE MILHAÇOS - IGREJA DE VALE DE MILHAÇOS	David Caldas	AV. PINHAL DO VIDAL	CORROIOS	valedemilhacos@diocese-setubal.pt
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO SEIXAL	Edison Dias	RUA CÂNDIDO DOS REIS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	miseixal@net.sapo.pt
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS DE SETÚBAL	Inspetor José Caçador	AVENIDA LUISA TODY, N.º 38 A 40	SETÚBAL	del.setubal@séf.pt

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	Dr. António Santos	LARGO 25 DE ABRIL	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	presidente@jf-seixalarrentelapaiopires.pt
--	--------------------	-------------------	--	---

ANEXO 2 Entidades que fazem parte da Rede Social do Seixal; do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal; e do Projeto de Educação Intercultural e de Cidadania Global Povos, Culturas e Pontes (por Freguesia)

FREGUESIA DA AMORA				
Instituição	Morada	REDE SOCIAL	PTDIS	PCUPO*
ADFA - ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS - NÚCLEO MARGEM SUL	RUA RODRIGUES LAPA, Nº 2 - 2A QUINTA DA ATALAIA			
AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE ALMADA/ SEIXAL	RUA D. BRANCA SARAIVA DE CARVALHO, 9-C			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PAULO DA GAMA	RUA ANA DE CASTRO OSÓRIO CORRER D'ÁGUA			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PEDRO EANES LOBATO	PRACETA JOAQUIM PINTO MALTA			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TERRAS DE LARUS	RUA FERNÃO LOPES			
AMIDS - ASSOCIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RUA ANTÓNIO JACINTO, Nº 36			
AMORA FUTEBOL CLUBE	RUA ESTÁDIO DA MEDIDEIRA			
AMUCIP - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CIGANAS DE PORTUGAL	LARGO MACHADO DOS SANTOS N.º 8			
ANIMATEATRO	PRCT. JOSÉ MARIA VIEIRA, Nº 3 - 3º DTO			
APPSHO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PROMOTORA DA SAÚDE E HIGIENE ORAL	RUA JOAQUIM RIBEIRO RASTEIRO, Nº9 - 2º ESQ			
ARTES - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO SEIXAL	RUA FERNÃO LOPES QUINTA DAS SEMENTES			
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA	RUA 1ª DE MAIO, LT-4			
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO COM S. TOMÉ E PRÍNCIPE	RUA DE SOUTELO, 11, 3º DTO.			
ASSOCIAÇÃO "SER LIVRE"	PCTA. ARMANDO JOSÉ FERNANDES, 9 R/C - DT.			
ASSOCIAÇÃO BARULHO/AMUS	RUA MANUEL TEIXEIRA GOMES, 7 B			

ASSOCIAÇÃO CABO-VERDIANA DO SEIXAL	RUA FOROS DE AMORA, N.º 9			
ASSOCIAÇÃO CASA GRANDE DO BRASIL	RUA ALVES REDOL, 23			
ASSOCIAÇÃO CULTURAL POÉTICA	RUA DO CACHEU, 25 A			
ASSOCIAÇÃO DE ARTES E OFÍCIOS DO CONCELHO DO SEIXAL	LARGO DA ROSINHA, LOJAS 3 E 6			
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE VALE DE CHICHAROS - ADSVC	RUA 25 DE ABRIL, CASA N.º 5, VALE DE CHICHAROS			
ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL – GRUPO 242 CORROIOS	RUA ANTÓNIO SÉRGIO, LOTE 12A QUINTA DO FANQUEIRO			
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA 2,3 CICLOS PAULO DA GAMA	RUA ANA DE CASTRO OSÓRIO			
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PEDRO EANES LOBATO	RUA DR. EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES, 13A			
ARIFA - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E IDOSOS DA FREGUESIA DE AMORA	RUA ABEL SALAZAR, 5-A			
ARPIF - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO FOGUETEIRO	RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA			
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E CULTURAL DA QUINTA DA PRINCESA	RUA INFANTE D. AUGUSTO, N.º 61 – R/C – ESQ.º			
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL AZINHAGA PAIVAS	R. FERNÃO LOPES 3 R/C DTº			
ASSOCIAÇÃO JUVENIL ESPERANÇA - QUINTA DA PRINCESA	Rua Luanda, 5			
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS MISTOS DE AMORA	AV. 25 DE ABRIL (EN 10) MUXITO			
ASSOCIAÇÃO NAVAL AMORENSE	RUA DA MUNDET, S/N			
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO AO DEFICIENTE DESPROTEGIDO	RUA DO MFA, PÁTIO DA VEREGEIRA Nº2			
AURPIA - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE AMORA	RUA DOS VIDREIROS			
ASSOCIAÇÃO VETERANOS AMORA FUTEBOL CLUBE	ESTÁDIO DA MEDIDEIRA - PRACETA ESTEVÃO AMARANTE			
ASSOCIAÇÃO VOAR PARA O SUCESSO	R. FLORBELA ESPANCA Nº 24 QUINTA DA CHARNEQUINHA			
ATL ACADEMIA JUVENIL	AV. QTA. ATALAIÁ 8 - B			
ESCOLA BÁSICA DA CRUZ DE PAU	RUA FERNÃO LOPES			
ESCOLA BÁSICA DA CRUZ DE PAU (1º CICLO)	RUA LUZ SORIANO			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DA MEDIDEIRA	RUA DE CACHEU			

ESCOLA BÁSICA DA QTª. DA PRINCESA	RUA DE LUANDA			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DAS INGLESINHAS	RUA DE CUMARÉ			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DAS SEMENTES	RUA FERNÃO LOPES			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DE STª ANTÓNIO	RUA DOUTOR LUÍS CÂMARA PESTANA			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DO CONDE DE PORTALEGRE	RUA BERNARDINO MACHADO			
ESCOLA BÁSICA DAS PAIVAS	RUA ANTÓNIO VERNEY			
ESCOLA BÁSICA DE AMORA	RUA IRENE LISBOA			
ESCOLA BÁSICA DO FOGUETEIRO	RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA			
ESCOLA BÁSICA DOS FOROS DE AMORA	AV. CENTRAL – FOROS DE AMORA			
ESCOLA BÁSICA INFANTE D. AUGUSTO	RUA DE BIJAGÓS			
ESCOLA BÁSICA PAULO DA GAMA	RUA ANA DE CASTRO OSÓRIO			
ESCOLA BÁSICA PEDRO EANES LOBATO	PRACETA JOAQUIM PINTO MALTA			
CAPA - CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE AMORA	RUA DR. EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES, 17			
CASA DO EDUCADOR DO CONCELHO DO SEIXAL	RUA CONSELHEIRO CUSTÓDIO BORJA, Nº 1			
CENTRO COLUMBÓFILO DO FOGUETEIRO	RUA JOSÉ VICENTE OLIVEIRA JÚNIOR, Nº22			
CENTRO CULTURAL DESPORTIVO DAS PAIVAS	RUA RAINHA D. LEONOR PAIVAS			
CENTRO CULTURAL, DESPORTIVO DAS PAIVAS	RUA RAINHA D. LEONOR - PAIVAS			
CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DO SEIXAL	RUA MÁRIO SACRAMENTO			
CLUBE DE CANOAGEM DE AMORA	APARTADO 18			
CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO ÁGUIAS UNIDAS	AV. ANTÓNIO SÉRGIO - FANQUEIRO			
CLUBE DESPORTIVO RECREATIVO FOGUETEIRO	RUA 25 DE ABRIL			
CLUBE RECREATIVO DA CRUZ DE PAU	RUA DE BISSAU-ED. CRCP			
CNAD - COOPERATIVA NACIONAL DE APOIO A DEFICIENTES	RUA 1º DE MAIO, 22A QTA DOS LÍRIOS - FOGUETEIRO			
COMUNIDADE CATÓLICA DA QTª DA PRINCESA	PTA CIDADE SÃO TOMÉ, N.º 2 – 5º A QUINTA DA PRINCESA			
CONFERÊNCIA SÃO VICENTE DE PAULO DE AMORA	RUA DO MINHO, IGREJA BEATO SCALABRINI			

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 414 – AMORA	RUA D. BRANCA SARAIVA CARVALHO, Nº18 R/C-ESQ.			
CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO SEIXAL	RUA RODRIGUES LAPA, Nº2, 2A			
DOJO-IPON C.A.DE.Q. – ASSOCIAÇÃO	ESTRADA FOROS DE AMORA Nº 184 -			
ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL CARGALEIRO	RUA BENTO DE MOURA PORTUGAL – FOGUETEIRO			
EXCHANGE - PAIVAS	AV.ª 1º DE MAIO, Nº 19 E PAIVAS			
FARMÁCIA SÃO BENTO	RUA ANA DE CASTRO OSÓRIO, Nº 10 A			
FEELGOOD PORTUGAL – CENTROS DE BEM ESTAR E FORMAÇÃO LDA.,	AV 1º DE MAIO, Nº 27, A-B PAIVAS			
FESTA DO AVANTE	QUINTA DA ATALAIA, AV. BAIA DO SEIXAL			
GRUPO DE BALLEE E DANÇA JAZZ DO FANQUEIRO	RUA DR. MÁRIO SACRAMENTO, LT-215 QUINTA DO FANQUEIRO			
GRUPO DE DANÇA DO SEIXAL	RUA SANTO CONDESTÁVEL, 10- 1.º A, PAIVAS			
GRUPO DE JOVENS “A CAMINHO”	RUA DOS LOENDROS LT-75 FOROS DE AMORA			
GRUPO DE JOVENS “EXODUS”	RUA DAS AROEIRAS, 50 BELVERDE			
GRUPO DESPORTIVO CORRER D'ÁGUA	RUA JOSÉ VICENTE OLIVEIRA JÚNIOR			
GRUPO DESPORTIVO, CULTURAL E RECREATIVO DA QUINTA DA PRINCESA	RUA ARQUITETO ANTÓNIO JOSÉ CONDE - RUA DA BASÍLIA QUINTA DA PRINCESA			
GRUPO RECREATIVO E CULTURAL CARIOCAS FUTEBOL CLUBE	RUA FERNÃO LOPES QUINTA DAS SEMENTES - PAIVAS			
IEFP - CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SEIXAL	AV. MARCOS PORTUGAL, 90			
IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SEIXAL	RUA INFANTE D. AUGUSTO			
IGREJA CONQUISTADORES PARA CRISTO - COMUNIDADE CRISTÃ EVANGÉLICA	RUA MAGALHÃES LIMA, Nº 8 - 1 ESQ			
IGREJA CRISTÃ DO RENOVO	RUA ANTÓNIO MACEDO, LT. 70 ZONA INDUSTRIAL			
INSTITUTO NOVO SER	PRACETA JOSÉ LEITE VASCONCELOS, 10-B PAIVAS			
ISAÚ MAIA, LDA. - OPTICA MAIA	AV. 25 DE ABRIL 300-A CRUZ DE PAU			

JARDIM INFÂNCIA DA QTA. DA PRINCESA	RUA ARQUITECTO JOSÉ ANTÓNIO CONDE, QTA. DA PRINCESA			
JARDIM-DE-INFÂNCIA "CENTRO PAROQUIAL DE AMORA"	RUA EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES			
JOVENS DA PARÓQUIA DE AMORA	LARGO DA IGREJA AMORA			
JUNTA DE FREGUESIA DE AMORA	RUA 1ª DE MAIO, LT-4			
MENSAGEIRO DA POESIA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL POÉTICA	RUA DO CACHÉU, 25 1 A			
MOTOCUBE DO SEIXAL	RUA DOS FOROS DE AMORA, 8			
NATURAIS E AMIGOS DA VILA DE CABEÇO DE VIDE	RUA SANTO CONTESTÁVEL (PARQUE DOS PIONEIROS)			
NÚCLEO DE NATURAIS E AMIGOS DA VILA CABEÇO DE VIDE	RUA STUART CARVALHAIS N.º 13 - 1			
OS GATOS DO MUXITO - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	RUA DO SOUTELO, Nº. 15 - 3º. ESQ.			
P.S.P. DA CRUZ DE PAU	RUA DE BINTA			
PARÓQUIA DE AMORA - IGREJA NOSSA SRA MONTE SIÃO	LARGO DA IGREJA			
PROJECTO JOVEM	RUA CIDADE DA PRAIA, Nº6 R/C-DTO.			
PSICOFORMAÇÃO - CONSULTORIA, INFORMÁTICA E DESENVOLVIMENTO INTERPESSOAL	RUA MANUEL RIBEIRO DE PAVIA, N.º 5 R/C ESQ.			
RANCHO FOLCLÓRICO DO BAIRRO 25 DE ABRIL	RUA ANTÓNIO SÉRGIO, SEDE			
REDE INCLUIR	CENTRO DE SAÚDE DE AMORA RUA D. BRANCA SARAIVA DE CARVALHO, Nº 9 C			
RETROSARIA PIRES	RUA DAS BIERAS, 1			
ROYAL UNDERGROUND	RUA DE BISSAU, 15 - 3.º ESQ.			
SABORES TORRADOS	RUA SANTO CONDESTÁVEL, Nº. 19 B FOGUETEIRO			
SEIXAL SURFING CLUBE	RUA FRANCISCO MIGUEL, Nº 11			
SEMINÁRIO BEATO SCALABRINI	RUA VALE SANTO ANTÓNIO, 5A FOROS DE AMORA			
SERVIÇO DE PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL DO HGO	RUA DA CORDOARIA, Nº 47 1º			
SERVIÇO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DO SEIXAL E SESIMBRA	AV. BAIA NATURAL DO SEIXAL Nº996			
SOCIEDADE FILARMÓNICA OPERÁRIA AMORENSE	RUA DA SOCIEDADE FILARMÓNICA OPERÁRIA AMORENSE			
SPECTARE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL	PRACETA ILHA DA BOAVISTA, Nº 4 B, CRUZ DE PAU			

UARPICS - UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DO CONCELHO DO SEIXAL	RUA ABEL SALAZAR 5 A			
VISUALMED - TERAPÊUTICA DA VISÃO, LDA	AV. 1º DE MAIO, Nº 23, LOJA DTª			
LIGA DOS COMBATENTES - NÚCLEO DO SEIXAL	ESTÁDIO DA MEDIDEIRA, PRACETA ESTEVÃO AMARANTE			
* Entidades parceiras no Projeto de Educação Intercultural e de Cidadania Global Povos, Culturas e Pontes				

FREGUESIA DE CORROIOS

Instituição	Morada	REDE SOCIAL	PTDIS	PCUPO*
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE BARROS	RUA SEBASTIÃO DA GAMA QUINTA DO ROUXINOL - MIRATEJO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ROUXINOL	RUA SEBASTIÃO DA GAMA			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VALE DE MILHAÇOS	RUA GIL VICENTE			
AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS 1239 VALE DE MILHAÇOS	AV. PINHAL DO VIDAL IGREJA S. JOÃO BATISTA			
ANPAR - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PAIS E AMIGOS DE RETT	PCTA. GRAÇA DE PINA MORAIS, Nº 11- 4º ESQ.			
APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO EB1 JOSÉ AFONSO	RUA GIL VICENTE			
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CORROIOS	LARGO DO MERCADO DE CORROIOS			
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA O GRITO	RUA CASA DO POVO, 81-A 2ºDTO.			
ASSOCIAÇÃO ES - AO ENCONTRO DE UM SORRISO	RUA DAS ORQUÍDEAS, 65 QUINTA DO BRASILEIRO			
ASSOCIAÇÃO MOÇAMBIQUE SEMPRE	PRAÇA LATINO COELHO N.º 3, 2.º ESQ.			
ASSOCIAÇÃO MOVE-A-MENTE	RUA CIDADE DE SANTARÉM, 2 2ºESQ.			
ASSOCIAÇÃO MUNDO DAVID	RUA FELICIANO CASTILHO, Nº 5 VALE DE MILHAÇOS			
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PAIS E AMIGOS DE RETT	PCTA. GRAÇA DE PINA MORAIS, Nº 11- 4º ESQ.- STA. MARTA CORROIOS			
AURPIC - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE CORROIOS	RUA SOLDADO LUÍS, 2 A			
AURPIM - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE MIRATEJO	AV. LUÍS DE CAMÕES, 12 – A			
BANANA AZUL	RUA BERNARDO SANTARENO, 31 9ªA			
C.N.E. AGRUPAMENTO 1239 DE VALE DE MILHAÇOS	IGREJA DE S. JOÃO BATISTA AV. DO PINHAL VIDAL- VALE DE MILHAÇOS			
ESCOLA BÁSICA 1 DE CORROIOS	RUA COMANDANTE RAMIRO CORREIA			
ESCOLA BÁSICA 1 DE VALE DE MILHAÇOS (1º CICLO)	RUA INFANTE D. HENRIQUE			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DA CABOUCA	AV. DA LIBERDADE			
ESCOLA BÁSICA DA QTA. DE SÃO NICOLAU	RUA CIDADE DE QUELIMANE			

ESCOLA BÁSICA DA QTª. DO CAMPO	RUA CIDADE DE ÉVORA			
ESCOLA BÁSICA DE CORROIOS	RUA SEBASTIÃO DA GAMA, QUINTA DO ROUXINOL			
ESCOLA BÁSICA DE STA. MARTA DE CORROIOS	RUA BENTO GONÇALVES			
ESCOLA BÁSICA DE VALE DE MILHAÇOS	RUA GIL VICENTE			
ESCOLA BÁSICA DO ALTO DO MOINHO	AV. GUERRA JUNQUEIRO			
ESCOLA BÁSICA DO MIRATEJO	PRACETA QTª. DA VAREJEIRA			
ESCOLA BÁSICA DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA	RUA SEBASTIÃO DA GAMA, QTª. DO ROUXINOL			
ESCOLA BÁSICA JOSÉ AFONSO	RUA GIL VICENTE			
CASA DO POVO DE CORROIOS	RUA DA CASA DO POVO 14			
CENTRO COMUNITÁRIO BAIRRO DE STA. MARTA DE CORROIOS	PRÉ-FABRICADO DE STA. MARTA DE CORROIOS RUA PINHAL DA ESTACADA			
CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO ALTO DO MOINHO	RUA JOÃO DE DEUS, 24 - ALTO DO MOINHO			
CENTRO CULTURAL E SOCIAL DA PARÓQUIA DE VALE DE MILHAÇOS	AVENIDA PINHAL VIDAL, 50			
CASM - CENTRO DE ATIVIDADES SOCIAIS DO MIRATEJO	ALAMEDA 25 DE ABRIL, Nº 9-G			
CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DA SAGRADA FAMÍLIA DE MIRATEJO/ LARANJEIRO	RUA FLORBELA ESPANCA, LT-1-27			
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CORROIOS	RUA NOSSA SENHORA DA GRAÇA, 36			
CERCISA - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE SEIXAL E ALMADA	RUA EÇA DE QUEIROZ			
CLUBE DE CANOAGEM DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE BARROS	RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA, QUINTA DA MATA			
CLUBE RECREATIVO E DESPORTIVO DO MIRATEJO	RUA MÁRIO HENRIQUE LEIRIA, S/N -			
COLÉGIO ARTE MÁGICA	AVENIDA RESERVA DO ESTUÁRIO DO TEJO ,Nº15			
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 585 CORROIOS	QUINTA. DE S. PEDRO			
ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE BARROS	RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA QTª DA MATA			
EXTENSÃO DE SAÚDE DE CORROIOS	AVENIDA VALE MILHAÇOS, 32			

EXTENSÃO DE SAÚDE DE MOINHO DA MARÉ	RUA DOS CATOS QUINTA DO BRASILEIRO, MIRATEJO			
EXTERNATO INFANTIL DÓ RÉ MI, LDA.	RUA REINALDO FERREIRA, Nº. 1 QUINTA DE SÃO NICOLAU			
EXTERNATO RUMO AO SUCESSO	RUA CESÁRIO VERDE, 19			
FRATERNIDADE DE NUNO ÁLVARES - NÚCLEO DE Nª SRª DA GRAÇA DE CORROIOS	QUINTA DE SÃO PEDRO, Nº 10			
GRUPO DE APOIO FRATERNAL PARÓQUIA VALE DE MILHAÇOS	AV. PINHAL VIDAL			
GRUPO DE JOVENS DE CORROIOS	PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, IGREJA DE CORROIOS			
GRUPO DE JOVENS DE VALE DE MILHAÇOS	RUA DA JUVENTUDE, Nº29 1ªESQ. VALE DE MILHAÇOS			
GRUPO FLAMINGO - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE	ALAMEDA 25 DE ABRIL, 11 MIRATEJO			
GRUPO SÓCIO CARITATIVO DA PARÓQUIA DA SAGRADA FAMÍLIA MIRATEJO/LARANJEIRO	RUA DAS GÉMEAS, Nº 44			
IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA	RUA CIDADE DE PORTO AMÉLIA, N.º 8, QUINTA DE SÃO NICOLAU			
IGREJA BAPTISTA DE MIRATEJO	AVENIDA LUÍS DE CAMÕES, 4A QUINTA DO ROUXINOL			
IGREJA BAPTISTA EM CHAMAS DE CORROIOS	RUA BENTO GONÇALVES, LT 17 STA MARTA DE CORROIOS			
IGREJA EVANGÉLICA DO ALTO DO MOINHO	RUA RAMALHO ORTIGÃO,1			
IN - MOVIMENTO JOVEM CONTRA A INDIFERENÇA E INTOLERÂNCIA	PCT. GOMES LEAL Nº 3 R/C DTO.			
INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA - GABINETE DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS "O ROUXINOL"	RUA SEBASTIÃO DA GAMA QUINTA DO ROUXINOL			
JUNTA DE FREGUESIA DE CORROIOS	LARGO DO MERCADO, N.º 5			
LÃ DE VIDRO – INTERVENÇÕES	PCTA. GOMES LEAL, LT-2 5ºDTO			
MÃOS DADAS, ATIVIDADES EDUCATIVAS, LDA.	RUA ADELAIDE CABETE, Nº. 11 QUINTA DA MARIALVA			

P.S.P. DE SANTA MARTA DO PINHAL	AV. RUI GRÁCIO, N.º 82 A STA. MARTA DO PINHAL			
PARÓQUIA DE CORROIOS - IGREJA NOSSA SENHORA DA GRAÇA DE CORROIOS	RUA NOSSA SENHORA DA GRAÇA			
PARÓQUIA DE MIRATEJO - IGREJA DA SAGRADA FAMÍLIA DE MIRATEJO	RUA DAS GÉMEAS, 44			
PARÓQUIA DE VALE DE MILHAÇOS - IGREJA DE VALE DE MILHAÇOS	AV. PINHAL DO VIDAL			
PARTNERHOTEL, FORMAÇÃO, CONSULTORIA E PROJETOS PARA SERVIÇOS HOTELEIROS, LDA.	RUA CIDADE TETE, Nº1 A QUINTA DE S. NICOLAU			
RANCHO FOLCLÓRICO DE VALE DE MILHAÇOS	AVENIDA PINHAL VIDAL, 50			
RATO - ASSOCIAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA	OFICINA DA JUVENTUDE DO MIRATEJO RUA ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA, 8, 1.º ANDAR			
UCACS - UNIÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES DO CONCELHO DO SEIXAL	RUA CIDADE DE FARO, 10 - 3º DTO			
USF SERVIR SAÚDE - MIRATEJO	RUA DOS CATOS QUINTA DO BRASILEIRO MIRATEJO			
CLUBE DE CULTURA E RECREIO DO ALTO DO MOINHO	RUA JOÃO DE DEUS, 24 - ALTO DO MOINHO			
ASSOCIAÇÃO RAÍZES DO BAIRRO DE SANTA MARTA	Bairro de Santa Marta, 137			
* Entidades parceiras no Projeto de Educação Intercultural e de Cidadania Global Povos, Culturas e Pontes				
FREGUESIA DE FERNÃO FERRO				
Instituição	Morada	REDE SOCIAL	PTDIS	PCUPO*
ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI FF90 QUINTA JÚLIO BALANCO	QUINTA JÚLIO BALANCO, Nº 4			
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FERNÃO FERRO	Centro Comercial do Mercado Municipal de Fernão Ferro Rua Luísa Tody, Loja 20			

ASSEMBRE – ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS E RECICLAGEM DE MATERIAIS	RUA DR. JOÃO SOARES, LT-450 FLOR DA MATA II			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTUGAL	AV. DOS REDONDOS, LOTE 184			
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO PINHAL DO GENERAL	RUA RICARDO JORGE, LT-2205			
ASSOCIAÇÃO DE DINAMIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DE FERNÃO FERRO	RUA ANTÓNIO SÉRGIO, LT-1164			
ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL GRUPO 210 - FERNÃO FERRO	RUA ANTÓNIO SÉRGIO, LOTE 1164			
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS REDONDOS	RUA 13 (SEDE SOCIAL)			
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO EB1/JI QUINTA DOS MORGADOS	RUA LUÍS DE CAMÕES, Nº. 15			
ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE PINHAL DE FREIRAS E QUINTA DA LOBATEIRA	R. DA PISCINA, LOTE 170, ARMAZÉM 2			
ARPIFF - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE FERNÃO FERRO	RUA DA REPÚBLICA LT 276 F			
ESCOLA BÁSICA DOS REDONDOS	AVENIDA DA LIBERDADE			
CENTRO PAROQUIAL DE BEM-ESTAR SOCIAL DE FERNÃO FERRO	RUA DA IGREJA, 7			
CLUBE DE JOVENS DE FERNÃO FERRO	RUA DA IGREJA DE FERNÃO FERRO			
CORAL POLIFÓNICO DE FERNÃO FERRO	RUA 25 DE ABRIL, LT-722			
EXTENSÃO DE SAÚDE DE FERNÃO FERRO	RUA DA REPUBLICA, LT-335, 337 MORGADOS TERCEIROS			
FESTA DA PALAVRA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL POÉTICA	RUA BARTOLOMEU DE GUSMÃO, LT-48 QUINTA DAS LARANJEIRAS			
GRUPO DE JOVENS DO CENTRO PAROQUIAL DE FERNÃO FERRO	RUA DA IGREJA, Nº7 FERNÃO FERRO			
GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE FERNÃO FERRO	RUA ANTÓNIO ALEIXO, 312 A QUINTA DAS LARANJEIRAS			
GRUPO GERAÇÕES – MÚSICA TRADICIONAL PORTUGUESA	RUA FERNANDO PESSOA, LT-195 1º FERNÃO FERRO			
JUNTA DE FREGUESIA DE FERNÃO FERRO	RUA LUÍSA TODY, LOJA 20			
O PIPAROTE, LDA	RUA JOÃO VILARETT, LOTE 922			
PARÓQUIA DE FERNÃO FERRO - IGREJA NOSSA SENHORA DA BOA HORA	RUA DA IGREJA			
PARQUE VERDE - SOCIEDADE DE CAMPISMO E CARAVANISMO, SA	RUA DA ESCOLA, 9 FONTAINHAS			
PÓLO CULTURAL DE FERNÃO FERRO	RUA DA IGREJA, LT-798			
POSTO DE G.N.R. DE FERNÃO FERRO	RUA DA REPUBLICA, LT-235			
QUINTA DA VALENCIANA, ATIVIDADES HOTELEIRAS, LDA.	RUA DA E.D.P., LOTES 17-19			
SKYLINE VILLA	R. G - QT. LOBATEIRA LT. 94 QUINTA DAS COLMEIAS			

USF FF MAIS – FERNÃO FERRO	RUA DA REPÚBLICA LOTES 335, 337 MORGADOS TERCEIROS			
TRANSIMPULSO	Rua Gil Vicente, Lote 134-B			
* Entidades parceiras no Projeto de Educação Intercultural e de Cidadania Global Povos, Culturas e Pontes				

UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES				
Instituição_M	Morada_M	REDE SOCIAL	PTDIS	PCUPO*
PELO SONHO É QUE VAMOS - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL	AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO, 113 E 115 FARINHEIRAS			

Federação Distrital	QUINTA DO OUTEIRO			
AAGA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO À COMUNIDADE DOS PAISES COM LINGUA OFICIAL PORTUGUESA	QUINTA DA NOSSA SENHORA DO MONTE SIÃO, Nº1			
ACCS - ASSOCIAÇÃO DE COLETIVIDADES DO CONCELHO DO SEIXAL	AV. 25 DE ABRIL - EDIFÍCIO MONTE SIÃO			
ACRESCER - ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA	AV. 25 DE ABRIL, Nº. 66 TORRE DA MARINHA			
ADAT - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO TOCÁ RUFAR	RUA MIGUEL BOMBARDA, Nº 40			
ADRA PORTUGAL - DELEGAÇÃO DE PAIVAS / SEIXAL	RUA BENTO DE JESUS CARAÇA, Nº 8 A			
AEERPAS - ASSOCIAÇÃO AREEIROS E AUT. PARA A PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE DO SEIXAL	PRAÇA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE, Nº3 1ºESQ.			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. ANTÓNIO AUGUSTO LOURO	AVENIDA VALE DA ROMEIRA			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUN' ÁLVARES	RUA PAULO DA GAMA			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PINHAL DE FRADES	EB 2,3 PINHAL DE FRADES AV. 25 DE ABRIL			
AGRUPAMENTO ESCUTEIROS ADVENTISTAS	AV. D. NUNO ÁLVARES PEREIRA, Nº121R/C SEIXAL			
ALGORHYTHM	AV DOS METALÚRGICOS, 77 - 3º ESQ.			
ANALP - ASSOCIAÇÃO DOS NATURAIS E AMIGOS DE LOBATA EM PORTUGAL	QUINTA DA NOSSA SENHORA DO MONTE SIÃO, Nº1			
ANIALL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO EM LEITURA E LITERACIA	R. PINHEIROS MANSOS 112			
APD - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES, NÚCLEO DO SEIXAL	RUA DOS CARPINTEIROS DE MACHADO Nº18 R/C			
APECOPSA - ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE OBRAS PÚBLICAS DE SETÚBAL E ALENTEJO	PRAÇA DA REPÚBLICA Nº 12			
ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	LARGO 25 DE ABRIL			
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SEIXAL	LARGO DA IGREJA			
ASSOCIAÇÃO "DÁ-ME A TUA MÃO"	Praceta Gregório Crispim Oliveira 1			
ASSOCIAÇÃO 1º. DE MAIO	QUINTA DA PRATA, Nº. 89 CASAL DO MARCO			
ASSOCIAÇÃO CAMPUS DE REIKI	RUA CÁRMEN MIRANDA Nº 22 R/C A TORRE DA MARINHA			

ASSOCIAÇÃO CONSTRUIR MÚSICA	PCTA. JOÃO DE BARROS, 5 7º DTO.			
ASSOCIAÇÃO DE ANIMAÇÃO CULTURAL – “MARGEM SUL”	RUA NUNO BRAGANÇA, Nº2 2º ESQ.			
ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO CONCELHO DO SEIXAL	PRACETA CUSTÓDIO CARDOSO BARBOSA, 1 C			
ASSOCIAÇÃO DE PAIS EB1/JI QUINTA DA COURELA	EB1/JI QTA DA COURELA RUA LUÍS ANTÓNIO VERNEY			
ARPIA - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA ARRENTELA	CALÇADA DA BOA HORA, Nº23			
ARPIPF - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO PINHAL DOS FRADES	RUA MÁRIO LOPES DOMINGOS, 51 A			
ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SETÚBAL - DELEGAÇÃO DO SEIXAL	PRAÇA LUÍS DE CAMÕES Nº 11/13			
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DO SEIXAL	RUA LINO DE CARVALHO, Nº1			
ASSOCIAÇÃO ESPAÇO MARTE	PCTA. ÁLVARO CAVALHEIRO, 21FT.			
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS MISTOS DO CONCELHO DO SEIXAL	ALAMEDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS			
ASSOCIAÇÃO INTER-AMIGOS	RUA ALVES REDOL, 9, R/C ESQ.			
ASSOCIAÇÃO INTERROGAÇÕES	PRACETA JOSÉ DE CASTRO, N.º 1 - QUINTA DO PÉ LEVE			
ASSOCIAÇÃO JUVENIL E EDUCATIVA DO SEIXAL	RUA FONTE DA CONTENDA, 22, 1.º DTO			
ASSOCIAÇÃO MODERNA DE JAZZ DO SEIXAL	AVENIDA JOSÉ AFONSO, 78 1º			
ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO BENTO JESUS CARAÇA	RUA JÚLIO AUGUSTO HENRIQUES PASSEO ALEXANDRE BRAGA, Nº 53 LOJA 8/9 QTA. DA TENDEIRINHA			
APCAS - ASSOCIAÇÃO PARALISIA CEREBRAL DE ALMADA/ SEIXAL	LARGO DOS RESTAURADORES, N.º 23			
ASSOCIAÇÃO SEMPERLUVENIS	RUA DO PARQUE, 1-1º DTO.			

AURPITM - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA TORRE DA MARINHA	RUA LUÍS DE CAMÕES, Nº22			
AURPIPP - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE PAIO PIRES	RUA JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES, Nº56			
AURPICM - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO	RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO S/N PARQUE DA JUVENTUDE			
AURPIS - ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO SEIXAL	RUA PAIVA COELHO, Nº47			
ASSOCIAÇÃO VÍDEO SEIXAL	RUA AURÉLIO DE SOUSA, 1- 1ºDTO.			
ATLÉTICO CLUBE DE ARRENTELA	RUA DO CAMPO DA BOLA			
BIOACTIVIDADE	PCTA. JOÃO DE BARROS, Nº9 6ºESQ.			
BOMBAZINE - DESIGN, PUBLICIDADE E MULTIMÉDIA, LDA.	RUA PAIVA COELHO, Nº 94 - 1º			
ESCOLA BÁSICA DA ALDEIA DE PAIO PIRES	RUA DANIEL FILIPE			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DA COURELA	RUA ANTÓNIO LUÍS VERNEY			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DE SÃO JOÃO	PRACETA ÁLVARO VIANA DE LEMOS			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DOS FRANCESES	AVENIDA MANUEL DA FONSECA			
ESCOLA BÁSICA DA QTª. DOS MORGADOS	RUA LUÍS DE CAMÕES			
ESCOLA BÁSICA DA QTA. NOSSA SENHORA DO MONTE SIÃO	PRACETA FRANCISCO ADOLFO COELHO			
ESCOLA BÁSICA DA TORRE DA MARINHA	RUA DO CASAL DO MARCO			
ESCOLA BÁSICA DE ARRENTELA	RUA ANTÓNIO BANDEIRA			
ESCOLA BÁSICA DE FERNÃO FERRO	RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA			
ESCOLA BÁSICA DE NUN'ÁLVARES	RUA PAULO DA GAMA			
ESCOLA BÁSICA DE PINHAL DE FRADES	AV. 25 DE ABRIL			
ESCOLA BÁSICA DO 1ºCICLO E JARDIM-DE-INFÂNCIA DO CASAL DO MARCO	RUA DO DESEMBARGADOR CASAL DO MARCO			
ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO NOVO	RUA SÃO PEDRO			
ESCOLA BÁSICA DR. ANTÓNIO AUGUSTO LOURO	AV. VALE DA ROMEIRA			

ESCOLA PROFISSIONAL BENTO JESUS CARAÇA - DELEGAÇÃO DO SEIXAL	RUA JULIO AUGUSTO HENRIQUES , Nº 53 LOJA 8/9 QTA. DA TENDEIRINHA			
ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DOS REIS SILVEIRA	AV. 25 DE ABRIL TORRE DA MARINHA			
CASA DO EDUCADOR DO CONCELHO DO SEIXAL - PÓLO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DO SEIXAL	LARGO DOS RESTAURADORES Nº21, SEIXAL			
CENTRO COMUNITÁRIO “VÁRIAS CULTURAS UMA SÓ VIDA”	PRACETA GREGÓRIO CRISPIM DE OLIVEIRA N.º 1 A			
CENTRO COMUNITÁRIO DA QUINTA DA CUCENA	RUA DA CUCENA, Nº 1			
CENTRO CULTURAL NUNO ÁLVARES PEREIRA	AV. MANUEL DA FONSECA, Nº. 75 - 1º. ESQ.			
CENTRO DE CRIATIVIDADE E INVENÇÃO	RUA JOSÉ EUGÉNIO P. COSTA, 8			
CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE PINHAL DE FRADES	AV. 25 DE ABRIL Nº 63			
CENTRO HUMANITÁRIO DO ESTUÁRIO DO TEJO - CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	AVª. MUD JUVENIL - QUINTA DA TRINDADE			
CENTRO PAROQUIAL DE BEM-ESTAR SOCIAL DE ARRENTELA	AV. DOS METALÚRGICOS, QTA. DO ÁLAMO			
CÉREBRO - CENTRO DE FORMAÇÃO LDA.	AV. JOSÉ AFONSO Nº 92 CAVAQUINHAS			
CLUBE DA JUVENTUDE DA ALDEIA DE PAIO PIRES	RUA JOSÉ O'NEIL PEDROSA, Nº9 R/C			
CLUBE DE CAMPISMO LUZ E VIDA	PRACETA CLUBE DE CAMPISMO LUZ E VIDA			
CLUBE DE CICLISMO DE ALDEIA DE PAIO PIRES	PRCT. CUSTÓDIO CARDOSO BARBOSA, 4 A			
CLUBE DESPORTIVO “ASAS DO MILÉNIUM”	AV. 25 DE ABRIL, 138			
CLUBE DESPORTIVO E CULTURAL DO CASAL DO MARCO	PRACETA JOSÉ GOMES CORTEGAÇA JÚNIOR			
CLUBE RECREATIVO DESPORTIVO DAS CAVAQUINHAS	RUA CAMILO CASTELO BRANCO 23			
COLÉGIO DA QUINTA DO PINHEIRO	AVENIDA GENERAL HUMBERTO DELGADO Nº 129			

COLÉGIO O CANTINHO DOS AMIGOS	AVENIDA JOSÉ AFONSO, Nº 59			
COLÉGIO PARQUE DO FALCÃO	R. JÚLIO A HENRIQUES 7			
COMISSÃO DE UTENTES DE SAÚDE DO CONCELHO DO SEIXAL	RUA SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARRENTELENSE - CASA CASTANHA CMS			
CONFERÊNCIA S. VICENTE DE PAULO DE CRISTO REI DA PARÓQUIA DE PAIO PIRES	LGO. ALFREDO JOSÉ ALMEIDA LIMA, Nº 12 - R/C			
CONFERÊNCIA S. VICENTE DE PAULO N. SRª DA PAZ DO CASAL DO MARCO	RUA CLUBE DESPORTIVO DO CASAL DO MARCO			
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 1238 - PINHAL DE FRADES	RUA DA FUNDAÇÃO, Nº 7			
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 253 – MARÍTIMOS DO SEIXAL	IGREJA PAROQUIAL DO SEIXAL LARGO DA IGREJA			
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 719 ARRENTELA	RUA VIOLANTE DO CÉU VALE DA ROMEIRA			
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 835 – CASAL DO MARCO	AV. 1º DE DEZEMBRO DE 1640, Nº529 2ºESQ.			
CORPO NACIONAL DE ESCUTEIROS - AGRUPAMENTO N 1238 DE PINHAL DE FRADES	RUA DA FUNDAÇÃO N.º 7			
CPPME - CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	PRAÇA DA REPÚBLICA, Nº 12			
CRIAR-T – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE	RUA JACINTO PRADO COELHO, Nº3			
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – NÚCLEO DO SEIXAL	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESTAÇÃO DOS CAMINHOS-DE-FERRO DO SEIXAL AVENIDA MUD JUVENIL			
DESCOBERTA PARA VIVER – ASSOCIAÇÃO DE GRUPOS DE ENTREAJUDA DOS DIABÉTICOS DO SEIXAL	AVª DA LIBERDADE, Nº 1 – FOROS DE AMORA			
DINÂMICA SK8	PCTA. INÊS GODINHO DE ABREU TOMÉ, LT-4			
DIVISÃO POLICIAL DO SEIXAL	RUA AURÉLIA SOUSA Nº 16 TORRE DA MARINHA			
ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMORA	RUA MÁRIO SACRAMENTO			

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOSÉ AFONSO	AV. JOSÉ AFONSO, CAVAQUINHAS			
EXTENSÃO DE SAÚDE DA TORRE DA MARINHA	RUA DISTRITO LOBATO QUINTA DE CIMA			
EXTENSÃO DE SAÚDE DO SEIXAL	LARGO MUNDET BAIRRO NOVO			
FARMÁCIA ANA BRANCO	RUA DA LIBERDADE, 105 A			
FARMÁCIA QUINTA DE SÃO JOÃO	PRACETA QTA. DE S. JOÃO, Nº. 7 LOJA			
FEDERAÇÃO DISTRITAL DE SETÚBAL DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS – MURPI	RUA QUINTA NOSSA SENHORA DO MONTE SIÃO, 1			
GINÁSIO CLUBE DE CORROIOS	RUA DO GINÁSIO CLUBE DE CORROIOS Nº 19			
GNR DE PAIO PIRES	ESTRADA NACIONAL 10 - 2			
GRUPO DE FOLCLORE ESTRELINHAS DO SUL	RUA PROF. DR. EGAS MONIZ Nº 3 B			
GRUPO DE JOVENS DA PARÓQUIA DE PAIO PIRES	AV. JOSÉ AFONSO N 22- 2 ESQ PAIO PIRES			
GRUPO DE JOVENS DO CASAL DO MARCO	PARÓQUIA QTA. VINHA DA CASA-IGREJA DO CASAL DO MARCO			
GRUPO DE METAIS DO SEIXAL – ASSOCIAÇÃO CULTURAL	LARGO JOAQUIM SANTOS BOGA, 15			
GRUPO DESPORTIVO DO CAVADAS	AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO, EDIFÍCIO G.D.C.			
GRUPO RECREATIVO DE SANTO ANTÓNIO	AV. DOS METALÚRGICOS, 154, R/C - DTO			
IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS PENTECOSTAL DO MACULUSSO EM PORTUGAL- CONGREGAÇÃO NASCENTE	RUA LUÍS DE CAMÕES, Nº 39, TORRE DA MARINHA			
IGREJA EVANGÉLICA DO SEIXAL	RUA DA LIBERDADE, 10			
IGREJA MINISTÉRIOS MONTE SANTO	RUA GERVÁSIO LOBATO, 3, ZONA INDUSTRIAL DO CASAL DO MARCO			

IGREJA VIVA ASSEMBLEIA DE DEUS DO FOGUETEIRO	RUA ANTÓNIO SARDINHA, Nº 24, CASAL DO MARCO			
INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE TORRENSE	AV. MFA, 11/15 - TORRE DA MARINHA			
JÁ	AV. MFA, Nº74 6ºFT.			
KAMBA ASSOCIAÇÃO DE ANGOLANOS DO CONCELHO DO SEIXAL	AV. 25 DE ABRIL - EDIFÍCIO MONTE SIÃO			
KHAPAZ - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE JOVENS AFRO DESCENDENTES	RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº 7 A			
LIONS CLUBE DO SEIXAL	RUA DA UNIÃO, 9			
MENDES ARMONICATRIO	AVENIDA GENERAL HUMBERTO DELGADO, 61 1ºDTO.			
MOVIMENTO PARA A DEFESA DO AMBIENTE NO CONCELHO DO SEIXAL	PRAÇA MÁRTIRES DA LIBERDADE, 3 1ºESQ.			
P.S.P. DO SEIXAL	LARGO DOS RESTAURADORES			
PAIO PIRES FUTEBOL CLUBE	AV. JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES, Nº. 45			
PARDAIS AO NINHO	RUA DA LIBERDADE, Nº4 1ºESQ. QTA. DA AREIA			
PARÓQUIA DE ALDEIA DE PAIO PIRES - IGREJA DE ALDEIA DE PAIO PIRES	LARGO ALFREDO JOSÉ DE ALMEIDA LIMA			
PARÓQUIA DE ARRENTELA - IGREJA PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO	PRAÇA MIGUEL BOMBARDA			
PARÓQUIA DE PINHAL DE FRADES - IGREJA DE SANTO ANTÓNIO	RUA MILY POSSOZ			
PARÓQUIA DO CASAL DO MARCO - IGREJA DA NOSSA SENHORA DA PAZ	PRACETA QUINTA VINHA CASA, CASAL DO MARCO			
PARÓQUIA DO SEIXAL - IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	LARGO DA IGREJA			
PASTELARIA AÇUCENA, LDA.	ALAMEDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, Nº. 4			
PIONEIROS DE PORTUGAL – NÚCLEO DO SEIXAL	RUA SANTO CONDESTÁVEL, Nº13 1ºESQ.			

POSTO DE G.N.R. DE ALDEIA DE PAIO PIRES	ESTRADA NACIONAL, 10 PORTO DA PALMEIRA			
PROJECTO RAÍZES	PCTA. ÁLVARO MARTINS HOMEM, LT-2 R/C-DTO. QUINTA DO CABRAL			
QUARTETO DE SAXOFONES DO SEIXAL	AV. 1ª DE MAIO, LT-113 – 4º DTO.			
RÁDIO BAÍA	RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA Nº2 CV A			
RIO SUL SHOPPING	AVª. LIBERTADORES DE TIMOR LOROSAE			
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO SEIXAL	RUA CÂNDIDO DOS REIS			
SEI ARTE – ASSOCIAÇÃO DO SEIXAL PARA ENSINO DAS ARTES	RUA LEONEL PEREIRA FERNANDES, 10 1º FT.			
SERVOS DE DEUS ALTÍSSIMO ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES	RUA DA BOA HORA, Nº 50, 1º DRT			
SOCIEDADE FILARMÓNICA DEMOCRÁTICA TIMBRE SEIXALENSE	AV. D. NUNO ÁLVARES PEREIRA			
SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARRENTELENSE	LARGO GERMANO GIL MARTINS			
SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO SEIXALENSE	RUA D. MARIA II 21/23			
SOCIEDADE MUSICAL 5 DE OUTUBRO	LARGO D. PAIO PERES CORREIA, 6			
TRIBUNA DO POVO	PCTA. LUÍS DE CAMÕES			
TRIBUNAL DA FAMÍLIA	PALÁCIO DA JUSTIÇA QTA. DOS FRANCESES			
TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES DA COMARCA DO SEIXAL	PALÁCIO DA JUSTIÇA QUINTA DOS FRANCESES			
TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES DA COMARCA DO SEIXAL	PALÁCIO DA JUSTIÇA QUINTA DOS FRANCESES			
TRIO HORTELÃO	SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO SEIXALENSE RUA D. MARIA II, 21ª 23			
UCAPES - UNIÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO SEIXAL	EDIFÍCIO GAMA - RUA MONTE SIÃO			

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	LARGO 25 DE ABRIL			
URAP – UNIÃO DOS RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES – NÚCLEO DO SEIXAL	AV. 25 DE ABRIL - EDIFÍCIO MONTE SIÃO			
USF CSI - SEIXAL	LARGO MUNDET BAIRRO NOVO			
USF CUIDAR SAÚDE - SEIXAL	LARGO MUNDET BAIRRO NOVO			
USF TM / PF – PINHAL DE FRADES	TRAVESSA DAS PEREIRAS			
USF TM / PF – TORRE DA MARINHA	RUA DISTRITO LOBATO QUINTA DE CIMA			
VERBO POSITIVO	PCTA. GREGÓRIO CRISPIM OLIVEIRA, Nº1 2º DTO ARRENTELA			
VÍTOR ALMEIDA OCULISTAS, LDA.	RUA CARMEN MIRANDA, Nº 10-A TORRE DA MARINHA			
APRE! ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONAISTA E REFORMADOS - NÚCLEO DO SEIXAL	RUA QUINTA Nº SRª MONTE SIÃO, 1			
COOPERATIVA DE HORTELAOS DA QUINTA DA PRINCESA	AVENIDA 25 DE ABRIL - EDIFICIO MONTE SIAO			
* Entidades parceiras no Projeto de Educação Intercultural e de Cidadania Global Povos, Culturas e Pontes				